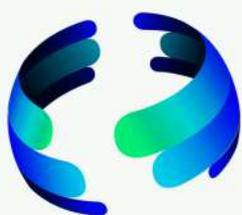




# RELATÓRIO DE ATIVIDADES CRE - PA

## Biênio 2023/2025



**CRE-PA**  
COMPROMISSO, INTEGRAÇÃO E INOVAÇÃO



# Apresentação



**Desembargador José Maria  
Teixeira do Rosário**

*Corregedor Regional Eleitoral*

No início de 2023 apresentei o plano de ação da Corregedoria imbuído do sentimento de bem servir à sociedade. Com esse mesmo sentimento, somado ao de satisfação de um dever cumprido, que apresento o relatório dos feitos e ações realizados pela Corregedoria Regional Eleitoral no biênio 2023-2025, em cumprimento à Resolução TSE nº 7.651/65.

Foram dois anos de muitos desafios, desde conferir efetivamente a reestruturação da Corregedoria, com as novas unidades criadas; passando pela gratificante e desafiadora responsabilidade da execução de trabalhos sociais; a realização de inspeções e ações minuciosas e personalizadas em cada zona eleitoral, mesmo nas que não passamos presencialmente; até todo o monitoramento e realização das eleições municipais, por meio de uma atendente virtual singular (chatbot Karen), com menu de inteligência artificial.

Buscamos também levar uma linguagem simples, objetiva e lúdica em nossos comunicados e orientações para as zonas eleitorais, ao usar o “*legal design*”, em convergência ao pacto nacional do judiciário pela linguagem simples, apresentado pelo CNJ no 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário em Salvador-BA.

Dessa forma podemos observar que, ao longo do biênio 2023/2025 cumprimos ao que nos propusemos, com compromisso, integração e inovação.

Finalizo com os mais sinceros agradecimentos à equipe de servidoras e servidores, colaboradoras e colaboradores, estagiárias e estagiários da Corregedoria Regional Eleitoral do Pará, que a cada dia mostraram coerência e união, não medindo esforços para a realização de um trabalho de excelência.



**CRE-PA**  
COMPROMISSO, INTEGRAÇÃO E INOVAÇÃO

# Sumário

## **1. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA**

### **1.1. REESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA DA CORREGEDORIA ELEITORAL**

### **1.2. GESTÃO DO CADASTRO ELEITORAL**

**1.2.1.** Tratamento de coincidências no sistema ELO

**1.2.2.** Atualização da Situação do Eleitor - ASE

**1.2.3.** Atualização de Dados Cadastrais das Candidaturas às eleições 2024, em Caso de Divergência

**1.2.4.** Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos - INFODIP

**1.2.5.** Proteção de acesso às informações do cadastro eleitoral

### **1.3. ATUALIZAÇÃO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS CARTORÁRIOS (MPC)**

### **1.4. ADMINISTRAÇÃO DOS SISTEMAS NACIONAIS CORPORATIVOS**

## **2. AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE**

### **2.1. ATIVIDADE DE SUPERVISÃO E CONTROLE**

**2.1.1.** Inspeções de ciclo

**2.1.2.** Visitas Técnicas nos Postos de Atendimento Eleitoral

**2.1.3.** Visitas Técnicas aos atendimentos Itinerantes

**2.1.4.** Autoinspeções

**2.1.5.** Corregedor Eleitoral realiza visitas Técnicas aos Postos de atendimentos no fechamento do cadastro 2024

### **2.2. PROJETO ZONA 10.0**

### **2.3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA PROMOÇÃO, PRODUTIVIDADE E CELERIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

**2.3.1.** Reunião de Trabalho com as Zonas Eleitorais

**2.3.2.** Banco de modelos: padronização e disponibilização no PJE 1º grau

**2.3.3.** Sistema de Controle de Ressarcimento de Mandados dos Oficiais de Justiça

**2.3.4.** Acompanhamento e aperfeiçoamento das unidades jurisdicionais no cumprimento do prazo para julgamento

**2.3.5.** Participação na implementação do sistema ATENA como banco de dados para acompanhamento das metas do Poder Judiciário

**2.3.6.** Produção da série "Mapas Mentais, Infográficos e Fluxogramas de Procedimentos Judiciais"

**2.3.7.** Orientações e Provimentos

**2.3.8.** Parceria no desenvolvimento do sistema Monitora Zona e regulamentação de seu uso pelo 1º grau de jurisdição - Provimento nº 1/2024

**2.3.9.** Celeridade na tramitação das ações penais nas zonas eleitorais

## **2.4. DADOS DOS INDICADORES/PRODUTIVIDADE JURISDICIONAL DO 1º GRAU**

**2.4.1.** Cumprimento das Metas 1, 2 e 4 do Conselho Nacional de Justiça

**2.4.2.** Cumprimento de Metas e Diretrizes Estratégicas do Conselho Nacional de Justiça para as Corregedorias Eleitorais

## **2.5. JULGADOS DO CORREGEDOR E VICE-PRESIDENTE ELEITORAL**

**2.5.1.** Dados estatísticos - decisões monocráticas, audiências e outros

**2.5.2.** Atuação e natureza correicional

## **2.6. CORREGEDORIA EM NÚMEROS - PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**

## **3. GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

### **3.1. EXERCENDO A CIDADANIA**

**3.1.1.** "Nas ruas da cidadania" - Semana Nacional do Registre-se

**3.1.2.** Atendimento a adolescentes cumprindo medidas socioeducativas – "Resgatando Sonhos"

**3.1.3.** "Sou Quilombola, Anote Aí!"

### **3.2. GUIA BILÍNGUE - ORIGINÁRIOS: SUA LÍNGUA, SEU VOTO, SUA REPRESENTATIVIDADE**

## **4. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS**

**4.1.** PREMIAÇÃO DAS ZONAS ELEITORAIS: PRÊMIO CONATUS E SELO EXERCENDO A CIDADANIA

**4.2.** PREMIAÇÃO DO SELO BOAS PRÁTICAS DA CORREGEDORIA GERAL ELEITORAL (CGE): CATEGORIA ATENDIMENTO, INCLUSÃO E DIVERSIDADE

**4.3.** PARTICIPAÇÃO DO PROJETO "SOU QUILOMBOLA, ANOTE AÍ" NO SEMINÁRIO BOAS PRÁTICAS EM EQUIDADE RACIAL NO JUDICIÁRIO - CNJ

**4.4.** AGRACIADOS DA CORREGEDORIA ELEITORAL COM A MEDALHA DE MÉRITO ELEITORAL

**4.5.** CERIMÔNIA DE ENTREGA DA PLACA COMEMORATIVA PELOS 20 ANOS DE TRABALHO NA JUSTIÇA ELEITORAL

**4.6.** CORREGEDOR DO TRE DO PARÁ É HOMENAGEADO COM A MEDALHA MÉRITO JURÍDICO

**4.7.** RODA DE CONVERSA REFLORESCERMENTES

## **5. EVENTOS E REUNIÕES INSTITUCIONAIS**

**5.1.** COLÉGIO DE CORREGEDORES ELEITORAIS DO BRASIL

**5.2.** FONACOR

- 
- 5.3. CURSO DE CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
  - 5.4. CURSO DE PROCESSO DISCIPLINAR ADMINISTRATIVO
  - 5.5. 1º ENCONTRO NACIONAL DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD - NO SERVIÇO PÚBLICO
  - 5.6. FÓRUM NACIONAL DE ESTATÍSTICA PROCESSUAL E GESTÃO PROCESSUAL ELEITORAL
  - 5.7. CURSO NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
  - 5.8. CORREGEDOR E VICE-PRESIDENTE DO TRE DO PARÁ PROFERE AULA MAGNA PARA CALOUROS DO CURSO DE DIREITO
  - 5.9. SERVIDORAS DA CORREGEDORIA ELEITORAL PARTICIPAM DO 4º SEMINÁRIO NACIONAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

## **6. AÇÕES REFERENTES ÀS ELEIÇÕES 2024**

- 6.1. GRUPO DE APOIO ESPECIALIZADO NA ORIENTAÇÃO EM MATÉRIA ELEITORAL - COPJUD
- 6.2. TREINAMENTO SOBRE HORÁRIO ELEITORAL E SISTEMA HE PARA AS ZONAS ELEITORAIS
- 6.3. CERIMÔNIA DO HORÁRIO ELEITORAL DE BELÉM
- 6.4. CURSO DE "GESTÃO DO CADASTRO ELEITORAL: RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 E APLICAÇÕES NA PRÁTICA ELEITORAL"
- 6.5. CURSO "PROPAGANDA ELEITORAL: DA PRÉ-CAMPANHA AO MARKETING DIGITAL"
- 6.6. CURSO DE CAPACITAÇÃO "PROCESSAMENTO DAS AÇÕES ELEITORAIS: REPRESENTAÇÃO E DIREITO DE RESPOSTA"
- 6.7. CURSO AVANÇADO DE DIREITO DIGITAL ELEITORAL
- 6.8. CARDS DA SÉRIE O CADASTRO ELEITORAL E AS ELEIÇÕES 2024
- 6.9. CIRCUITO DE ESTUDOS ELEITORAIS

## **7. INOVAÇÃO E LEGAL DESIGN**

- 7.1. PRIMEIRO ATO NORMATIVO NA VERSÃO LEGAL DESIGN
- 7.2. NOVO PORTAL DA INTRANET - CRE-PA

## **8. GALERIA DE FOTOS**

1.

**APERFEIÇOAMENTO  
DA GESTÃO  
ADMINISTRATIVA E  
DA GOVERNANÇA**

## 1.1. REESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA DA CORREGEDORIA ELEITORAL

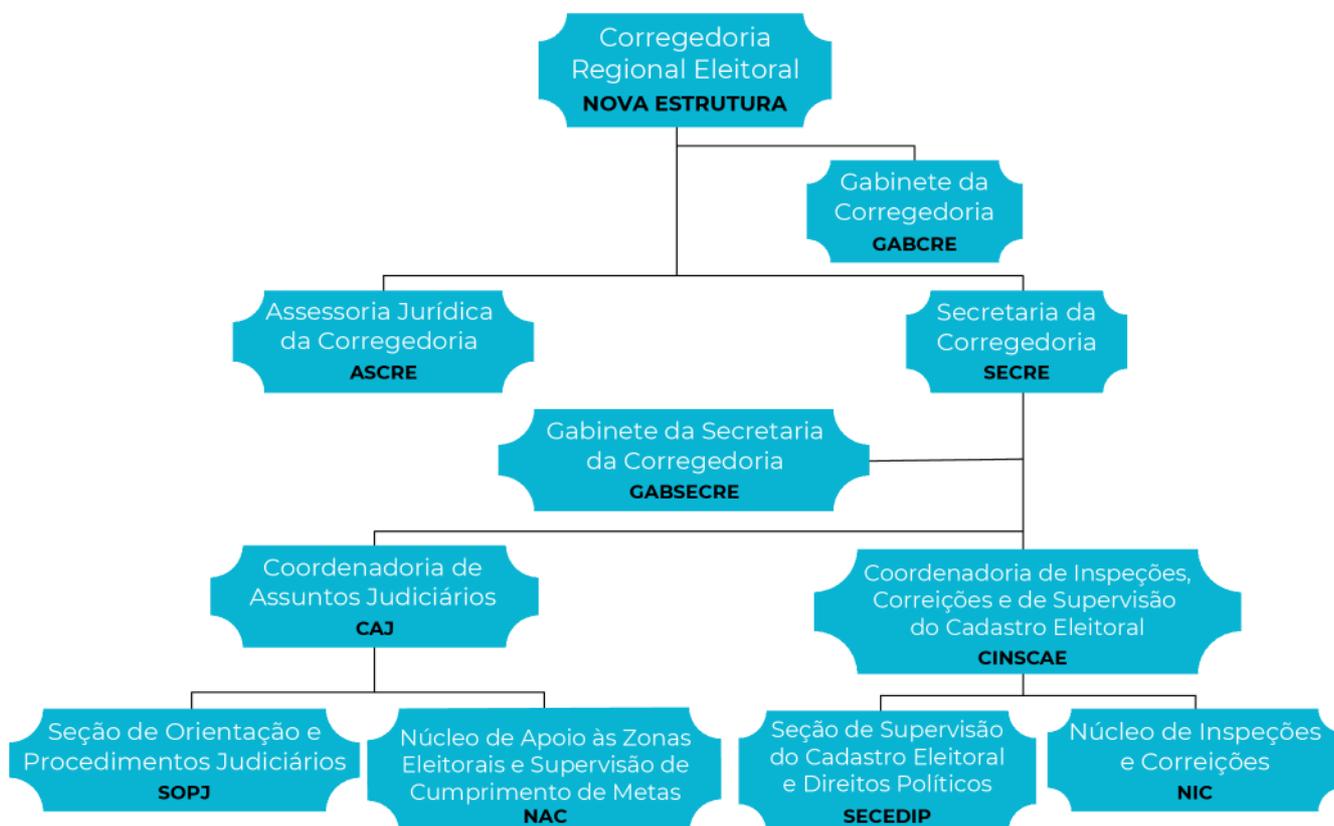
Em 2023, a nova gestão da Corregedoria Eleitoral fez mudanças na Secretaria da Corregedoria. Agora, a estrutura é formada por um gabinete e duas coordenadorias.

Na Coordenadoria de Assuntos Judiciários (CAJ), foi criado o Núcleo de Apoio às Zonas Eleitorais e Supervisão de Cumprimento de Metas (NAC). Esse núcleo ajuda as zonas eleitorais e dá orientações sobre metas definidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pela Corregedoria Geral Eleitoral e pela Corregedoria Eleitoral do Pará. Além disso, a CAJ também conta com a Seção de Orientação e Procedimentos Judiciários.

A antiga Coordenadoria de Cadastro Eleitoral (CCE) foi renomeada para Coordenadoria de Inspeções, Correições e de Supervisão do Cadastro Eleitoral (CINSCAE). Essa coordenadoria agora tem duas unidades:

- Núcleo de Inspeções e Correições (NIC);
- Seção de Supervisão do Cadastro Eleitoral e Direitos Políticos (SECEDIP), que substitui a antiga Seção de Orientação e Supervisão do Cadastro Eleitoral (SOC).

Abaixo está o organograma da nova estrutura da Corregedoria Eleitoral do Pará. Vale destacar que essas mudanças foram feitas redistribuindo as funções comissionadas que já existiam na Corregedoria Eleitoral.



## 1.2. GESTÃO DO CADASTRO ELEITORAL.



Você sabe o que é o cadastro eleitoral?

Imagine um banco de dados nacional da Justiça Eleitoral. Lá ficam armazenadas as informações pessoais das eleitoras e dos eleitores, como nome, endereço e filiação. Ele também permite saber quantas pessoas estarão aptas a votar e em qual localidade. As Zonas Eleitorais realizam o cadastro de eleitores de forma contínua, e as Corregedorias supervisionam e orientam esse processo. Esse cadastro é realizado no sistema ELO.

### 1.2.1. Tratamento de Coincidências no Sistema ELO

A Corregedoria Regional Eleitoral é responsável por resolver coincidências em duplicidade e pluralidade de registros no cadastro eleitoral. Essas inconsistências podem ser:

#### Duplicidades (tipo 2D):



quando uma pessoa tem mais de um registro no sistema com suspensão de direitos políticos.

#### Pluralidades (tipo 2P):



quando há várias inscrições ou registros de suspensão de direitos políticos na mesma região.

#### Atividades realizadas em 2023 e 2024

Em 2023, a Seção de Supervisão do Cadastro Eleitoral e Direitos Políticos (SECEDIP) recebeu e tratou 602\* casos de coincidências no Sistema ELO, e em 2024 foram recebidas e tratadas 339\*\* ocorrências.

\*Dados extraídos do Sistema ELO em 28.12.2023.

\*\*Dados extraídos do Sistema ELO em 12.12.2024.

#### Base legal

Esse procedimento segue as regras da Resolução TSE nº 23.659/2021, que orienta como tratar inconsistências no cadastro eleitoral para garantir a regularidade dos dados.

### 1.2.2. Atualização da Situação Eleitoral - ASE

Agora, os cartórios eleitorais têm acesso a roteiros e modelos que explicam como atualizar a situação da eleitora e do eleitor no sistema, ou seja, pedir a exclusão ou correção de códigos ASE. Para isso, é preciso abrir um processo no sistema PJe, na classe "Direitos Políticos (DP)".

Também foi publicada para os cartórios a Orientação nº 5/2023 - SECEDIP/CINSCAE/SECRE/CRE, que explica como registrar os códigos ASE relacionados às decisões de prestação de contas eleitorais. Essa orientação aborda situações como:

- Contas apresentadas dentro do prazo;
- Contas entregues fora do prazo;
- Contas não entregues;
- Contas rejeitadas.

Esses materiais estão disponíveis para as zonas eleitorais na seção de material de apoio do novo portal da Corregedoria.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
JUSTIÇA ELEITORAL  
TÍTULO ELEITORAL

FILIAÇÃO \_\_\_\_\_

NOME DO ELEITOR \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO \_\_\_\_\_ INSCRIÇÃO \_\_\_\_\_ ZONA \_\_\_\_\_ SEÇÃO \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO / UF \_\_\_\_\_ DATA DE EMISSÃO \_\_\_\_\_

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO \_\_\_\_\_

Título Eleitoral impresso às 11:28 de 02/08/2022 para eleitor/eleitora com biometria coletada.  
A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na internet, no endereço: [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br) por meio do código de validação ou QR Code.

**Orientações:**

- A data de emissão do título eleitoral corresponde à última operação cadastral do eleitor / eleitora.
- Estarão aptos a votar os eleitores / eleitoras regulares e maiores de 16 anos na data do 1º turno do turno único da eleição.

*Título de Eleitor*

### 1.2.3. Atualização de Dados Cadastrais das Candidaturas às eleições 2024, em Caso de Divergência

A Corregedoria organizou e orientou os processos para atualizar informações das candidatas e candidatos às eleições 2024, como gênero, identidade de gênero, nome social, raça ou cor, etnia indígena e vínculo com comunidades quilombolas. Essa atualização foi necessária quando havia diferenças entre os dados do cadastro eleitoral e os registros de candidatura, e tratada no sistema PJE, na categoria "Regularização da Situação de Eleitor (RSE)", conforme o Provimento CGE nº 4/2024.

Ao todo, 10 zonas eleitorais enviaram os documentos das candidaturas envolvidas nesses casos. No total, foram abertos, analisados e encaminhados à Corregedoria Geral Eleitoral 18 processos.

### 1.2.4. Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos - INFODIP

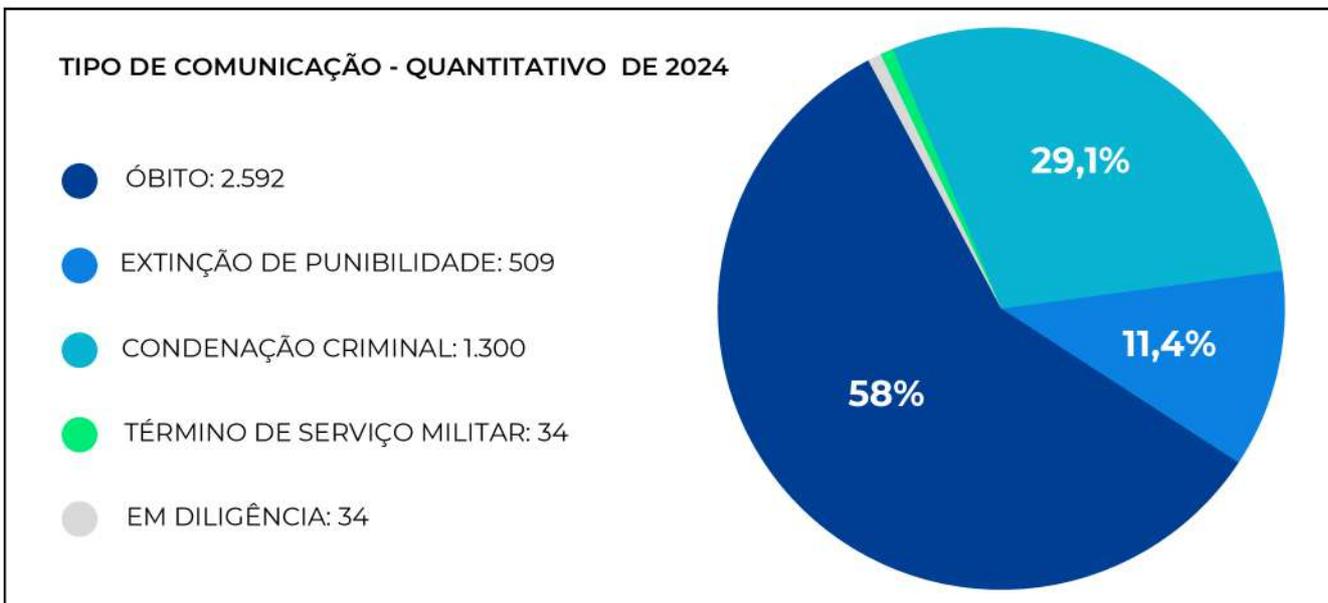
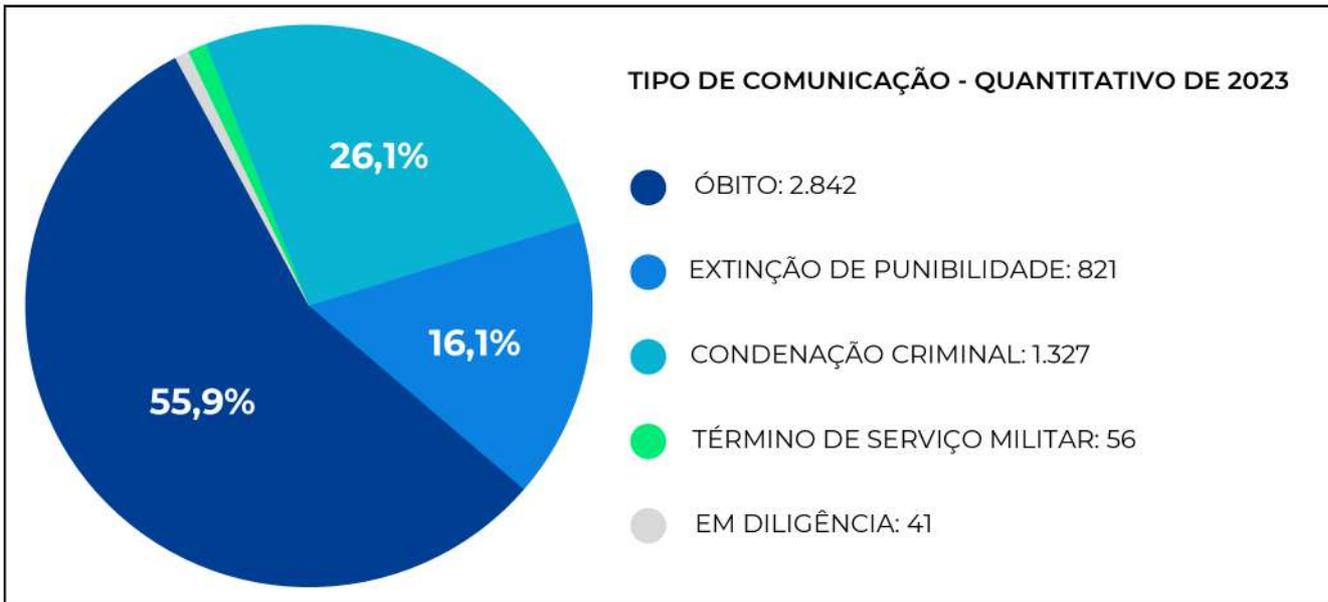
O INFODIP (Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos) é um sistema utilizado para o envio e o processamento pela Justiça Eleitoral, de informações referentes a óbitos, a condenações por improbidade administrativa e a outras situações que impactem os direitos políticos.

Em janeiro de 2023, foi aprovado o Provimento CRE-PA nº 2/2023, que regulamenta o uso do Sistema INFODIP no Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em substituição ao anterior. O INFODIP é usado para enviar informações importantes à Justiça Eleitoral, como:

- Registros de óbito;
- Conclusão do serviço militar obrigatório;
- Conscrição;
- Casos de inelegibilidade;
- Suspensão ou restabelecimento de direitos políticos.

O sistema foi implantado em 27 de julho de 2016 e desde então tem centralizado essas comunicações.

## Comunicações recebidas em 2023 e 2024:



Os dados foram extraídos do sistema INFODIP em 27 de novembro de 2024.

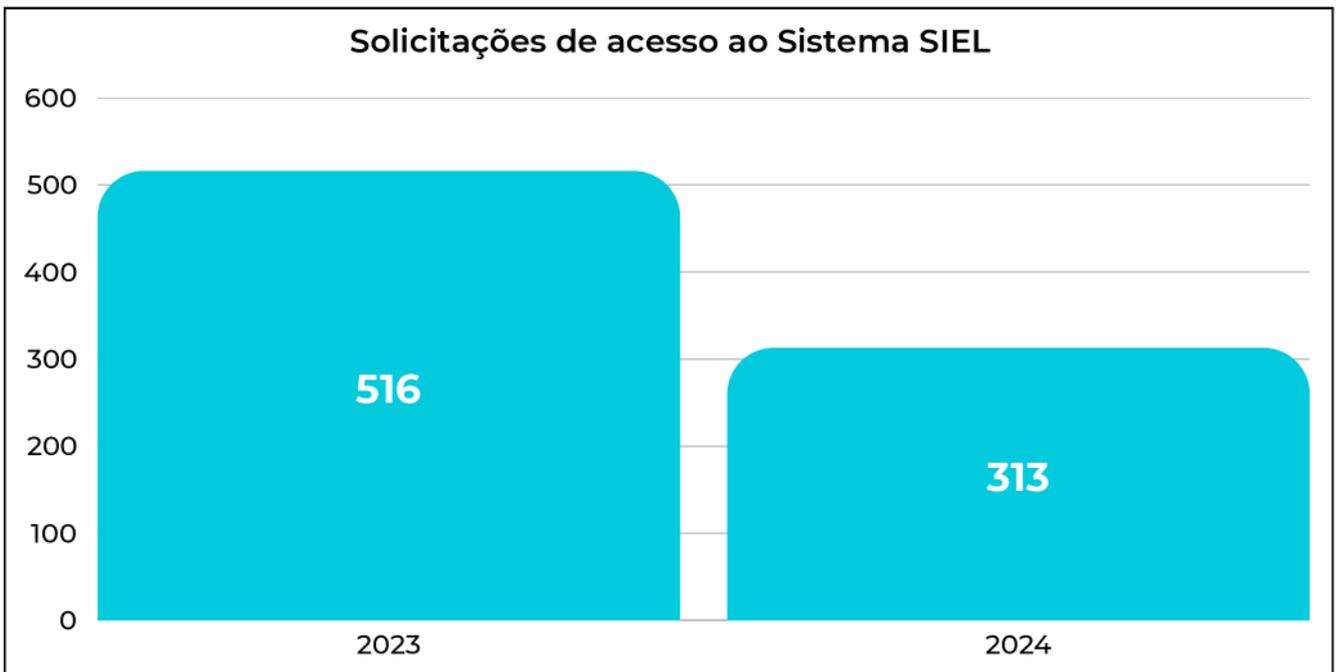
### 1.2.5. Proteção de acesso às informações do cadastro eleitoral

A Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), trouxe regras mais rigorosas para a proteção de nossos dados pessoais. O objetivo é garantir direitos fundamentais, como liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade.

Por isso, a Justiça Eleitoral criou uma política geral de privacidade e proteção de dados pessoais por meio da Resolução TSE nº 23.650/2021. Além disso, regulamentou o acesso a dados pessoais do cadastro eleitoral com a Resolução TSE nº 23.656/2021.

Nesse contexto, o Sistema de Informações Eleitorais (SIEL) é usado para receber pedidos de acesso aos dados biográficos do cadastro eleitoral. Esses pedidos podem ser feitos por autoridades como juízes, membros do Ministério Público,

delegados de polícia, defensores públicos e cartórios, de acordo com as regras das resoluções citadas e o Provimento CGE nº 1/2024.



Dados retirados do sistema SIEL em 27 de Novembro de 2024.

### 1.3. ATUALIZAÇÃO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS CARTORÁRIOS (MPC)

Nos últimos anos, as atividades judiciais e administrativas das zonas eleitorais passaram por diversas mudanças. Essas mudanças ocorreram com a implementação de sistemas como o Processo Judicial Eletrônico (PJe) e o Sistema de Inspeções e Correções da Justiça Eleitoral (SInCO), além de atualizações frequentes em normas, no sistema ELO 22 e em outros sistemas usados nas práticas cartorárias.

Para ajudar as zonas eleitorais a resolver dúvidas de forma rápida, a Corregedoria Regional Eleitoral (CRE) vem atualizando o Manual de Procedimentos Cartorários (MPC). Foram incluídos novos recursos, temas, fluxogramas e imagens explicativas. Neste biênio, a CRE publicou os capítulos abaixo, organizados em títulos. Eles estão disponíveis no novo portal da CRE na intranet.

Títulos e capítulos publicados:

- **Título I - Das Inspeções de Ciclo, Correções, Auto Inspeções e do Sistema de Inspeções e Correções da Justiça Eleitoral - SInCO**

Capítulo I: Das Inspeções de Ciclo, Correções, Auto Inspeções

1. Das inspeções de ciclo, correções, autoinspeções (Visual Low);
2. Das inspeções de ciclo, correções, autoinspeções e do sistema de inspeções e correções da justiça eleitoral - SInCO.

Capítulo II: Sistema de Inspeções e Correções da Justiça Eleitoral - SInCO

1. Sistema de inspeções e correções da justiça eleitoral - SInCO (Visual Low).

- **Título II - Da Gestão do Cadastro**

Capítulo I: Das operações do Cadastro Eleitoral

1. Das operações do Cadastro Eleitoral (Visual Low);
2. Das operações do Cadastro Eleitoral.

- **Título III - Dos Procedimentos Judiciais**

Capítulo I: Dos procedimentos cíveis (em construção)

1. Dos Procedimentos cíveis (em construção).

Capítulo II: Dos procedimentos criminais

1. Dos procedimentos criminais.

Capítulo III: Livros obrigatórios

1. Livros obrigatórios.

#### 1.4. ADMINISTRAÇÃO DOS SISTEMAS NACIONAIS CORPORATIVOS

O Conselho Nacional de Justiça possui em seu Portfólio de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação diversas aplicações disponíveis para o seu público interno e externo. No âmbito do TRE do Pará, a Corregedoria Eleitoral cadastra as autoridades judiciárias eleitorais e as servidoras e servidores indicados por elas nos sistemas com os quais o Tribunal tem parceria técnica.



Disponibilizou-se aos usuários dos sistemas o Roteiro nº 1/2023-CAJ/SECRE/CRE, com orientações sobre como as autoridades judiciárias e zonas eleitorais devem fazer os pedidos de cadastramento. No biênio, realizamos 218 cadastramentos de usuárias e usuários nos sistemas corporativos.

# 2.

**AGILIDADE E  
PRODUTIVIDADE NA  
PRESTAÇÃO  
JURISDICIONAL  
PROMOÇÃO DA  
SUSTENTABILIDADE**

## 2.1. ATIVIDADE DE SUPERVISÃO E CONTROLE

### 2.1.1. Inspeções de ciclo

As Inspeções de Ciclo do biênio começaram no dia 30 de janeiro de 2023, na 1ª Zona Eleitoral de Belém, e terminaram no dia 10 de dezembro de 2024, na 85ª Zona Eleitoral de Medicilândia. Durante esse período, a Corregedoria Regional visitou 45 zonas eleitorais para avaliar os processos de trabalho.

Além de avaliar, a Corregedoria verificou a regularidade dos serviços para melhorar o funcionamento das unidades. A equipe analisou os serviços prestados, o andamento dos processos administrativos e judiciais e o uso dos sistemas de informação. Durante as inspeções, orientou sobre como garantir a regularidade dos serviços eleitorais, a correta aplicação das normas, a Resolução TSE nº 23.659/2021 (Gestão do Cadastro Eleitoral), o cumprimento das Metas Nacionais do CNJ, o uso adequado dos códigos de classes/assuntos e movimentos da Tabela Processual Unificada (TPU) e o uso dos sistemas eletrônicos. A equipe também trocou ideias e sugestões sobre boas práticas desenvolvidas pelas zonas eleitorais inspecionadas.

O Estado do Pará é muito grande e tem regiões de difícil acesso. O Corregedor Eleitoral esteve presente em 99% das zonas inspecionadas, e a equipe se deslocou de avião, carro e barco para chegar a todos os lugares.

As inspeções fortaleceram a relação da Corregedoria com as zonas eleitorais. O Desembargador José Maria Teixeira do Rosário teve a oportunidade de conversar com as chefias de cartório, autoridades judiciárias eleitorais e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Pará.

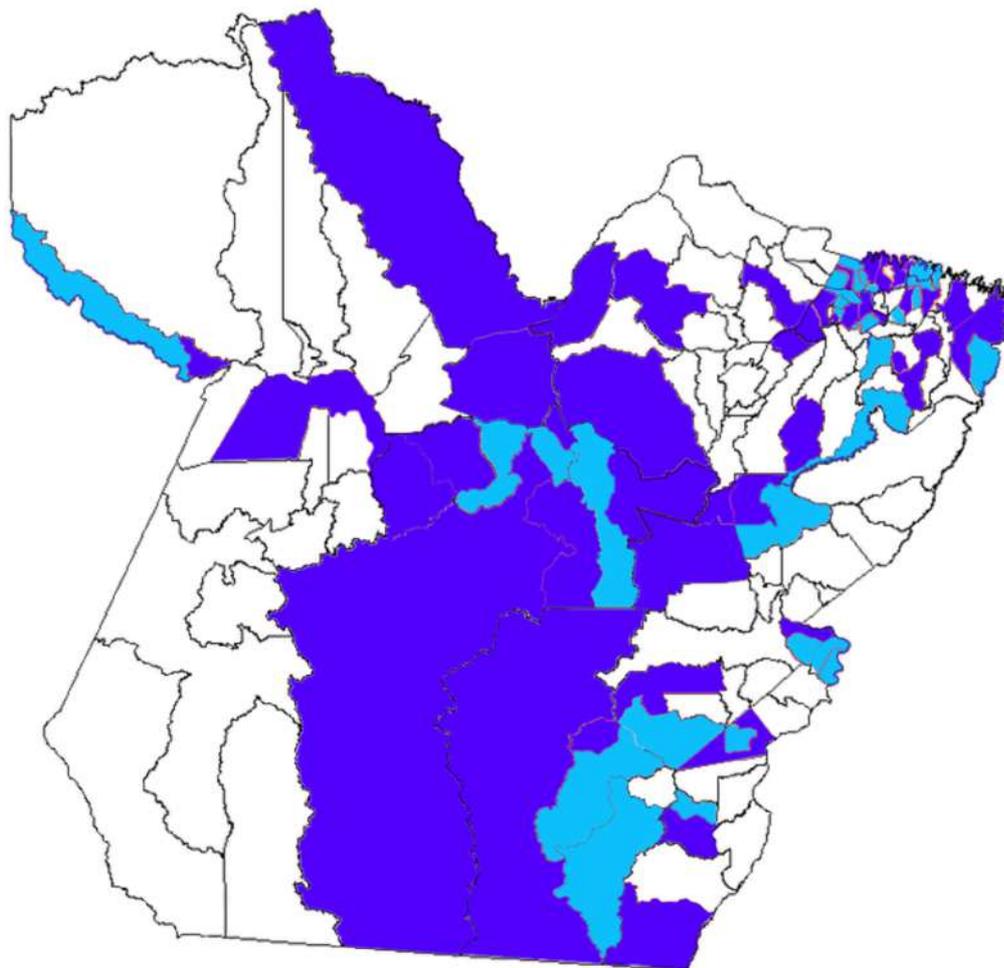
Com o programa “Zona 10.0” e o “Método DEP - Diagnóstico, Estratégia e Prática”, a equipe analisou a situação de cada zona eleitoral e orientou sobre as necessidades de cada uma. Os servidores e servidoras dos cartórios também participaram de oficinas práticas sobre o Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos (INFODIP) e o Processo Judicial Eletrônico (PJE).

Em cada inspeção, a Corregedoria registrou uma ata com o resumo dos trabalhos. Nela, foram apontadas as inconsistências encontradas nos processos de trabalho com a concessão de um prazo para as zonas corrigirem essas falhas.

Inspeções Realizadas no Biênio de 2023 - 2025	
Zonas Eleitorais	Zonas Eleitorais
01ª ZE - Belém	20ª ZE - Santarém
97ª ZE - Belém	83ª ZE - Santarém
54ª ZE - Senador José Porfírio	104ª ZE - Santarém

18ª ZE - Altamira	44ª ZE - Portel
93ª ZE - Tailândia	59ª ZE - Redenção
04ª ZE - Castanhal	61ª ZE - Xinguara
50ª ZE - Castanhal	106ª ZE - Parauapebas
36ª ZE - Santa Izabel do Pará	57ª ZE - São João do Araguaia
40ª ZE - Tucuruí	80ª ZE - Pacajá
103ª ZE - Breu Branco	101ª ZE - Novo Repartimento
32ª ZE - Marapanim	78ª ZE - Marituba
09ª ZE - Curuçá	27ª ZE - Ponta de Pedras
31ª ZE - Maracanã	89ª ZE - Terra Santa
08ª ZE - Vigia	64ª ZE - Salinópolis
33ª ZE - Nova Timboteua	13ª ZE - Bragança
70ª ZE - Capitão Poço	53ª ZE - São Félix do Xingu
49ª ZE - Mãe do Rio	74ª ZE - Tucumã
14ª ZE - Viseu	15ª ZE - Breves
25ª ZE - Capanema	46ª ZE - Santana do Araguaia
07ª ZE - Abaetetuba	65ª ZE - Barcarena
55ª ZE - Almeirim	85ª ZE - Medicilândia
82ª ZE - Porto de Moz	79ª ZE - Uruará
26ª ZE - Gurupá	

## MAPA DAS INSPEÇÕES E VISITAS TÉCNICAS DO BIÊNIO (2023 - 2025)



### 2.1.2. Visitas Técnicas nos Postos de Atendimento Eleitoral

Durante as inspeções realizadas, também aconteceram as visitas técnicas nos postos de atendimento eleitoral dos municípios de todas as zonas inspecionadas. Durante o biênio, a equipe técnica da Corregedoria visitou 19 postos de atendimento, o que facilitou a logística e o uso de recursos humanos e orçamentários.

Essas visitas são feitas para verificar o cumprimento das normas, como a Resolução TSE nº 23.659/2021 (Gestão do Cadastro Eleitoral), e as orientações da Corregedoria Geral Eleitoral (CGE) sobre os serviços eleitorais, além das condições físicas dos postos eleitorais.

Além das Visitas Técnicas Ordinárias, foi determinada pelo Corregedor Eleitoral, em 2024, visita a 91ª Zona Eleitoral - Novo Progresso. Essa última visita teve o objetivo de auxiliar o cumprimento de diligências relativas à Inspeção nº 0000063-84.2022.2.00.0614 (PJECOR), ainda de 2022, uma vez que a zona eleitoral possuía lotação de apenas uma servidora requisitada. Também foram realizadas as ações do Programa Zona 10.0 que tem como propósito melhorar a eficiência, a produtividade, a segurança e a facilidade dos fluxos de serviços.

## Visitas Técnicas Realizadas no Biênio de 2023 - 2024

Postos Eleitorais	Postos Eleitorais
Brasil Novo (município termo da 18ª ZE - Altamira)	Colares (município termo da 08ª ZE - Vígia)
São Domingos do Capim (município termo da 50ª ZE - Castanhal)	Primavera (município termo da 33ª ZE - Nova Timboteua)
Santa Maria do Pará (município termo da 04ª ZE - Castanhal)	Mojuí dos Campos (município termo da 20ª ZE - Santarém)
Goianésia do Pará (município termo da 103ª ZE - Breu Branco)	Palestina do Pará (município termo da 57ª ZE - São João do Araguaia)
São Caetano de Odivelas (município termo da 08ª ZE - Vígia)	Brejo Grande do Araguaia (município termo da 57ª ZE - São João do Araguaia)
Anapú (município termo da 80ª ZE - Pacajá)	Cachoeira do Piriá (município termo da 14ª ZE - Viseu)
São João Pirabas (município termo da 64ª ZE - Salinópolis)	Peixe-Boi (município termo da 25ª ZE - Capanema)
Ipixuna do Pará (município termo da 49ª ZE - Mãe do Rio)	Monte Dourado (município termo da 55ª ZE - Almeirim)
Ourilândia do Norte (município termo da 74ª ZE - Tucumã)	

### 2.1.3. Visitas Técnicas aos Atendimentos Itinerantes

#### Ano 2023

No Plano de Ação da CRE-PA para o Biênio 2023/2025, as visitas técnicas aos atendimentos itinerantes acompanharam as atividades realizadas nos atendimentos, como alistamento, revisão, coleta biométrica e transferência eleitoral fora da sede do cartório. O objetivo das fiscalizações foi garantir o cumprimento das normas dos serviços eleitorais, com foco no atendimento à eleitora e eleitor, e no acesso ao sistema ELO.

Esses atendimentos itinerantes facilitam o acesso da população aos serviços da Justiça Eleitoral, que foram ampliados em 2023. Por isso, foi necessário o trabalho da Corregedoria para fiscalizar os processos.

Antes de realizar as visitas técnicas, a Corregedoria participou de um treinamento sobre o Sistema Elo, onde foram apresentados os novos campos do sistema preenchidos durante o atendimento presencial, relacionados ao requerimento de

alistamento eleitoral - RAE. A capacitação contínua da equipe é fundamental, já que a supervisão desses dados é responsabilidade da Corregedoria Eleitoral.

As visitas técnicas aos atendimentos itinerantes ocorreram nos finais de semana de agosto e setembro, e inspecionaram 7 locais de atendimento na região metropolitana de Belém.

## **Ano 2024**

Em 2024, com a proximidade do fechamento do cadastro, foi determinada a realização das visitas técnicas para monitorar o atendimento à eleitora e eleitor nas operações de alistamento, transferência e revisão, além do acesso ao sistema ELO, conforme calendário abaixo:

- Mangueirinho e Posto de Atendimento da São Francisco
- Núcleo de Atendimento ao Eleitor (NAE)
- Estação Cidadania - Shopping Metrópole
- Estação Cidadania - Shopping Grão Pará
- Estação Cidadania - Shopping Pátio Belém
- Central de Atendimento de Ananindeua - 43<sup>a</sup>, 72<sup>a</sup> e 107<sup>a</sup> Zonas Eleitorais de Ananindeua
- 78<sup>a</sup> Zona Eleitoral - Marituba

### **2.1.4. Autoinspeções**

A autoinspeção anual é uma avaliação obrigatória realizada pelos juízes das zonas eleitorais entre 1º de setembro e 19 de dezembro, e coordenada pela Corregedoria Eleitoral, conforme o artigo 30 do seu Provimento nº 5/2023. A autoinspeção serve para verificar a regularidade e melhorar o funcionamento das zonas eleitorais, abrangendo os serviços, a tramitação dos processos administrativos e judiciais, e o uso dos sistemas de informação. Antes da data inicial das autoinspeções, são cadastradas todas as chefias de cartórios para acesso ao Sistema de Inspeções e Correções da Justiça Eleitoral - SINCO. Em 2023, também ocorreram autoinspeções iniciais, realizadas quando um novo magistrado assume a jurisdição eleitoral, com o objetivo de examinar a situação da zona eleitoral.

#### **Orientação sobre o Sistema de Inspeções e Correções da Justiça Eleitoral - SinCO**

Para orientar as zonas sobre como preencher o roteiro do SinCO, formulado pela CGE, a Corregedoria enviou a Orientação nº 6/2023. Essa orientação esclareceu desde o acesso ao sistema até as etapas que as zonas eleitorais devem seguir para completar o roteiro, com o cuidado de incluir imagens das telas do sistema para facilitar o preenchimento das autoinspeções. A legislação relacionada à matéria (Provimento CGE nº 2/2023 e Provimento CRE/PA nº 5/2023) e cards com orientações sobre os principais pontos das autoinspeções foram enviadas às zonas eleitorais. Além disso, a Corregedoria permaneceu disponível durante todo o período de realização das autoinspeções para esclarecer dúvidas, e ao final dos ciclos, todas as zonas eleitorais realizaram a autoinspeção dentro do prazo estabelecido.

## 2.1.5. Corregedor Eleitoral realiza visitas Técnicas aos Postos de Atendimentos no fechamento do cadastro 2024

No dia 8 de maio, o Núcleo de Atendimento ao Eleitor - NAE, Ginásio Mangueirinho e o Posto de Atendimento do Shopping Boulevard receberam a visita ilustre do Corregedor Eleitoral, Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, acompanhado pelo Secretário Bruno Giorgi e pela Chefe de Gabinete da Corregedoria, Elaine Santana.

As visitas técnicas aos locais de atendimento ao eleitor durante o fechamento do cadastro estão alinhadas às diretrizes do Plano de Ação da CRE-PA - Biênio 2023/2025, e garantem o cumprimento das disposições da Resolução TSE nº 23.659/2021 (Gestão do Cadastro Eleitoral) e das orientações da Corregedoria Geral Eleitoral - CGE. Estas medidas visam aprimorar o atendimento aos eleitores e eleitoras em operações de cadastro eleitoral (alistamento, transferência e revisão) e o acesso ao sistema ELO.



*Desembargador José Maria Teixeira do Rosário no Ginásio do Mangueirinho*



*Desembargador José Maria Teixeira do Rosário com servidores do TRE do Pará*



*Corregedor Regional, Desembargador José Maria do Rosário, Juíza da 1ª ZE - Belém, Dra. Andrea Bispo, Elaine Santana, Chefe de Gabinete da CRE e Zilomar de Jesus Pereira, chefe do NAE*

## 2.2. PROJETO ZONA 10.0

O Programa Zona 10.0 reúne ações para melhorar a eficiência e a produtividade, facilitando o trabalho e ajudando os servidores das Zonas Eleitorais a desenvolver habilidades técnicas (hard skills) e habilidades comportamentais (soft skills).

Criado pela Corregedoria Regional Eleitoral do Pará em março de 2023, o programa começou na 18ª Zona Eleitoral, em Altamira, e usa várias estratégias, como:

- **Análise prévia:** Antes das oficinas, é feito um estudo sobre o trabalho da Zona Eleitoral para identificar necessidades específicas.
- **Oficinas teóricas e práticas:** Durante as inspeções, são dadas aulas práticas e teóricas para melhorar tanto habilidades técnicas quanto comportamentais.
- **Workshops:** Reuniões para trocar experiências e aprender em grupo.
- **Monitoramento e acompanhamento:** Uso de sistemas como "Monitora Zona" e PJe para acompanhar e ajudar cada Zona Eleitoral.
- **Ações preventivas e corretivas:** Resolver problemas e garantir que as metas sejam atingidas.
- **Projeto Impulsionando Resultados:** Encontros virtuais para tratar de temas específicos, como:
  - Propaganda antecipada;
  - Sistema de Mandados;
  - Ações da Central de Procedimentos Judiciais em Propaganda e outros temas;
  - Correção de dados no PJe.

### Habilidades Técnicas (Hard Skills):

- Uso de sistemas como Infodip, PJe Zonas e Monitora Zona;
- Gestão de processos: prazos, comunicações judiciais e organização;
- Melhoria dos fluxos de trabalho, com estratégias práticas.

### Habilidades Comportamentais (Soft Skills):

- Comunicação: falar de forma clara, ouvir bem e dar feedback;
- Trabalho em equipe e liderança;
- Inteligência emocional: entender e controlar emoções;
- Ética e responsabilidade no serviço público.

### Resultados Obtidos:

- Identificação e solução de problemas nas Zonas Eleitorais;
- Melhor uso de ferramentas de controle;
- Suporte personalizado às Zonas com dificuldades;
- Oficinas e workshops ajudaram no desenvolvimento de habilidades, melhorando o ambiente de trabalho;
- Correção de dados no PJe e avanço nas metas do CNJ.

Com todas essas ações, o programa trouxe grandes melhorias na eficiência e na qualidade do trabalho. Além disso, investiu no treinamento das servidoras e servidores, garantindo que estejam prontos para liderar, trabalhar bem em equipe e atender com excelência.



## RESULTADOS DO PROJETO ZONA 10.0

### Programa 10.0

Oficinas práticas e teóricas: "hard skills" (competências técnicas/cognitivas), "soft" e "core skills"

Quantidade de zonas feitas	Período
15	De fevereiro a dezembro/2024

### Semana de Alinhamento

Com o objetivo de atender/orientar as zonas eleitorais nas ações judiciais afetas às eleições 2024, como representações, direito de resposta e ações de investigações judiciais, dentre outras; saneando os equívocos na tramitação processual, mapeados por amostragem.

Zonas participantes	Período
90	De 15 a 23 setembro/2024

### Impulsionando Resultados

Reuniões periódicas e *online*, com repasse de soluções colaborativas para melhorar os resultados na produtividade processual do 1º grau, com base na análise de dados do sistema "Monitora Zona", Pje e outros; bem como alinhando estratégias para o cumprimento das metas nacionais do CNJ.

Reuniões realizadas	Zonas participantes
6	101

#### Workshop "Metas e Desafios do Judiciário para 2023"

O objetivo foi alinhar o compromisso de todos em cumprir as metas e enfrentar os desafios propostos pelo CNJ para esse ano. O principal propósito dessas reuniões foi aproximar as zonas eleitorais e reforçar a importância de cumprir as Metas 2023, com prazo final em 31 de dezembro.

Durante o workshop, discutimos como a Corregedoria pode apoiar as zonas eleitorais, ajudando a identificar e resolver problemas operacionais. Também falamos sobre o apoio específico às zonas que estiverem enfrentando dificuldades para alcançar as metas do CNJ, com ações personalizadas e preventivas.

Reuniões realizadas: 1 presencial e 1 online  
Total de participantes: 93 pessoas



Lançamento do programa Zona 10.0 em Altamira



2ª Reunião da Semana do Alinhamento com as Zonas Eleitorais



*Reunião do projeto Impulsionando Resultados*



*Rosiane Martinelli - Coordenadora da CAJ apresentando o Workshop - Integração e Metas do Poder Judiciário*

Também a metodologia DEP (Diagnóstico, Estratégia e Prática) foi criada como parte do Projeto Zona 10.0 pela Coordenadoria de Assuntos Judiciários. Ela é aplicada nas oficinas de procedimentos judiciais com o objetivo de diagnosticar a situação das zonas eleitorais e definir estratégias para tornar as rotinas judiciais mais eficientes.

Além das oficinas realizadas durante as inspeções, também foram organizados treinamentos individuais feitos de forma virtual. Houve oficinas de alinhamento técnico voltadas para os(as) servidores(as) das 8ª (Vigia), 31ª (Maracanã) e 27ª (Ponta de Pedras) zonas eleitorais. Essas oficinas têm como objetivo qualificar as(os) servidoras(es) que atuam no primeiro grau, promovendo um trabalho de excelência.

O Projeto Zona 10.0 e a metodologia DEP buscam aumentar a eficiência, a produtividade, a segurança e a facilidade nos fluxos de trabalho. Ela incentiva a autogestão e o desenvolvimento das competências técnicas e cognitivas (hard skills). Assim, queremos ajudar as equipes a alcançar resultados ainda melhores no trabalho diário.



## 2.3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA PROMOÇÃO, PRODUTIVIDADE E CELERIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

### 2.3.1. Reunião de Trabalho com as Zonas Eleitorais

Logo no início de sua gestão, no dia 31 de janeiro de 2023, o Vice-Presidente do TRE do Pará e Corregedor Regional Eleitoral, Desembargador José Maria Teixeira do Rosário se reuniu com juízas e juizes eleitorais e chefes de cartório das zonas eleitorais da capital. O encontro aconteceu no Núcleo de Atendimento ao Eleitor (NAE), no bairro da Pedreira, em Belém. No dia 3 de fevereiro de 2023, ele também se reuniu com o juiz eleitoral da 30ª Zona Eleitoral, no distrito de Icoaraci. O objetivo foi apresentar o Plano de Ação da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE/PA) para o biênio 2023/2025, apresentar a equipe da CRE e conhecer as principais dificuldades das zonas eleitorais da capital.

O Corregedor destacou a importância do encontro:



Fiz questão, logo no início de minha gestão, de me reunir com todos vocês para conhecê-los e ouvi-los. Isso é fundamental para saber com quem a Corregedoria vai trabalhar durante o biênio e para ajudar a melhorar o ambiente de trabalho.

afirmou.

A presença da Corregedoria nos cartórios foi uma visita técnica. O objetivo foi ouvir os(as) juízes(as) e servidores(as) nos seus locais de trabalho, para que pudessem compartilhar os desafios do dia a dia e das eleições, além de dar sugestões e encaminhar demandas.



*Corregedor Eleitoral, Juízes(as) e Servidores(as) das Zonas Eleitorais participantes da reunião de trabalho.*

Já no dia 15 de maio de 2023, o Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional do Pará, Desembargador José Maria Teixeira do Rosário reuniu-se com as juízas, juízes e chefes de cartório das Zonas Eleitorais (ZE's) da Região Metropolitana de Belém e Ananindeua, no Fórum Eleitoral de Ananindeua. O encontro contou com o workshop para alinhar o compromisso de apresentar e cumprir as metas e os desafios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para 2023. A coordenadora de Assuntos Judiciários, Rosiane Martinelli apresentou um workshop, dentro do Projeto Zona 10.0, que objetivou melhorar a eficiência, a produtividade, a segurança e a facilidade dos fluxos de serviços nas Zonas Eleitorais. Com a mesma pauta, o Corregedor Eleitoral reuniu com as zonas do interior, em workshop online, com participação de mais de 73 pessoas.



*Corregedor Eleitoral e equipe da Corregedoria com servidores(as) da 30ª ZE*

Nas oportunidades, as(os) juízas(es) e chefes de cartório fizeram perguntas e esclareceram dúvidas sobre procedimentos judiciais, além de tratar de demandas específicas das ZE's. Segundo o Corregedor Eleitoral: "Nosso objetivo é de aproximação com os colegas servidores nesse contato corpo a corpo principalmente para conhecer as dificuldades e os desafios, trazer conhecimento por meio do workshop e nos colocar à inteira disposição para perguntas e esclarecimentos", afirmou o Desembargador José Maria Teixeira do Rosário - Corregedor Regional Eleitoral.



*Workshop - Integração e Metas do Poder Judiciário, no Fórum Eleitoral de Ananindeua*

O Juiz da 28ª ZE (Belém), Adriano Seduvin, destacou que *"fica como nosso compromisso trabalhar para tentar que as metas estabelecidas sejam cumpridas e o assunto apresentado ficou muito bem esclarecido"*, pontuou. As reuniões com as ZE's são de suma importância para aproximar o relacionamento dessas com a corregedoria, sendo um fator de influência para a eficácia do cumprimento das metas e desafios discutidos no workshop.



*Workshop - Integração e Metas do Poder Judiciário*

### **2.3.2. Banco de modelos: padronização e disponibilização no PJE 1º grau**

Para seguir as diretrizes do Plano de Ação da CRE-PA (2023-2025), a Coordenadoria de Assuntos Judiciários (CAJ) deu início ao projeto "Banco de Modelos: Padronização e Disponibilização no Processo Judicial Eletrônico - PJE 1º grau". O objetivo é criar e oferecer modelos no sistema PJE - 1º grau, que facilitam e agilizam a produção de atos de comunicação e atividades relacionadas.

#### **Ações Realizadas**

O projeto foi desenvolvido em etapas para garantir modelos de qualidade e úteis para quem utiliza o sistema:

##### **1. Criação e revisão dos modelos**

Criamos e revisamos os modelos no Google Drive, sempre respeitando a legislação eleitoral atual. Assim, asseguramos que os documentos sejam precisos e estejam atualizados.

##### **2. Primeira disponibilização de modelos no PJE (08/02/2024)**

Na 1ª reunião entre a Corregedoria e as Zonas Eleitorais, apresentamos os modelos para Prestação de Contas Anual de Partido Político. Eles incluem:

- Modelos para prestações de contas com movimento.
- Modelos para prestações de contas sem movimento.
- Modelos para prestações de contas de omissos.

### 3. Ampliação do banco de modelos (18/06/2024)

Na 3ª reunião com as Zonas Eleitorais, comunicamos a inclusão de novas classes processuais, como:

- Representação Especial.
- Direito de Resposta.

### 4. Criação de acesso direto na intranet

Para facilitar o uso, criamos um ícone na página da Corregedoria na intranet. Ele direciona os usuários aos documentos editáveis de forma simples e rápida.



## Resultados Alcançados

O projeto já trouxe benefícios importantes para a Justiça Eleitoral no Pará. Até dezembro de 2024 elaboramos mais de 50 modelos, cobrindo diversas classes processuais e ajudando no trabalho das zonas eleitorais, especialmente nas eleições municipais de 2024.

Essa iniciativa é um avanço na gestão dos processos judiciais eleitorais. Continuaremos atualizando e ampliando o banco de modelos para garantir que as zonas eleitorais tenham documentos validados e adequados às normas. A Corregedoria segue comprometida em buscar novas soluções para tornar a Justiça Eleitoral ainda mais ágil e eficaz.

### 2.3.3. Sistema de Controle de Ressarcimento de Mandados dos Oficiais de Justiça



A Corregedoria Regional Eleitoral desenvolveu um Sistema de Controle de Ressarcimento de Mandados dos Oficiais de Justiça. Esse trabalho ajuda as zonas eleitorais a serem mais ágeis e produtivas, em cumprimento ao Plano de Ação da

## CRE-PA (2023-2025).

Desde o início da gestão, a Corregedoria detectou ser essencial organizar, em um sistema digital, os dados dos pedidos de reembolso dos oficiais de justiça do 1º e 2º graus. Em junho de 2023, a equipe começou a levantar os requisitos do sistema - regras de negócio, e se reuniu com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) para definir as regras do sistema e os recursos necessários.

Após a apresentação da primeira versão do sistema, ficou claro a importância de integrar o sistema à base do PJE e resolver situações específicas que precisavam de atenção especial. Depois de muitos testes a STI entregou a versão final do sistema em junho de 2024. Lançamos oficialmente a ferramenta no dia 18 de junho de 2024, em um evento online com as zonas eleitorais.

### Benefícios do Sistema de Mandados

O sistema moderniza o processo de ressarcimento de mandados e traz vantagens importantes:

- **Evita pagamentos duplicados:** Elimina erros que aconteciam na conferência manual dos formulários de reembolso.
- **Oferece consultas e controle avançados:** Gera relatórios detalhados, com filtros por processo, nome do oficial de justiça, unidade, município ou mês.
- **Aumenta a transparência financeira:** Mostra facilmente os valores pagos, com mais clareza e controle.
- **Simplifica a gestão:** Reúne todos os reembolsos dos oficiais de justiça de 1º e 2º graus em um único sistema.
- **Reduz o tempo de trabalho manual:** Automatiza tarefas que antes exigiam muito esforço, como revisar formulários e outras atividades administrativas.

Código	Número processo PJE	Data de criação	Oficial Responsável	Unidade	Situação
COO-24.000382	0600210-53.2024.6.14.0069	10/11/2024	KELL ALBERTH LIMA SANTOS ABREU	69ª ZE	AGUARDANDO ATESTE
COO-24.000381	0600210-53.2024.6.14.0069	10/11/2024	KELL ALBERTH LIMA SANTOS ABREU	69ª ZE	AGUARDANDO ATESTE
COO-24.000382	0600060-73.2024.6.14.0004	05/11/2024	LARISSA PINHO DA SILVA	04ª ZE	ELEGÍVEL PARA RELATÓRIO
COO-24.000381	0600060-73.2024.6.14.0004	05/11/2024	SERGIO AUGUSTO LIMA DE ALMEIDA	04ª ZE	ELEGÍVEL PARA RELATÓRIO
COO-24.000341	0600026-61.2024.6.14.0081	05/11/2024	ANDRÉ LUIZ BRANDÃO VASCONCELOS	81ª ZE	ELEGÍVEL PARA RELATÓRIO
COO-24.000321	0601128-65.2024.6.14.0034	29/10/2024	José Ricardo Moraes da Silva	34ª ZE	ELEGÍVEL PARA RELATÓRIO
COO-24.000301	0600399-44.2024.6.14.0000	27/10/2024	Rubiene Lins Santos de Oliveira	SEPROC	ELEGÍVEL PARA RELATÓRIO
COO-24.000286	0600236-76.2024.6.14.0093	24/10/2024	VINICIUS SALVADOR DA SILVEIRA	93ª ZE	AGUARDANDO ANÁLISE
COO-24.000285	0600235-91.2024.6.14.0093	24/10/2024	VINICIUS SALVADOR DA SILVEIRA	93ª ZE	AGUARDANDO ANÁLISE
COO-24.000284	0600429-91.2024.6.14.0093	24/10/2024	VINICIUS SALVADOR DA SILVEIRA	93ª ZE	AGUARDANDO ANÁLISE
COO-24.000283	0600425-54.2024.6.14.0093	24/10/2024	VINICIUS SALVADOR DA SILVEIRA	93ª ZE	AGUARDANDO ANÁLISE
COO-24.000282	0600426-09.2024.6.14.0093	24/10/2024	VINICIUS SALVADOR DA SILVEIRA	93ª ZE	AGUARDANDO ANÁLISE
COO-24.000281	0600292-12.2024.6.14.0093	24/10/2024	VINICIUS SALVADOR DA SILVEIRA	93ª ZE	AGUARDANDO ANÁLISE
COO-24.000261	0601357-40.2018.6.14.0000	24/10/2024	Arthur Bernardes Costa Azevedo Netto	BESP	AGUARDANDO ANÁLISE
COO-24.000243	0600197-54.2024.6.14.0069	23/09/2024	KELL ALBERTH LIMA SANTOS ABREU	69ª ZE	AGUARDANDO PAGAMENTO

Tela inicial do Sistema de Mandados

Essas funcionalidades deixam o sistema mais confiável, ágil e eficiente. Ele ajuda a monitorar os reembolsos de forma prática e traz benefícios para todos os envolvidos.

O sistema está disponível na intranet do TRE-PA, na página do Portal da CRE. Com essa inovação, a Justiça Eleitoral do Pará avança no gerenciamento de mandados judiciais, garantindo mais agilidade e eficiência.

#### **2.3.4. Acompanhamento e aperfeiçoamento das unidades jurisdicionais no cumprimento do prazo para julgamento**

A Corregedoria Eleitoral, por meio do Núcleo de Apoio, monitorou o cumprimento dos prazos para conclusão de processos nas unidades jurisdicionais de 1º grau. Esses prazos referem-se a despachos, decisões e sentenças, conforme estabelece o Provimento CRE nº 3/2022.

Durante o monitoramento, as zonas eleitorais que ultrapassaram os prazos definidos receberam ofícios-circulares periódicos. Esses ofícios pediam que os(as) magistrados(as) adotassem medidas para garantir o andamento regular dos processos. Caso não fosse possível cumprir os prazos, os(as) magistrados(as) deveriam informar ao Corregedor os motivos do atraso. Como resultado, os Juízes Eleitorais atenderam às orientações e ajustaram a tramitação dos processos, elaborando despachos, decisões ou sentenças. Essas ações ajudaram a acelerar o andamento processual.

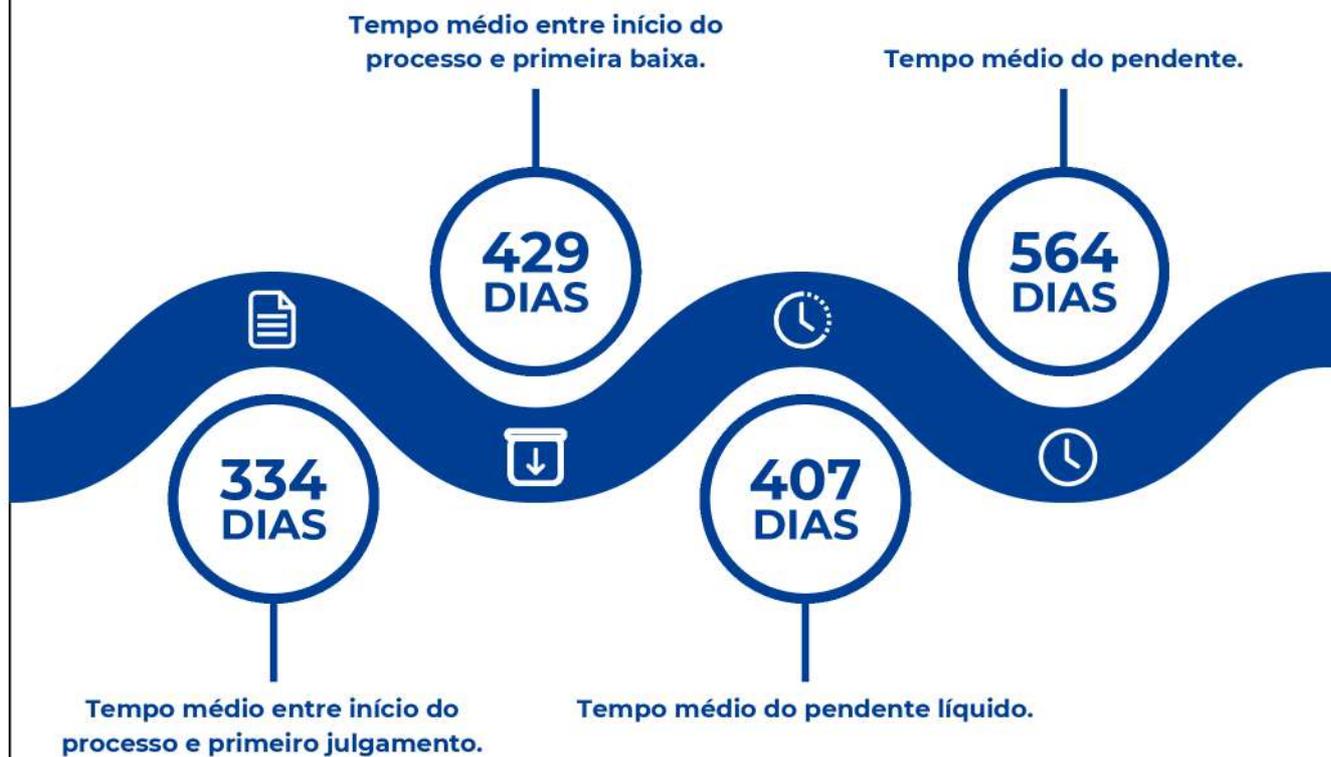
A avaliação anual desse monitoramento no ano de 2023 mostrou que as medidas adotadas no Plano de Ação contribuíram para alcançar as metas estabelecidas (detalhadas em outro item deste relatório). Além disso, essas ações também impactaram positivamente os indicadores do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como o tempo médio de baixa, o tempo médio de tramitação dos processos pendentes, a taxa de congestionamento e o índice de atendimento à demanda.



Para o ano de 2024, pontua-se o resultado positivo nos indicadores que se referem ao tempo do processo. Ressalta-se, porém, o impacto do grande volume de processos de conhecimento ingressados no 1º grau de jurisdição em razão das Eleições Municipais, fato que influenciou para uma queda no Índice de Atendimento à Demanda, conforme demonstram os dados constantes nas figuras abaixo.

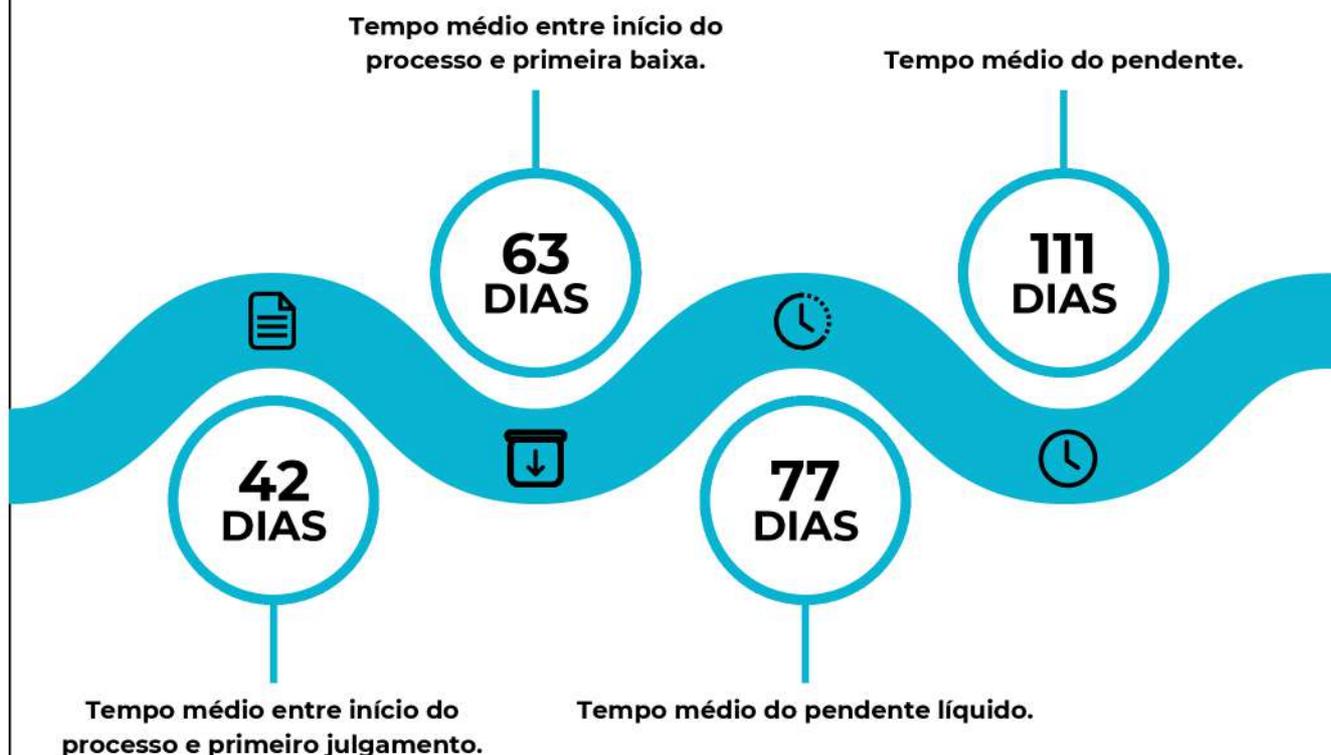


## Acompanhamento dos Indicadores 2023\*



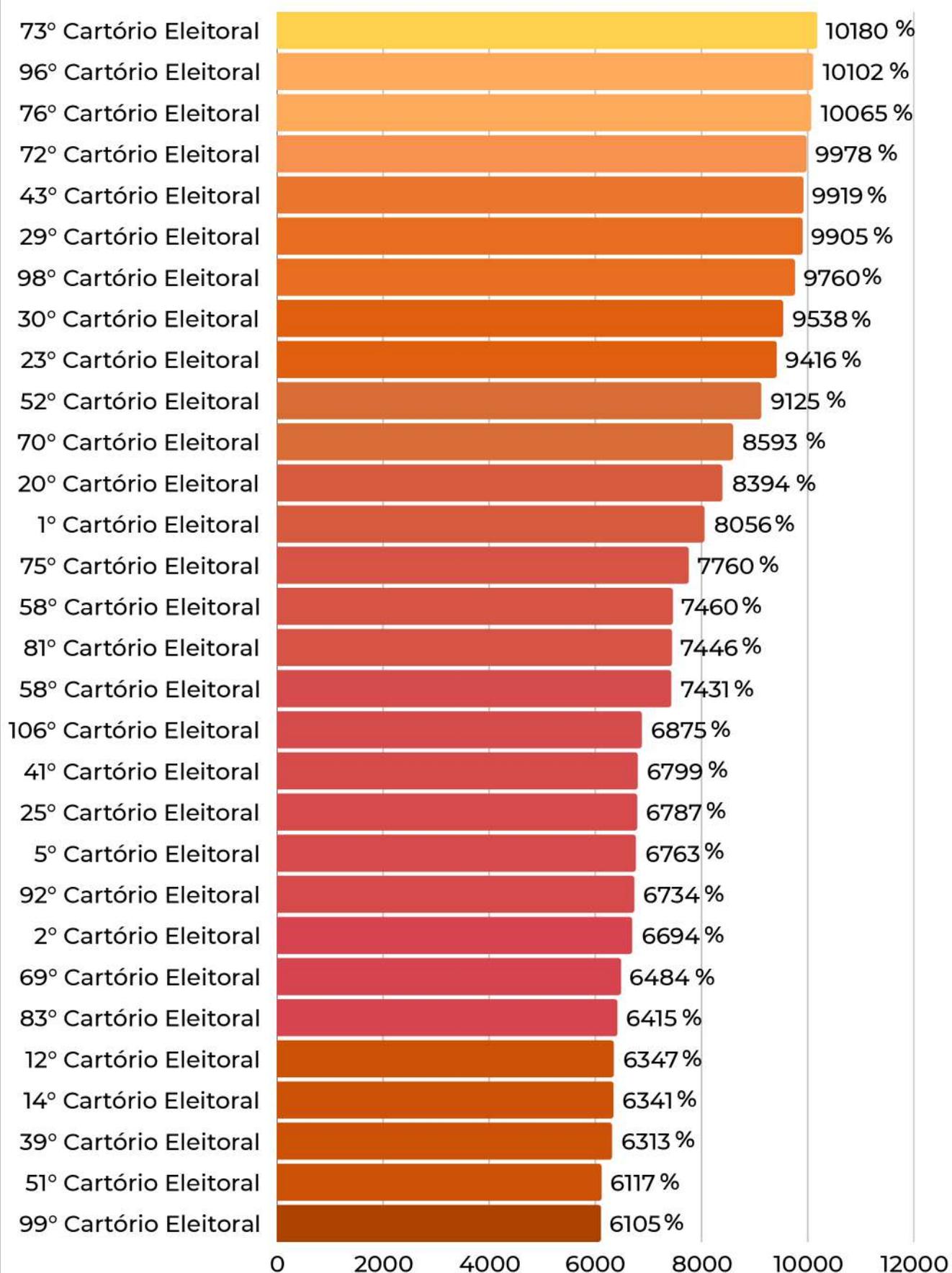
\*Dados extraídos do Datajud atualizados até 31/10/2023.

## Acompanhamento dos Indicadores 2024\*\*



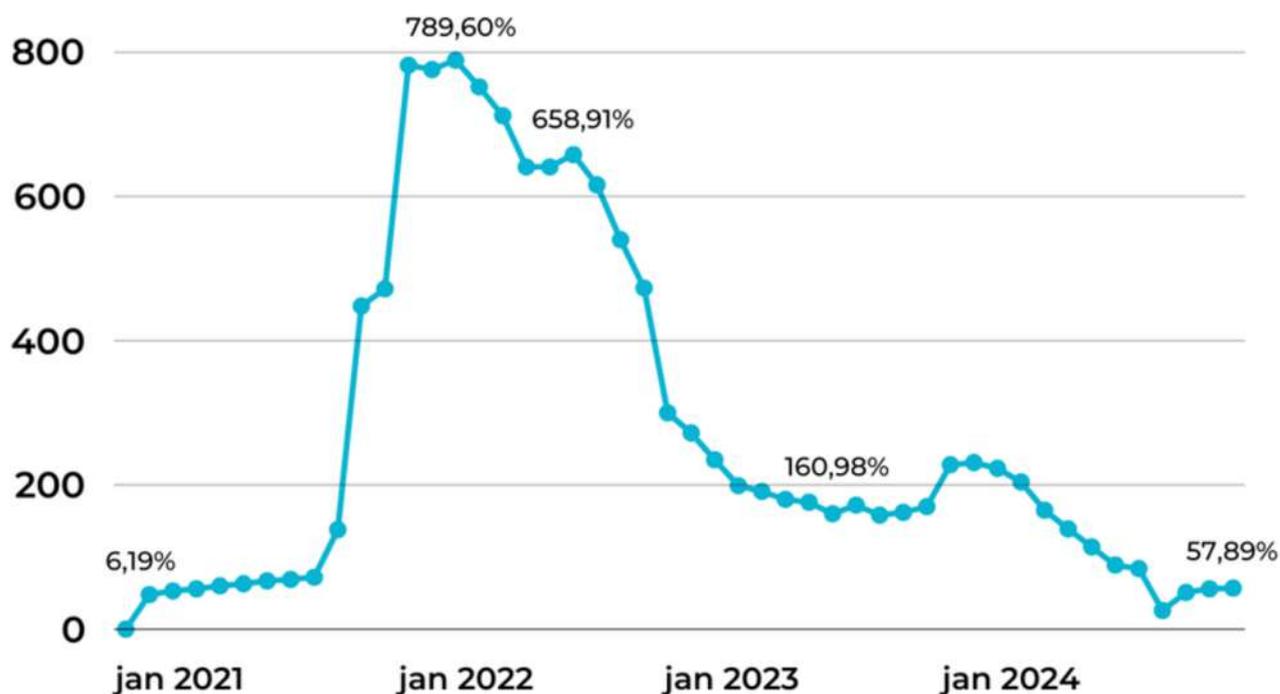
\*\*Dados extraídos do Datajud atualizados até 31/10/2024.

### Índice de atendimento à demanda em 31/11/2024 por ramo, tribunal, grau e órgão julgador\*\*



\*\*Dados extraídos do Datajud atualizados até 30/11/2024.

**Série histórica do índice de atendimento à demanda por mês\*\***



\*\*Dados extraídos do Datajud atualizados até 30/11/2024.

### 2.3.5. Participação na implementação do sistema ATENA como banco de dados para acompanhamento das metas do Poder Judiciário

Em 2023, o Tribunal Regional Eleitoral passou a usar o sistema Atena como ferramenta oficial para extrair, tratar e transmitir os dados estatísticos do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Com essa mudança, surgiu a necessidade de ajustar e tratar os parâmetros dos processos de 1º grau de jurisdição, uma tarefa conduzida pela Corregedoria. Nesse cenário, a CRE, por meio da Coordenadoria de Assuntos Judiciais (CAJ), participou ativamente desse processo. A equipe colaborou nas seguintes atividades:

- Identificar as inconsistências que apareceram na ferramenta Temis após a implementação do Atena;
- Corrigir essas inconsistências no sistema Atena/Temis, realizando os ajustes necessários;
- Verificar se as informações dos processos nos sistemas SADP e PJE estavam em conformidade com os dados registrados no banco de dados do CNJ.

Na tabela abaixo, você encontrará os principais tipos de ajustes realizados nos dados do 1º grau (pela Corregedoria) e do 2º grau (pela SJ), além da quantidade aproximada de cada ajuste.

Ajustes Executados pelo NAC/CAJ/SECRE	
APEi sem recebimento de denúncia	209
Cadastro de Magistrado	140

Pendências de Movimento - Sem correspondência na TPU	232.974
Complementos não cadastrados	14.003
Pendências em assuntos/ sem correspondência na TPU	101
Audiência com problema em complemento	137
Baixados sem movimento de decisão	45
Remessa com problema em complemento	627
Complemento tabelado incompatível com TPU	66.205
Evolução de Classe	6
Recebimento	6
Remessa	5
Distribuição	4
Ajustes em complementos	898

### **2.3.6. Produção da série "Mapas Mentais, Infográficos e Fluxogramas de Procedimentos Judiciais"**

A Coordenação de Assuntos Judiciários orienta as zonas eleitorais do Estado sobre os procedimentos judiciais. O objetivo é garantir uniformidade e eficiência na prestação jurisdicional. Assim, a equipe desenvolveu ações estratégicas para melhorar a comunicação e o acesso à informação. Esses materiais visuais, como mapas mentais, infográficos e fluxogramas, simplificam a compreensão dos procedimentos judiciais. A linguagem clara, objetiva e atrativa facilita a assimilação das informações.

Os temas abordados foram escolhidos com base nas dúvidas mais comuns e nas áreas que geram mais controvérsias, identificadas a partir das demandas recebidas das zonas eleitorais e da análise da legislação.

A série "Mapas Mentais, Infográficos e Fluxogramas de Procedimentos Judiciais", finalizada até dezembro de 2024, inclui os seguintes materiais:

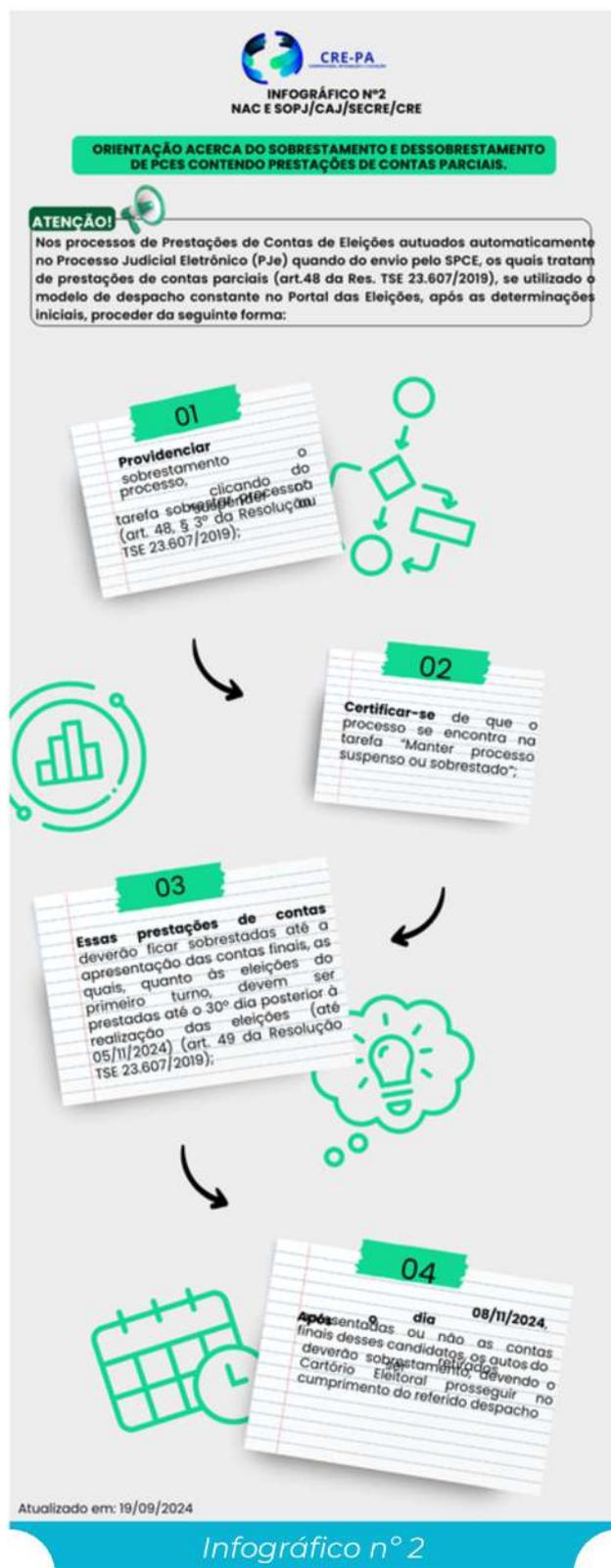
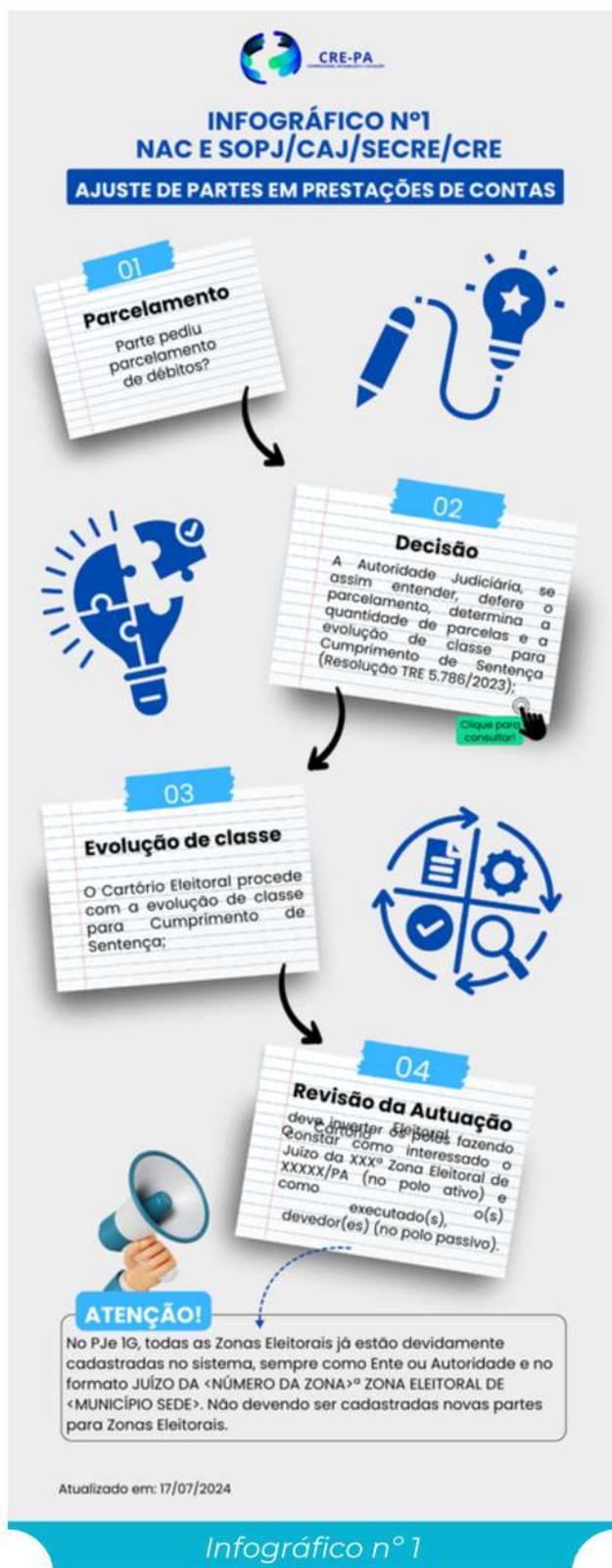
#### **Mapas Mentais:**

- **Mapa Mental nº 01/2024:** Movimentos a registrar no PJe em sentenças de registros de candidatura, prestações de contas e regularizações de omissão - TPU CNJ.
- **Mapa Mental nº 02/2024:** Sistematização das Ações Cíveis Eleitorais.

#### **Infográficos (COM IMAGEM):**

- **Infográfico 1:** Ajuste de Partes em Prestações de Contas;
- **Infográfico 2:** Orientação sobre Sobrestamento e Dessobrestamento de

## Prestações de Contas de Eleições (PCEs) com Prestações de Contas Parciais.



### Fluxogramas:

- Auto de Prisão em Flagrante.
- Procedimentos Judiciais: Representações, Ações Eleitorais e Poder de Polícia.
- Procedimento geral para crimes no dia da eleição.
- Procedimento para crimes de menor potencial ofensivo no dia da eleição.

A equipe usou cores, ícones e elementos gráficos para organizar e facilitar a

memorização do conteúdo. Esse formato torna o aprendizado mais dinâmico e intuitivo.

#### **Benefícios principais da iniciativa:**

- **Maior acesso à informação:** Os materiais visuais tornam o conhecimento mais claro e acessível para todos(as) os(as) servidores(as), independentemente da experiência ou formação.
- **Agilidade nas atividades:** A clareza dos materiais ajuda na consulta e resolução de dúvidas, tornando as rotinas mais rápidas.
- **Padronização dos procedimentos:** Os materiais ajudam a uniformizar os procedimentos nas zonas eleitorais do Pará, o que aumenta a segurança jurídica e a eficiência.
- **Redução de erros e retrabalhos:** A compreensão clara dos procedimentos evita erros e economiza tempo.
- **Melhoria na comunicação interna:** Aumentam a transparência e a eficiência entre a Corregedoria Regional Eleitoral e as zonas eleitorais.

A iniciativa segue a Resolução CNJ nº 347/2020, que incentiva o uso de ferramentas de Visual Law para tornar documentos jurídicos mais claros, objetivos e acessíveis.

Os materiais estão disponíveis na intranet do TRE-PA, no Portal da CRE, por meio do link: <https://novoportal.tre-pa.jus.br/projeto-intranet/corregedoria>.

A série modernizou a comunicação com as zonas eleitorais e facilitou o acesso à informação para os(as) servidores(as). Com isso, a CAJ conseguiu padronizar procedimentos, reduzir erros e otimizar o trabalho das zonas eleitorais. O sucesso do projeto reforça a importância de usar recursos visuais na área jurídica. A equipe continuará investindo nessas ferramentas para aprimorar ainda mais o suporte às zonas eleitorais do Pará.

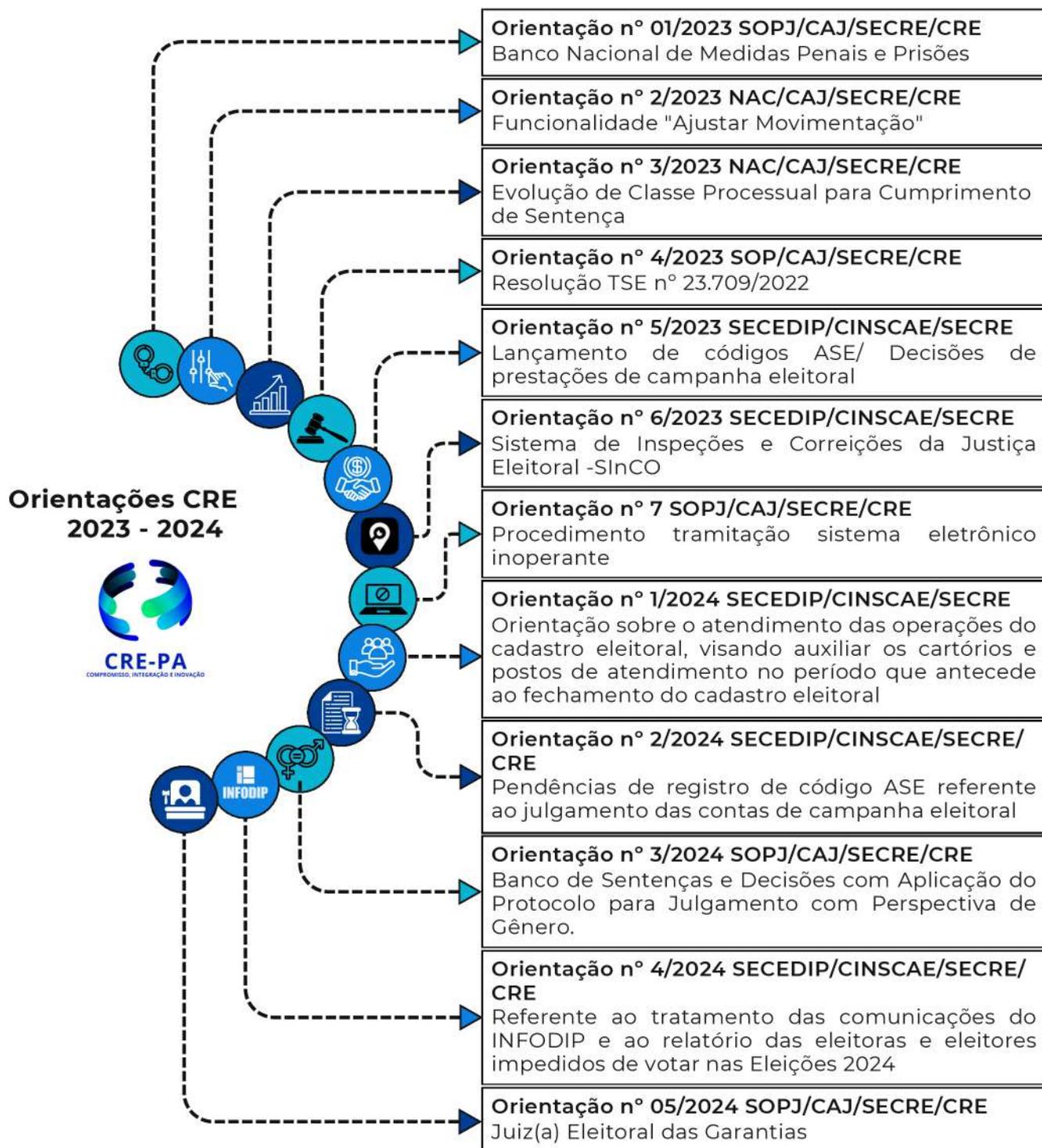
#### **2.3.7. Orientações e Provimentos**

A Corregedoria Eleitoral tem um papel importante na agilidade e produtividade da prestação jurisdicional, bem como na supervisão e orientação ao cadastro eleitoral. Com a elaboração e publicação de Orientações, a Corregedoria busca oferecer informações claras e diretrizes aos cartórios eleitorais, ajudando na organização e uniformização dos processos, além de garantir a eficiência das ações eleitorais, integridade e eficiência dos sistemas de dados dos eleitores.

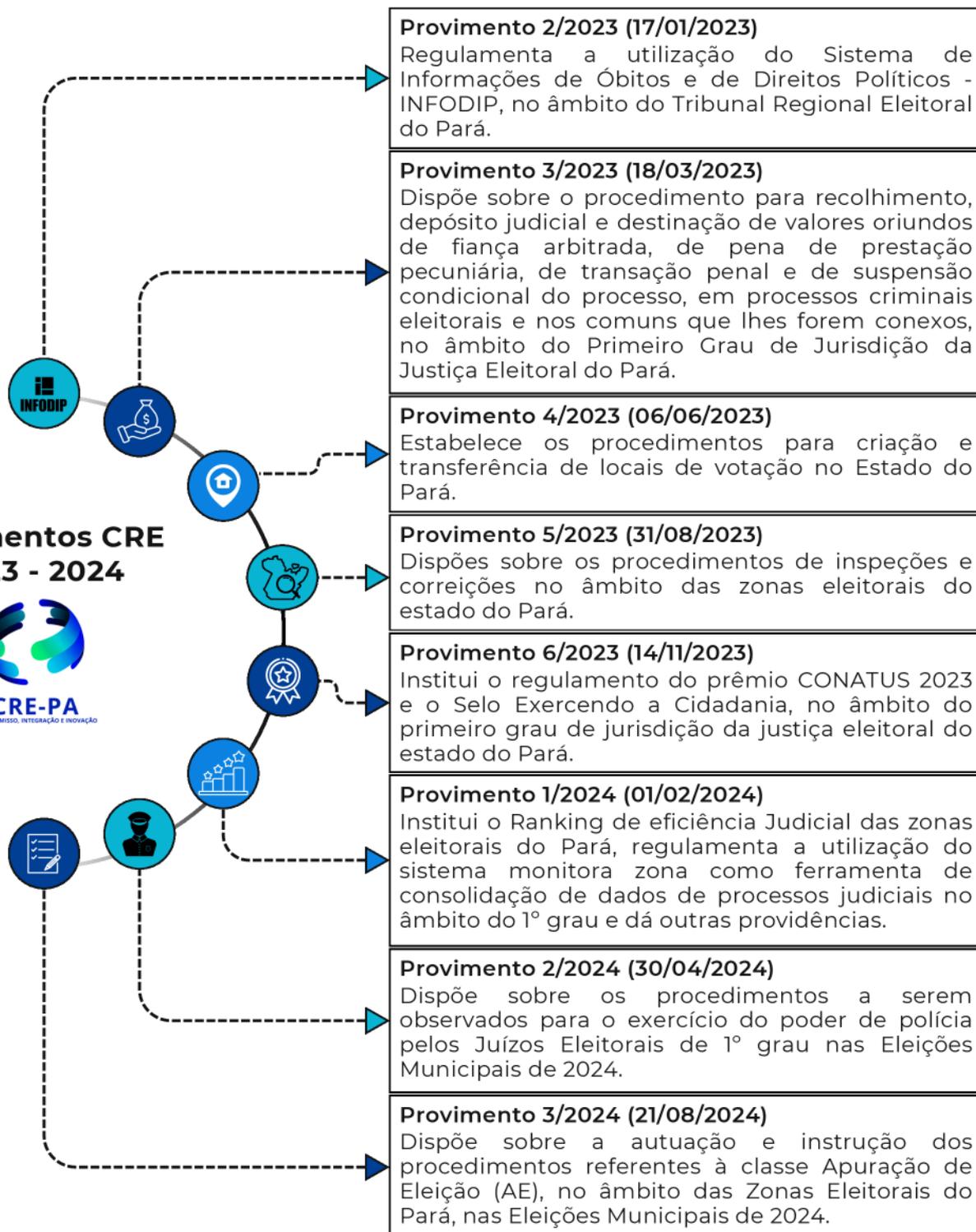
Durante o biênio 2023-2025, em sintonia com o Plano de Ação da CRE-PA, foram criadas e publicadas várias Orientações para melhorar a eficiência do processo eleitoral. Essas orientações trazem diretrizes objetivas e claras para as zonas eleitorais.

Em 2023, foram publicadas sete Orientações sobre temas como o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões, e o novo procedimento para execução e

cumprimento de decisões sobre multas e outras sanções pecuniárias, exceto criminais, da Justiça Eleitoral. Já em 2024, cinco Orientações foram publicadas, tratando do Banco de Sentenças e Decisões com o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, e da implementação do juiz eleitoral das garantias na Justiça Eleitoral do Pará.



## Provimentos CRE 2023 - 2024



### 2.3.8. Parceria no desenvolvimento do sistema Monitora Zona e regulamentação de seu uso pelo 1º grau de jurisdição - Provimento 1/2024

No final do ano de 2023 (entre os meses de outubro a dezembro), a Corregedoria, em parceria com as Secretarias Judiciárias e Tecnologia da Informação, promoveu o desenvolvimento do Sistema Monitora Zona, a partir do Sistema Monitora Jud. O Monitora Zona teve sua utilização regulamentada no âmbito do 1º grau de jurisdição por meio do Provimento CRE 1/2024, de 01/02/2024.

Tal sistema possibilitou a criação de relatórios e a obtenção de dados relativos aos processos PJe, bem como a verificação dos dados referentes à produtividade, às

partes, classes, assuntos, tarefas em que os processos se encontram, tempo dos processos em determinada tarefa, relatórios concernentes aos processos julgados e pendentes de julgamento, e outros.

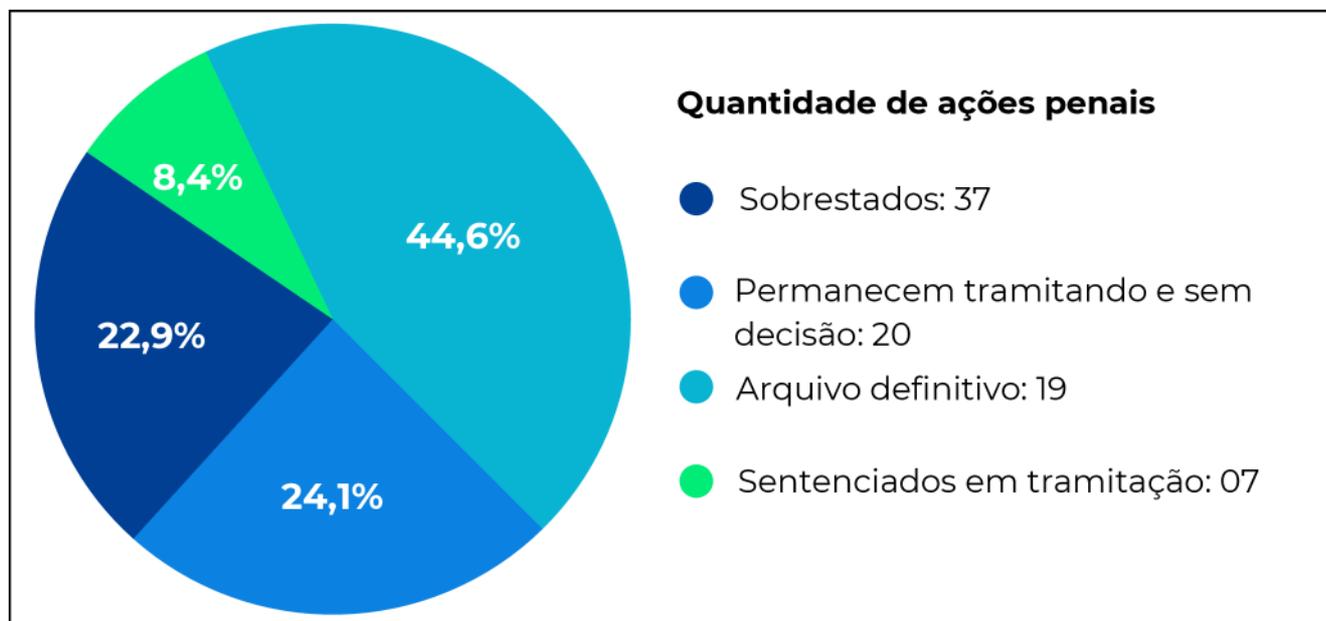
A solução informatizada encontra-se em plena utilização pelos órgãos de monitoramento dos dados de produtividade das zonas eleitorais, e também parte de cada unidade jurisdicional de primeiro grau.

### **2.3.9. Celeridade na tramitação das ações penais nas zonas eleitorais**

A celeridade no julgamento das ações penais é um dos indicadores do Prêmio CNJ de Qualidade. Nesse contexto, a Corregedoria Eleitoral, por meio da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos, criou um projeto para agilizar a tramitação e o julgamento das ações penais. O projeto está alinhado com o Plano de Ação da CRE-PA para o biênio 2023-2025. O projeto incluiu:

- Criação de uma metodologia de acompanhamento;
- Orientações individuais para as zonas eleitorais com ações penais em andamento;
- Acompanhamento constante das ações penais para cumprir o art. 6º da Portaria 82 do Prêmio CNJ de Qualidade;
- Mapeamento das situações que afetam a celeridade, como obstáculos legais em processos criminais, como nos casos em que o réu não é encontrado ou citado por edital.

Com a implementação do projeto de monitoramento, observou-se que, entre os 83 processos monitorados em 2023, os resultados foram os seguintes no final do ano:



Desses 83 processos monitorados, 46 estavam aptos para julgamento. Desses 46, 26 foram sentenciados, o que representa 56,52% dos processos possíveis de julgamento. A tabela a seguir apresenta os dados sobre o tempo médio de tramitação dos processos criminais, extraídos dos sistemas Atena e Datajud.

Processos Criminais	ATENA	DATAJUD
Tempo médio entre o início do processo a 1ª baixa	745 dias	713 dias

*Painel Datajud atualizado até 31/10/2023 e Atena referente ao ano de 2023.*

Outro indicador positivo do projeto é o resultado obtido na ficha avaliativa do Prêmio de Qualidade CNJ 2023, referente ao art. 6º, XI, da Portaria nº 82 do CNJ. O TRE/PA obteve 10 pontos dos 20 previstos na norma, o que corresponde a 50% da pontuação. A ficha também destacou que o tempo médio de tramitação dos processos criminais pendentes foi de 960 dias, um resultado superior ao alcançado em 2022.

No ano de 2024, houve a continuidade do projeto de celeridade de tramitação, com monitoramento, a partir do mês de março, de 135 ações penais eleitorais que encontravam-se em tramitação.

Ao longo do ano de 2024, ao todo, foram monitoradas 148 Ações penais e atualmente, segundo informações constantes no Sistema Monitora Zona, encontram-se sobrestadas 54 Ações penais e estão tramitando 68 processos, dos quais 45 (quarenta e cinco) estão pendentes de julgamento.

Um dos indicadores positivos do projeto é o resultado obtido na ficha avaliativa do Prêmio de Qualidade CNJ 202, referente ao art. 10º, XI, da Portaria nº 353/2023 - Prêmio CNJ de qualidade 2024. O TRE/PA obteve 20 pontos dos 20 previstos na norma, o que corresponde a 100% da pontuação. A ficha também destacou que o tempo médio de tramitação das Ações Penais pendentes foi de 658 dias, um resultado superior ao alcançado em 2023.

Outro indicador positivo do projeto é que dentre os 148 processos monitorados, tendo em vista que 54 foram sobrestados por decisão judicial, restaram 94 para julgamento. Dentre esses 94 processos, foram julgados 49 processos, o que representa 52,12% dos processos passíveis de julgamento.

#### **2.4. DADOS DOS INDICADORES/PRODUTIVIDADE JURISDICIONAL DO 1º GRAU**

O primeiro grau de jurisdição é o segmento mais sobrecarregado do Poder Judiciário. No Tribunal Regional Eleitoral do Pará, é dever da Corregedoria Eleitoral consultar os sistemas de monitoramento do CNJ (Datajud) e do Tribunal (Monitora Zona) para monitorar a produtividade das zonas eleitorais.

##### **2.4.1. Cumprimento das Metas 1, 2 e 4 do Conselho Nacional de Justiça**

As Metas 1, 2 e 4 são as Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), relacionadas a processos judiciais da Justiça Eleitoral. Elas também fazem parte dos indicadores do Prêmio CNJ de Qualidade. Ao longo do biênio a Corregedoria Eleitoral acompanhou o cumprimento dessas metas nas unidades judiciárias do 1º grau, utilizando sistemas como o Atena e o Monitora Zona.

Superando contratempos, o acompanhamento foi feito por meio de orientações

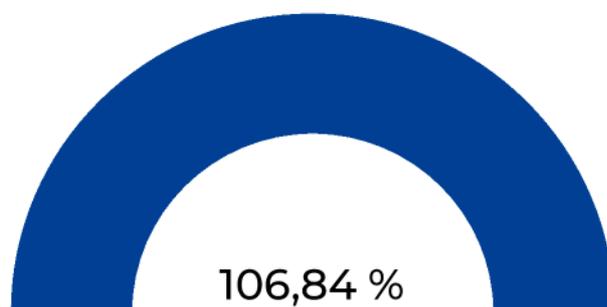
individuais e o envio de ofícios-circulares com um diagnóstico atualizado de cada unidade judiciária de primeiro grau. Para apoiar o cumprimento das metas, a Coordenadoria de Assuntos Jurídicos organizou Workshops para as zonas eleitorais, Semana de Alinhamento e Projeto Impulsionando Resultados.

Os Workshops tinham como objetivo repassar informações importantes sobre o cumprimento das metas nacionais, além de discutir indicadores sobre a celeridade no julgamento das ações penais e no julgamento dos processos mais antigos. Também o objetivo de avaliar o desempenho dos Cartórios Eleitorais em relação à celeridade processual, ao cumprimento das metas e à redução do tempo dos processos.

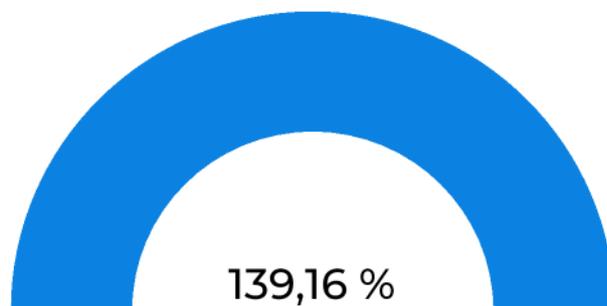
Já as reuniões de alinhamento foram focadas em repassar às juízas, juízes e servidores(as) informações importantes sobre o cumprimento das metas nacionais do CNJ, além de discutir indicadores relacionados à celeridade no julgamento das ações penais e no julgamento dos processos mais antigos. Também avaliar o desempenho dos Cartórios Eleitorais quanto à celeridade processual, ao cumprimento das metas e à redução do tempo dos processos.

Ao final de 2023, os resultados do cumprimento das metas pelo 1º grau de jurisdição, com base nos sistemas de monitoramento foram os seguintes:

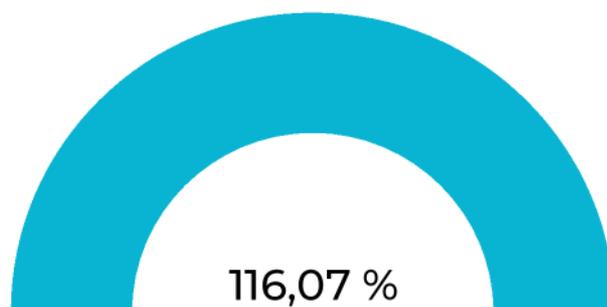
**Meta 1/2023:** 106,84 % *(dados extraídos do Sistema Datajud - CNJ).*



**Meta 2/2023:** 139,16 % *(dados extraídos do Sistema Datajud - CNJ).*



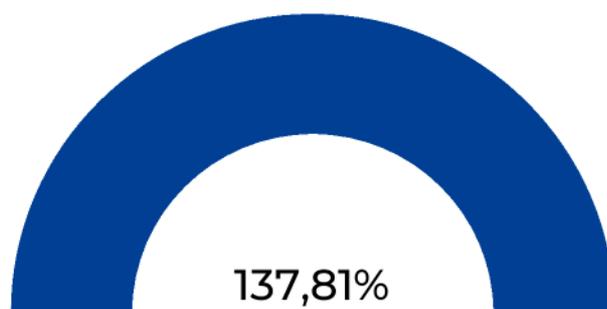
**Meta 4/2023 (Eleições 2020):** 116,07 % *(dados extraídos do Sistema Atena - TRE, em razão da não disponibilidade dos referidos dados pelo CNJ).*



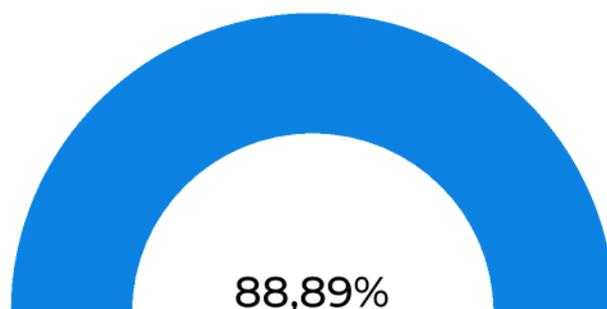
Em 2024, não contamos com um sistema atualizado capaz de mostrar os dados percentuais sobre o cumprimento das metas pelas unidades judiciárias do 1º grau. O Sistema Atena, que é o sistema oficial para esse acompanhamento, não foi atualizado com os parâmetros das metas nacionais de 2024.

Ao final de 2024, com base no painel de metas do CNJ, os resultados do cumprimento das metas pelo 1º grau de jurisdição foram os seguintes:

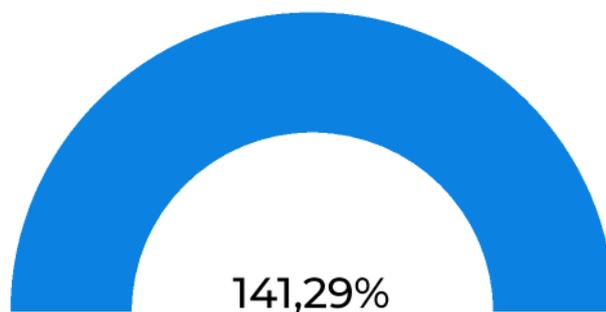
**Meta 1/2024:** 137,81% *(dados extraídos do Sistema Datajud – CNJ em 03/12/2024, com dados atualizados até 31/10/2024).*



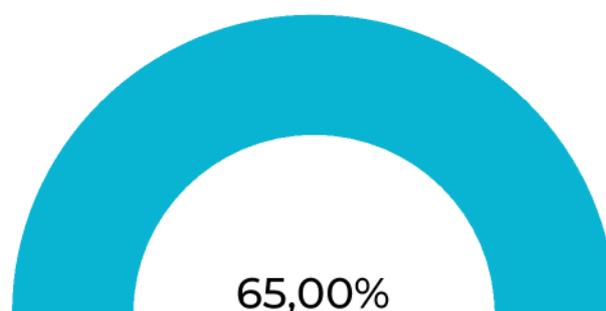
**Meta 2/2024 (processos autuados até 31/12/2018):** 88,89% *(dados extraídos do Sistema Datajud – CNJ em 03/12/2024, com dados atualizados até 31/10/2024).*



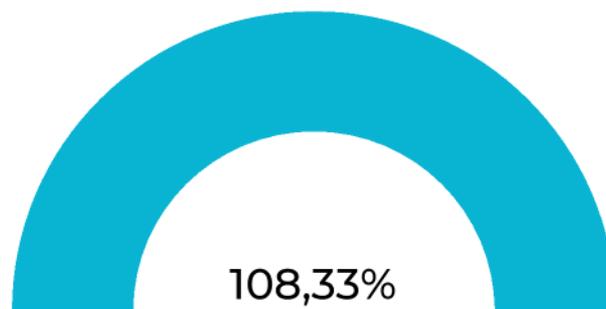
**Meta 2/2024 (processos autuados de 01/01/2019 a 31/12/2022):** 141,29% (dados extraídos do Sistema Datajud – CNJ em 03/12/2024, com dados atualizados até 31/10/2024).



**Meta 4/2024 (processos referentes às eleições de 2020):** 65,00% (dados extraídos do Sistema Datajud – CNJ em 03/12/2024, com dados atualizados até 31/10/2024).



**Meta 4/2024 (processos referentes às eleições de 2022):** 108,33% (dados extraídos do Sistema Datajud – CNJ em 03/12/2024, com dados atualizados até 31/10/2024).



#### **2.4.2. Cumprimento de Metas e Diretrizes Estratégicas do Conselho Nacional de Justiça para as Corregedorias Eleitorais**

**Ano de 2023**

Durante o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado entre 21 e 22 de novembro de 2022, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) definiu as Metas e Diretrizes das Corregedorias para o ano de 2023. Essas metas e diretrizes estão no Glossário de Metas Nacionais e Diretrizes Estratégicas das Corregedorias para 2023. As metas aplicáveis à Justiça Eleitoral são as seguintes:

- **Meta 1:** Concluir mais procedimentos disciplinares do que os que forem distribuídos no ano corrente.
- **Meta 2:** Decidir 100% dos procedimentos disciplinares em andamento nos

Tribunais, que tenham sido distribuídos até 31/08/2022.

- **Meta 3:** Decidir 80% dos procedimentos disciplinares no prazo de 140 dias a partir da distribuição.
- **Meta 4:** Tramitar todos os novos pedidos de providências, atos normativos, representações por excesso de prazo e procedimentos administrativos ou disciplinares exclusivamente pelo PJeCor. Isso inclui os recursos contra decisões correccionais monocráticas, inclusive os que estão em curso nas presidências dos tribunais.
- **Meta 6:** Apresentar, no prazo de 90 dias, um relatório detalhado sobre o cumprimento da Resolução CNJ nº 219/2016, que trata da distribuição de servidores, cargos comissionados e funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário, indicando se existem normas locais correlatas.

### **Resultados:**

Até 31/12/2023, o Tribunal apurou o cumprimento das **Metas 4 e 6**, com respostas confirmando o cumprimento integral dessas metas. Essas respostas foram encaminhadas no primeiro período de avaliação, realizado em 28/04/2023.

Em relação às **Metas 1, 2 e 3**, os dados dos três primeiros períodos de apuração foram enviados ao CNJ, por meio da CAJ e do Núcleo de Apoio às Zonas Eleitorais e Supervisão de Cumprimento de Metas - NAC. O 4º período de apuração ainda está em andamento, e o envio para avaliação pelo CNJ está pendente. Com base nos controles internos deste Tribunal, que atualmente são feitos por meio de planilhas, todas as metas foram cumpridas integralmente.

### **Diretrizes Aplicáveis à Justiça Eleitoral:**

- **Diretriz Estratégica 8:** Informar à Corregedoria Nacional sobre as ações adotadas para cumprir a Recomendação nº 102/2021, que trata do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança para enfrentar a violência doméstica contra magistradas e servidoras. Esta diretriz está relacionada ao macrodesafio de Garantia dos Direitos Fundamentais. A apuração do cumprimento desta diretriz foi feita uma única vez, em dezembro de 2023.
- **Diretriz Estratégica 10:** Informar à Corregedoria Nacional sobre as ações adotadas para cumprir a Resolução nº 401/2021, que estabelece diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e seus serviços auxiliares. A apuração do cumprimento dessa diretriz também foi feita uma única vez, em dezembro de 2023.
- **Diretriz Estratégica 12:** Informar à Corregedoria Nacional, no prazo de 90 dias, sobre as ações adotadas para o retorno ao trabalho presencial, inclusive no segundo grau de jurisdição.

### **Resultados:**

Quanto ao cumprimento das diretrizes, informamos que, em relação às **Diretrizes Estratégicas 8 e 10**, foram adotadas as medidas necessárias para atender às questões que constaram no formulário enviado pelo CNJ. O envio estava previsto para o mês de janeiro de 2024. A **Diretriz Estratégica 12** foi cumprida e

respondida positivamente em 28/04/2023.

Informamos também que foram cumpridas no ano de 2023 as Metas 1, 2 e 3, conforme indicam as imagens abaixo:





Imagens extraídas do painel do CNJ, pelo link: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=21a0d95a-1f18-4b84-a5a6-278cd308ea03&sheet=6c66a90b-fe5b-4aaa-a70f-c902066e7388&theme=horizon&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel>

### **Ano de 2024**

Por ocasião do 8º Fórum Nacional das Corregedorias, foram aprovadas as Metas Nacionais e Diretrizes Estratégicas das Corregedorias para o ano de 2024, as quais constaram no Glossário de Metas Nacionais e Diretrizes Estratégicas das Corregedorias para 2024.

Das Metas e Diretrizes 2024 aplicáveis à Justiça Eleitoral, temos as seguintes:

- **Meta 1:** Baixar quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano corrente.
- **Meta 2:** Decidir 100% dos procedimentos disciplinares em curso nos Tribunais, que tenham sido distribuídos até 31/8/2023.
- **Meta 3:** Decidir 80% dos procedimentos disciplinares no prazo de 140 (cento e quarenta) dias a partir da distribuição.
- **Meta 4:** Tramitar, exclusivamente por meio do PJeCor, todos os novos pedidos de providências, atos normativos, representações por excesso de prazo, procedimentos administrativos e/ou de natureza disciplinar e correicional contra magistrados(as) de primeiro e segundo grau e delegatários(as), bem como os recursos contra decisões correicionais monocráticas, inclusive aqueles em curso nos órgãos ou nas presidências dos tribunais.

## **Resultados:**

Metas apuradas até 31/12/2023: Metas 4 e 6, as respostas com o cumprimento integral das metas foram encaminhadas no primeiro período de avaliação, ocorrida em 28/04/2023. Metas a serem apuradas até 15/02/2024: ano de referência 2023. Quanto às Metas 1, 2 e 3, os dados referentes aos 3 (três) primeiros períodos de apuração, a CAJ através do Núcleo de Apoio às Zonas Eleitorais e Supervisão de Cumprimento de Metas - NAC, providenciou o encaminhamento dos formulários preenchidos ao CNJ, sendo que encontra-se pendente de encaminhamento e avaliação o 4º período, o qual ainda permanece em procedimento de apuração, pelo CNJ. Com relação ao atendimento integral das metas acima pelos controles internos deste Tribunal, o qual atualmente, é feito por meio de planilhas, houve o cumprimento integral das metas.

## **Diretrizes Aplicáveis à Justiça Eleitoral:**

- **Diretriz Estratégica 7:** Implementar, estimular ou viabilizar medidas voltadas ao cumprimento efetivo da Recomendação CNJ nº 102/2021 (adoção do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica praticada contra magistradas e servidoras), no que couber e dentro das atribuições da Corregedoria, em diálogo com a Presidência do Tribunal, informando à Corregedoria Nacional de Justiça.

As informações deverão ser fornecidas, de forma única, em dezembro de 2024, e encaminhadas por meio de formulário eletrônico disponibilizado pela Corregedoria Nacional de Justiça.

- **Diretriz Estratégica 8:** Implementar, estimular ou viabilizar medidas voltadas ao cumprimento da Resolução CNJ n. 401/2021 (desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão), no que couber e dentro das atribuições da Corregedoria, informando à Corregedoria Nacional de Justiça.
- **Diretriz Estratégica 9:** Implementar, estimular ou viabilizar ações de sustentabilidade voltadas ao cumprimento da Resolução CNJ n. 400/2021, no que couber e dentro das atribuições da Corregedoria, informando à Corregedoria Nacional de Justiça.

As informações foram fornecidas, de forma única, em dezembro de 2024, e encaminhadas por meio de formulário eletrônico disponibilizado pela Corregedoria Nacional de Justiça.

- **Diretriz Estratégica 14:** Realizar ações voltadas à observância da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário, no que couber e dentro das atribuições da Corregedoria, inclusive com a criação de canais integrados de denúncia, fluxo e acompanhamento para os processos administrativos disciplinares

envolvendo a matéria, informando a Corregedoria Nacional de Justiça, de acordo com a Resolução CNJ n. 351/2020.

As informações foram fornecidas, de forma única, em dezembro de 2024, e encaminhadas por meio de formulário eletrônico disponibilizado pela Corregedoria Nacional de Justiça.

- **Diretriz Estratégica 15:** Realizar a identificação e o acompanhamento de processos disciplinares envolvendo violência contra a mulher, com a criação de fluxo voltado à observância dos Protocolos de acolhimento e escuta aplicáveis, informando à Corregedoria Nacional de Justiça.

As informações foram fornecidas, de forma única, em dezembro de 2024, e encaminhadas por meio de formulário eletrônico disponibilizado pela Corregedoria Nacional de Justiça.

- **Diretriz Estratégica 17:** Implementar ações voltadas a estimular os(as) magistrados(as) a adotarem a cooperação judiciária, nos termos da Resolução CNJ n. 350/2020, para a prática compartilhada de atos processuais, bem como a reunião de ações individuais ou coletivas que versem sobre fatos comuns, entre outros, mediante a celebração de atos concentrados, sob a orientação dos Núcleos de Cooperação, comunicando as iniciativas à Corregedoria Nacional de Justiça.

Segundo o glossário, os cronogramas de validações dos dados das Metas 1, 2, 3 e 4, bem como para o envio das informações acerca das Diretrizes Estratégicas são :

<b>Cronograma de validação de dados das Metas 1, 2 e 3</b>		
1º Período de referência	1º/1/2024 a 31/3/2024	validação de dados 1º a 30/4/2024
2º Período de referência	1º/4/2024 a 30/6/2024	validação de dados de 1º a 31/7/2024
3º Período de referência	1º/7/2024 a 30/9/2024	validação de dados de 1º a 31/10/2024
4º Período de referência	1º/10/2024 a 31/12/2024	validação de dados de 7/1 a 14/2/2025

<b>Cronograma de validação de dados da Meta 4</b>		
Período único de referência	1º/1/2024 a 31/12/2024	envio das informações 7/1/2025 a 14/2/2025

Ou seja, atualmente, contamos apenas com os resultados das Metas 1, 2 e 3, e isso até o 3º período de referência, ou seja, contamos com os dados dos processos de

01/01/2024 até 30/09/2024, quais sejam, conforme pode ser aferido por meio do link:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYWQ2YjgyNzYtMzIxYi00OTI1LTljMmUtMGQ5ZjU5NGE1YTlkliwidCI6ImFkOTE5MGU2LWM0NWQtdNDYwMCIiYzVjLWVjYTU1NGNjZjQ5NyIsImMiOiJ9>

<b>Metas do CNJ - Percentual - Ano 2024 (dados dos processos até 30/09/2024)</b>	
Meta 1	38%
Meta 2	Sem processos na meta
Meta 3	100%

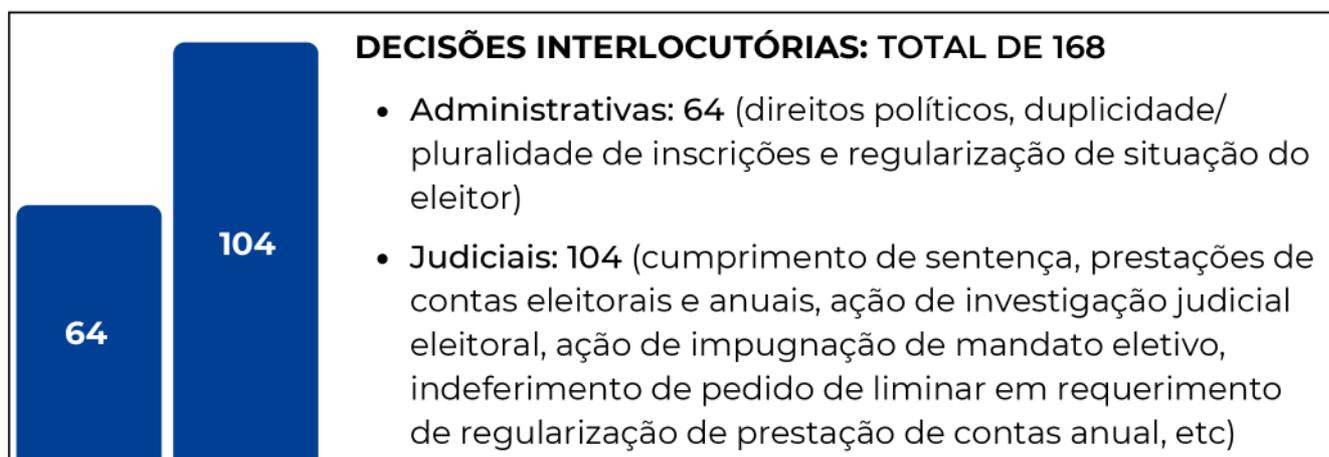
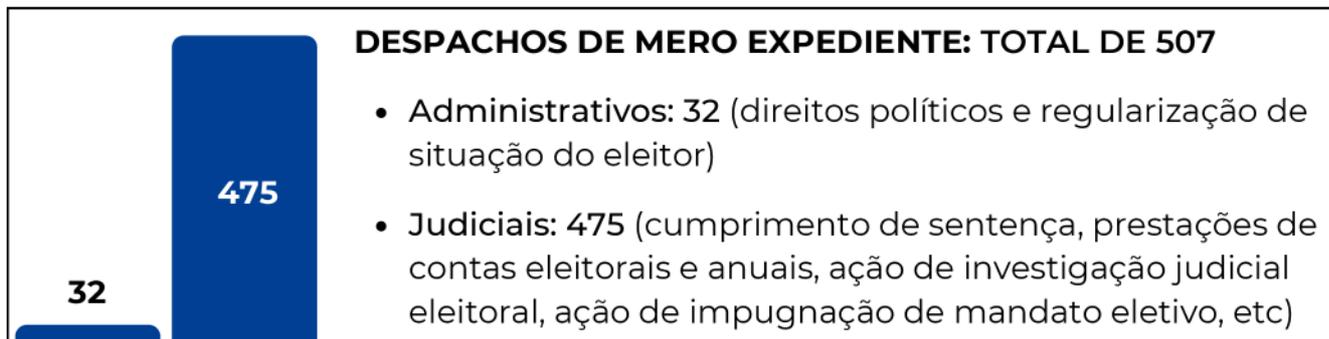


Acompanhamento das metas nacionais das corregedorias

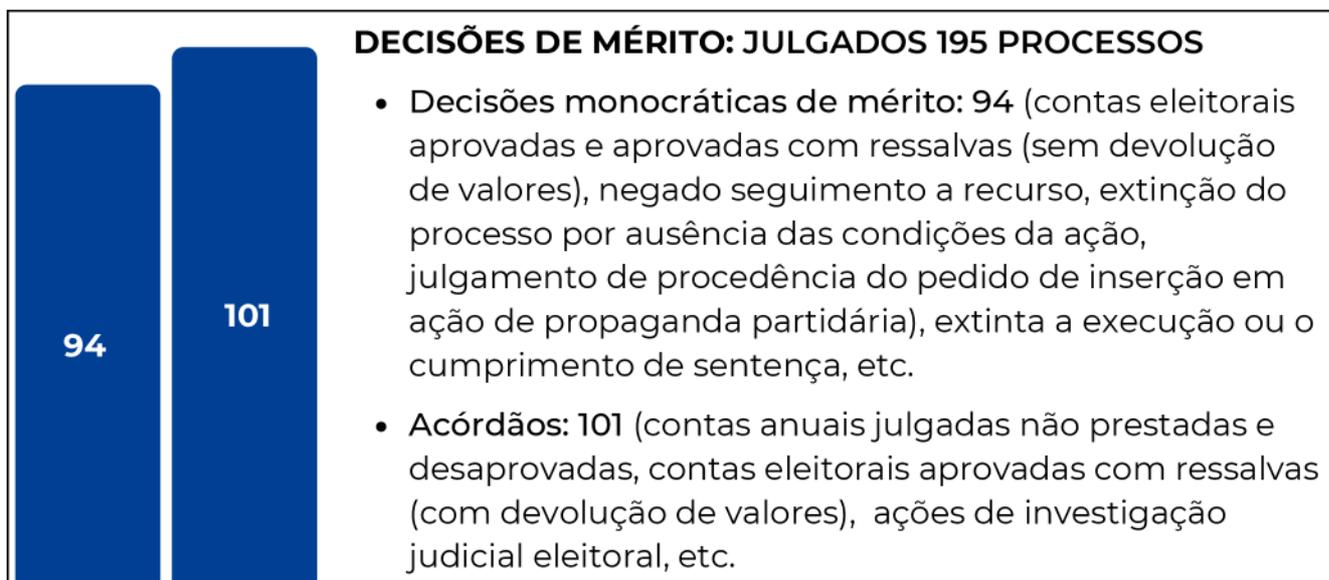
## 2.5. JULGADOS DO CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL E VICE-PRESIDENTE

### 2.5.1. Dados estatísticos - decisões monocráticas, audiências e outros

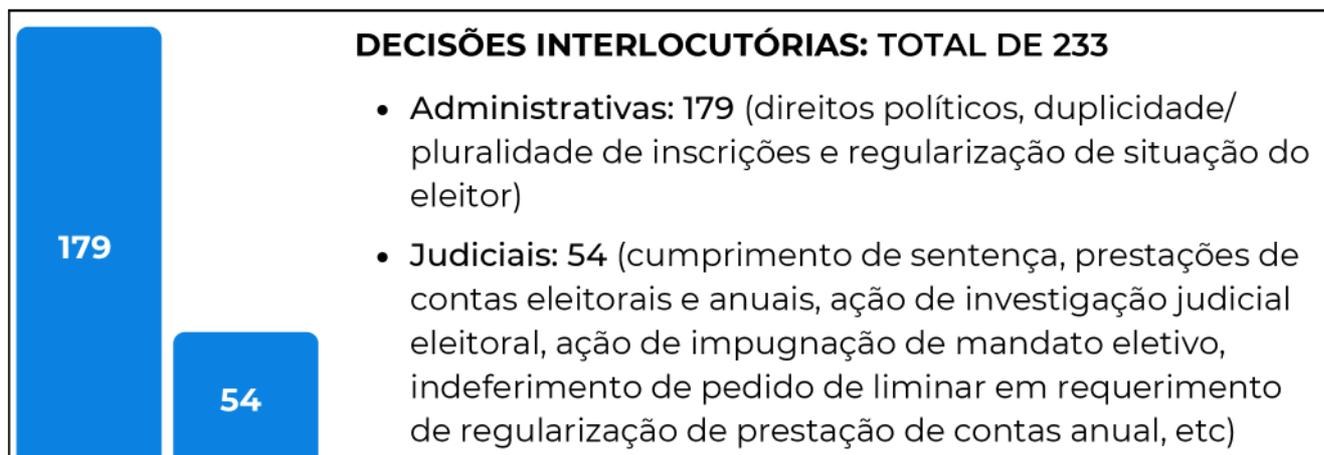
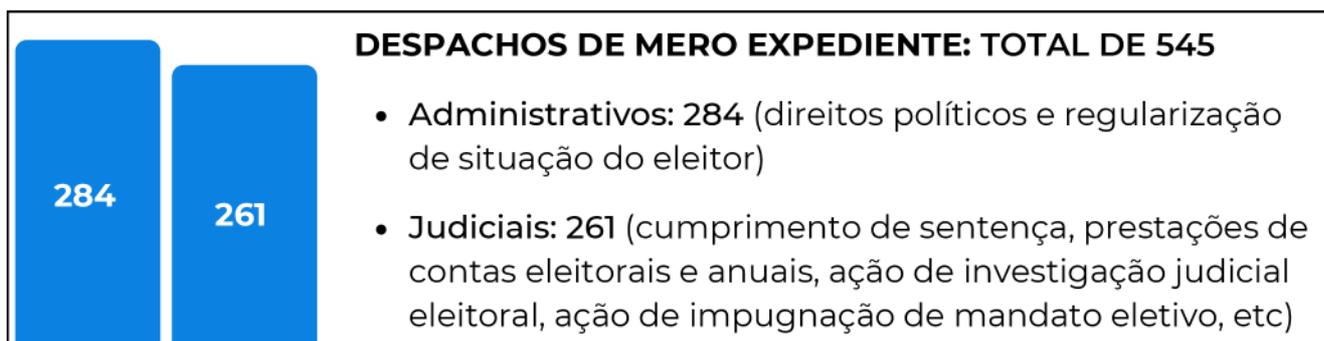
Ano de 2023



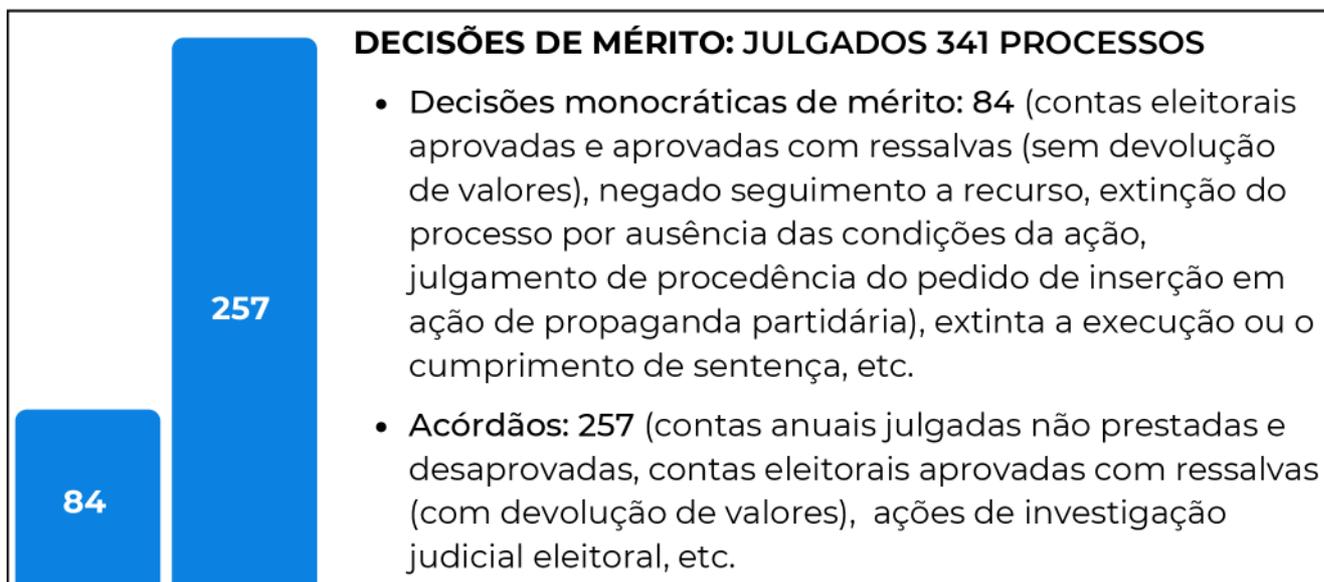
Dados extraídos do Atena.



Dados extraídos do MonitoraJud.

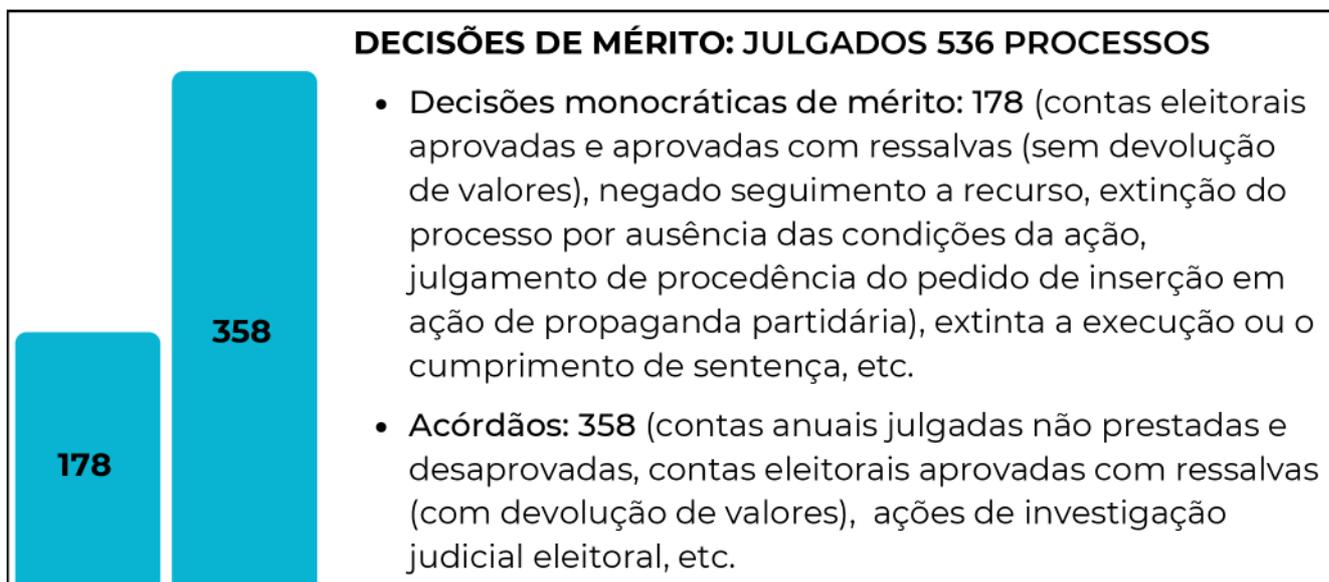
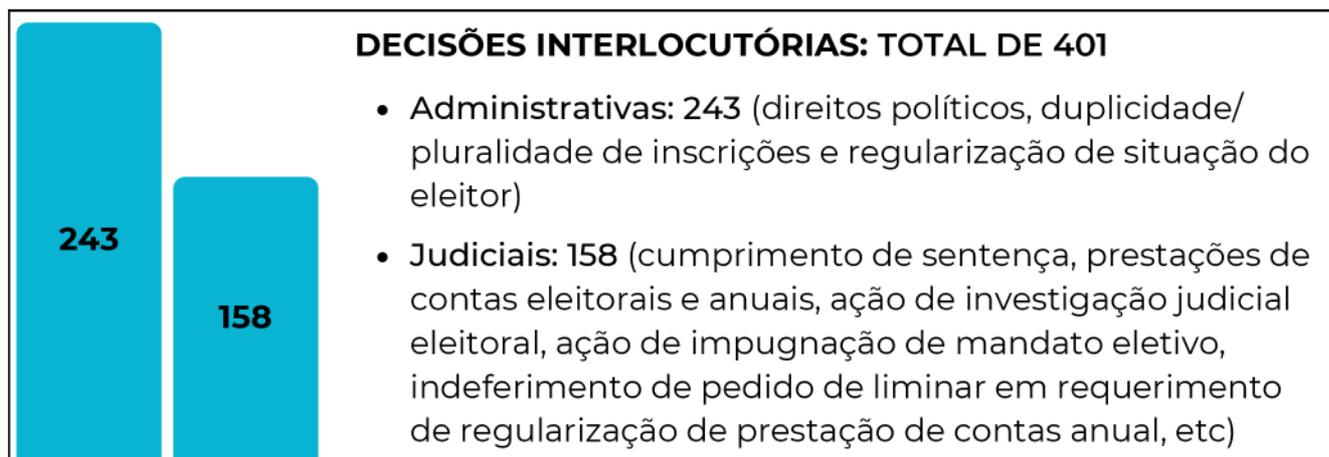
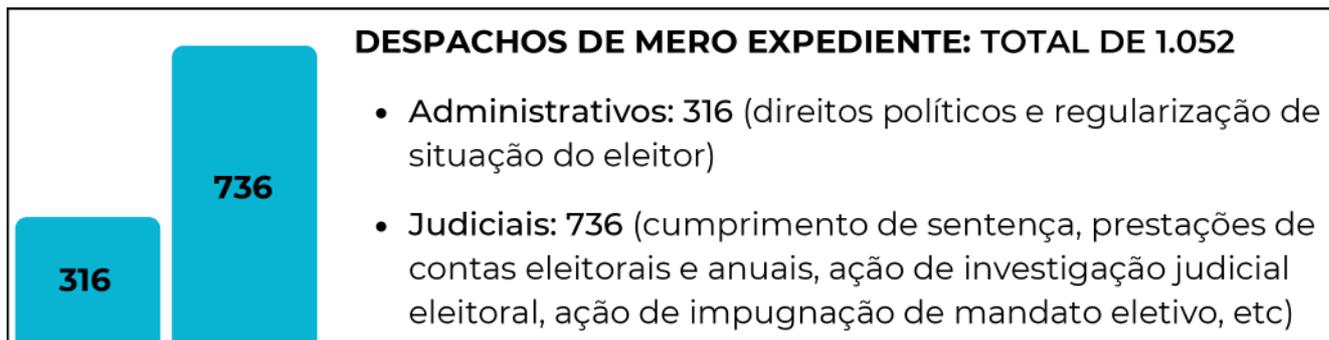


Dados extraídos do Atena.



Dados extraídos do MonitoraJud.

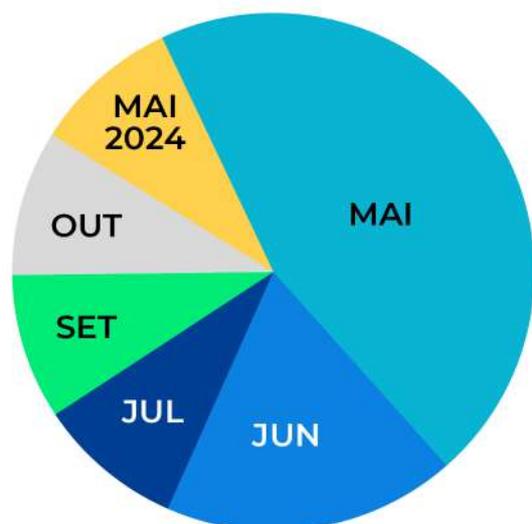
## Somatória do biênio



Dados extraídos do MonitoraJud até 18/12/2024.

## AUDIÊNCIAS

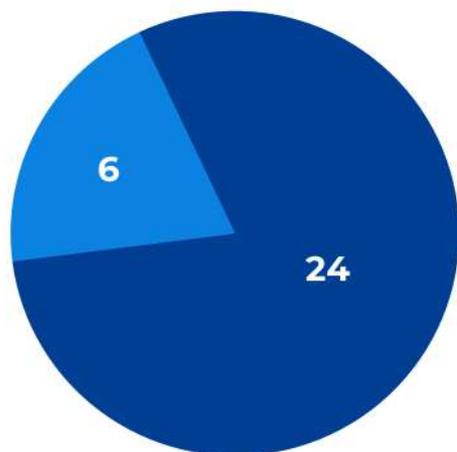
Foram realizadas 11 (onze) audiências durante o biênio de 2023 - 2024



- 05/05/23: Aije nº 0602664-87;
- 12/05/23: Aije nº 0602647-51;
- 19/05/23: Aije nº 0602662-20;
- 22/05/23: Aije nº 0600004-86;
- 29/05/23: Aije nº RepEsp nº 0602646-66;
- 07/06/23: Aije nº 0602649-21;
- 14/06/23: Aije nº 0602666-57;
- 24/07/23: Aije nº 0602478-64;
- 22/09/23: Aije nº 0600014-33 e conexas;
- 07/12/23: Aije nº 0602663-05 e conexas;
- 02/05/24: SuspOP nº 0600064-59.2023.6.14.0000

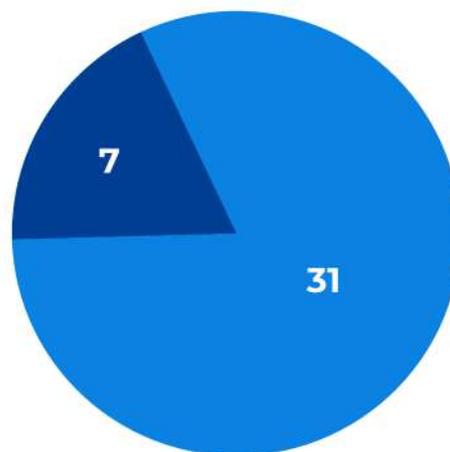
### 2.5.2. Atuação e natureza correicional

Investigações preliminares (SEI) - total de 30 atos em 2023



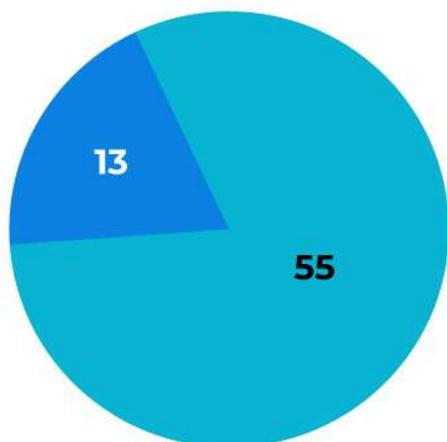
● 24 Decisões ● 6 Despachos

Investigações preliminares (SEI) - total de 38 atos em 2024



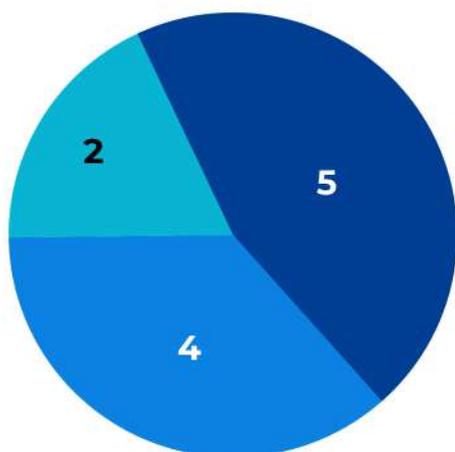
● 31 Decisões ● 7 Despachos

Investigações preliminares (SEI) - total de 68 atos no biênio de 2023 - 2024



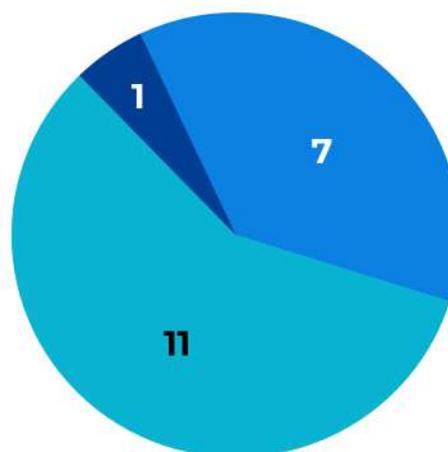
● 55 Decisões  
● 13 Despachos

**Processo judicial (PJECOR) -  
total de 11 decisões em 2023**



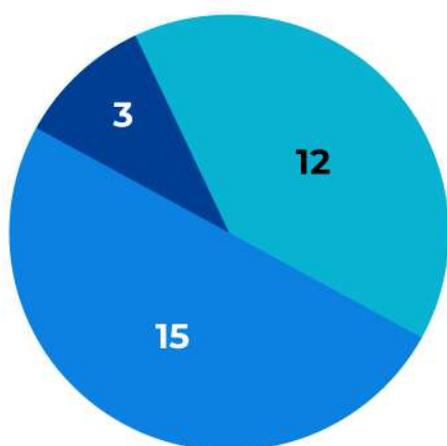
- 5 Reclamações disciplinares
- 4 Pedidos de providências
- 2 Processos administrativos disciplinares

**Processo judicial (PJECOR) -  
total de 19 decisões em 2024**



- 7 Reclamações disciplinares
- 11 Pedidos de providências
- 1 Processos administrativos disciplinares

**Processo judicial (PJECOR) -  
total de 30 decisões no biênio de 2023 - 2024**

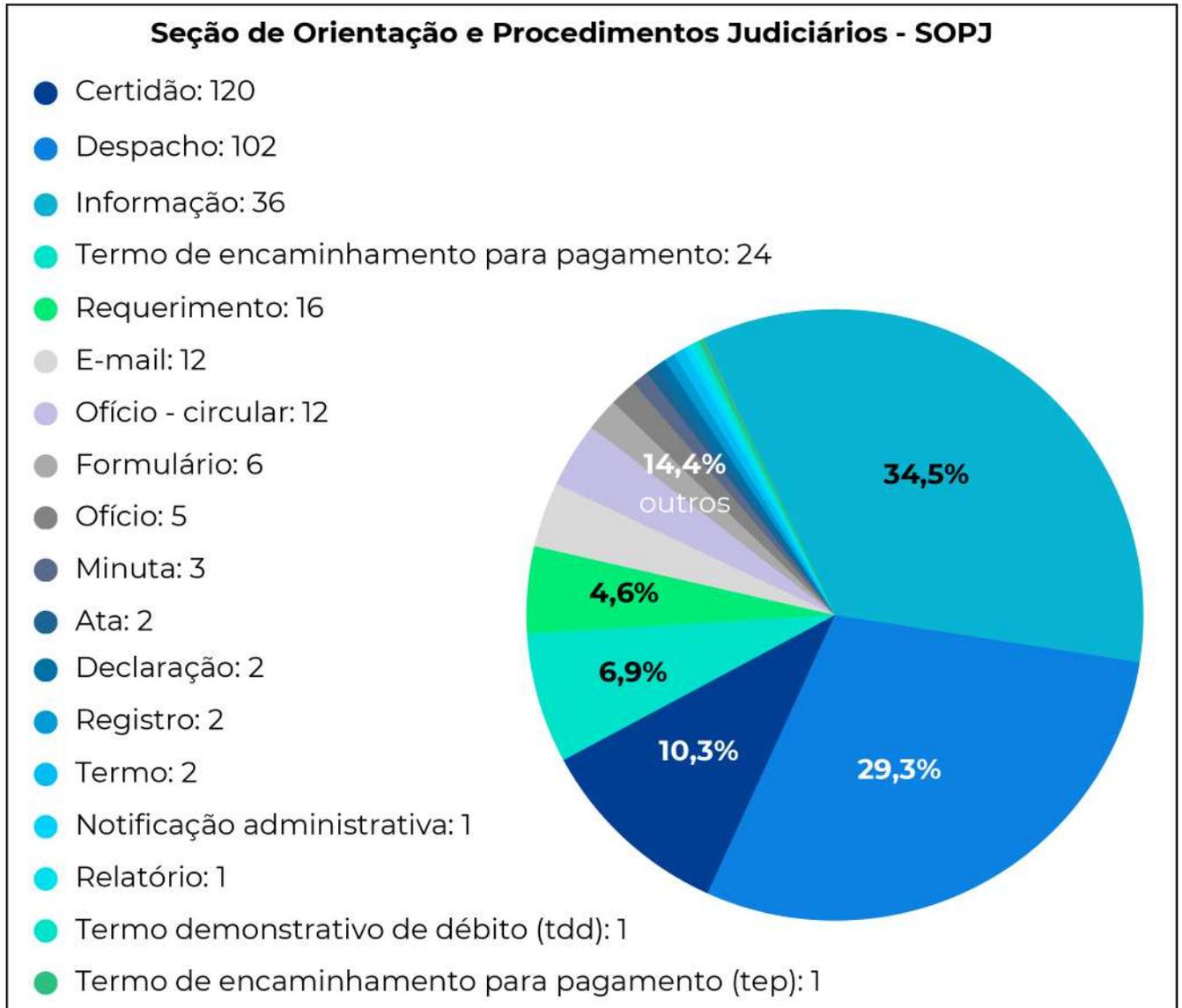


- 12 Reclamações disciplinares
- 15 Pedidos de providências
- 3 Processos administrativos disciplinares

## 2.6. CORREGEDORIA EM NÚMEROS - PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

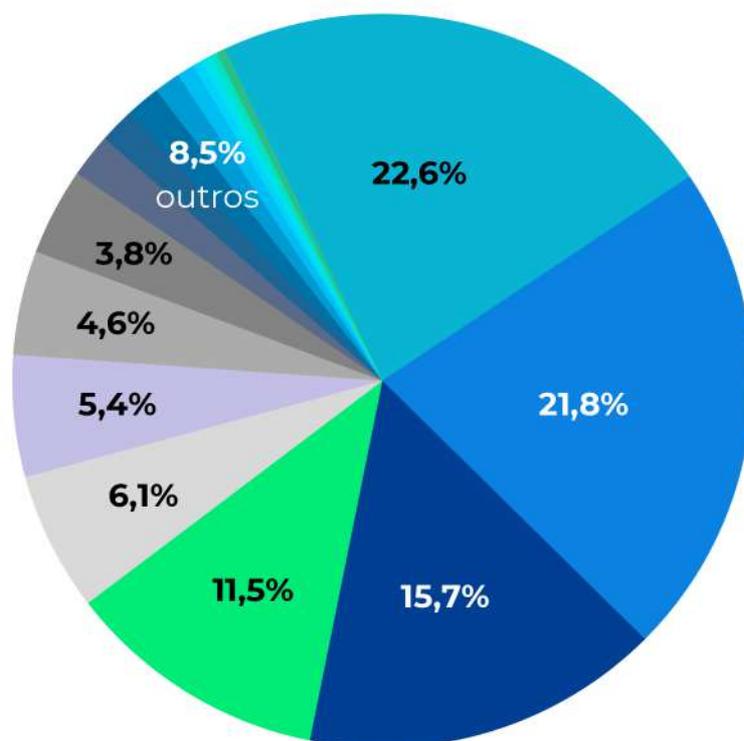
Ano de 2023

Informamos que, em 2023, a SOPJ e o NAC produziram diversos documentos, além dos atendimentos realizados por e-mail e telefone. Abaixo, você verá os gráficos que apresentam esses números.



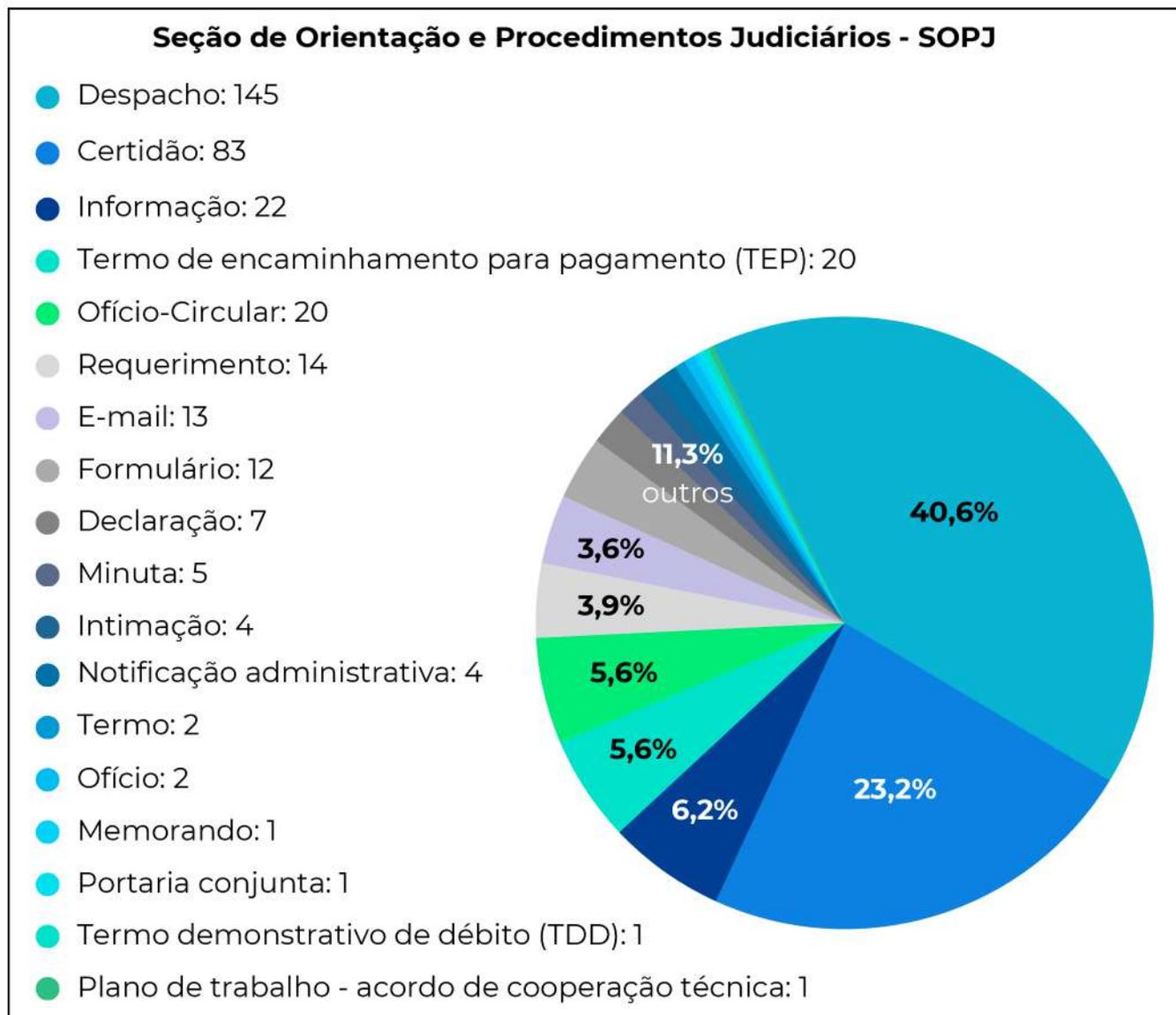
## Seção de apoio às zonas eleitorais e supervisão de cumprimento de metas - NAC

- Despacho: 59
- E-mail: 57
- Ofício - circular: 41
- Informação: 30
- Anexo: 16
- Ofício: 14
- Formulário: 12
- Planilha: 10
- Declaração: 5
- Glossário: 4
- Requerimento: 4
- Projeto: 3
- Certidão: 2
- Relatório: 1
- Tabela: 1
- Termo: 1
- Termo demonstrativo de débito (td): 1



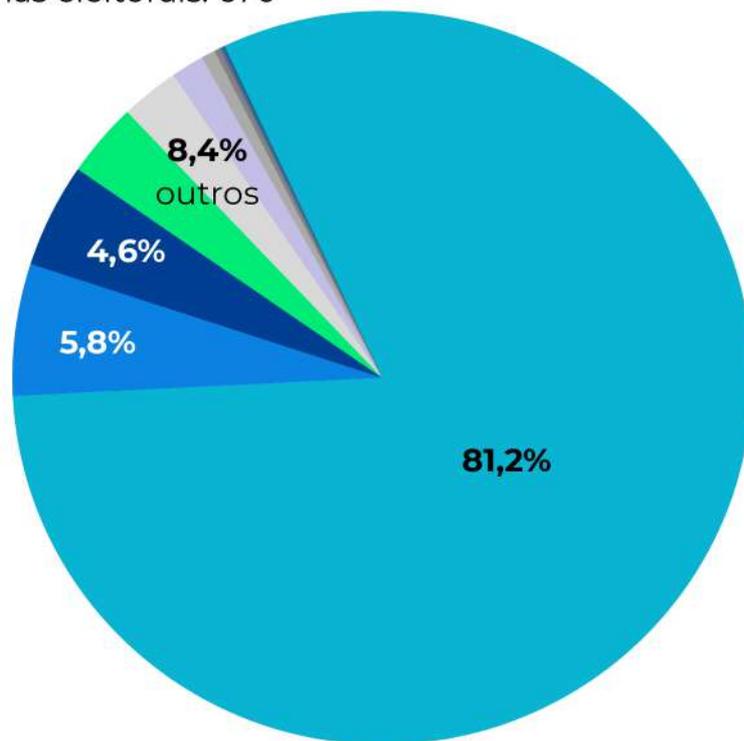
Ano de 2024

Informamos que foram elaborados, sem prejuízo dos atendimentos realizados por e-mail e telefone, pela SOPJ e pelo NAC, em 2024, os seguintes documentos, conforme gráficos abaixo:



## Seção de apoio às zonas eleitorais e supervisão de cumprimento de metas - NAC - 2024

- E-mail's enviados para as zonas eleitorais: 670
- Despacho: 48
- Informação: 38
- Ofício-circular: 27
- Certidão: 21
- Ofício: 12
- Declaração: 5
- Requerimento: 2
- Minuta: 1
- Termo: 1



# 3.

## **GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

### 3.1. EXERCENDO A CIDADANIA



O Projeto Exercendo a Cidadania faz parte do Plano de Ação da Corregedoria Eleitoral para o biênio 2023-2025. Ele tem como objetivo garantir o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade social aos serviços da Justiça Eleitoral, seguindo as diretrizes da Resolução TSE nº 23.659/2021 - Cadastro Eleitoral. Esta resolução, em seu artigo 1º, inciso IV, destaca a importância de expandir e especializar os serviços eleitorais para atender, de maneira adequada, pessoas com deficiência e grupos sociais vulneráveis.

O foco principal do projeto é garantir o acesso à informação e aos serviços eleitorais para pessoas em situação de vulnerabilidade ou marginalizadas, como aquelas que vivem nas ruas, adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, entre outros.

Durante o biênio, o projeto atendeu, por exemplo, pessoas em situação de rua, indígenas refugiados da etnia warao, adolescentes em medidas socioeducativas e comunidades quilombolas e indígenas.

Além dos serviços eleitorais, o projeto também estabelece parcerias para oferecer a emissão de outros documentos e diversos serviços para a população, ampliando o suporte para quem mais precisa.

#### 3.1.1. “Nas ruas da cidadania” - Semana Nacional do Registre-se

De 8 a 12 de maio de 2023, aconteceu o Projeto Exercendo a Cidadania, uma parceria entre a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e diversas outras instituições. O projeto aconteceu em quatro locais diferentes e contou com a colaboração de muitas parcerias que ajudaram a torná-lo um sucesso. Durante a semana, foram emitidas 982 certidões de registro civil, o que colocou o projeto em quarto lugar no ranking nacional de emissões de certidões, conforme dados do Conselho Nacional de Justiça, durante a “1ª Semana Nacional – Registre-se!”.

As pessoas atendidas no projeto receberam diversos serviços, como alimentação, banho, corte de cabelo, cuidados com a saúde bucal, atendimento psicossocial e emissão de documentos. Também foi oferecido suporte jurídico, consulta sobre benefícios econômicos, emissão do cartão SUS e cadastro no CadÚnico. Além disso, foram doados alimentos, kits de higiene pessoal e roupas. Toda essa organização só foi possível graças às parcerias com os Centros Pop’s, a Casa Rua, e também à ajuda de servidores, colaboradores e estagiários do Tribunais Regional Eleitoral e do Tribunal de Justiça do Pará, com destaque para as zonas eleitorais de Ananindeua (43ª e 72ª).

#### Cronograma da Semana:

- 08 e 09/05/2023: Casa Rua - Praça da Bandeira

- 10/05/2023: Centro POP São Brás e Igreja Primeiro Amor
- 11/05/2023: Centro POP Icoaraci e Cartório da 30ª Zona Eleitoral
- 11/05/2023: Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho (SEMCAAT), em Ananindeua



*Serviço de corte de cabelo, no terceiro dia da ação do Projeto Exercendo a Cidadania, na Semana Nacional do 'Registre-se'.*

Durante os cinco dias de ação em quatro locais diferentes, foram prestados 19 serviços. A logística foi complexa, pois o projeto envolveu diferentes dinâmicas para atender à demanda. O foco do atendimento foi em pessoas em situação de vulnerabilidade, como moradores de rua, quilombolas, refugiados e ribeirinhos. Do total de quase mil pessoas atendidas, 46% tinham entre 26 e 45 anos e 10,7% eram pessoas com mais de 60 anos. Mais de 61% das pessoas atendidas tinham ensino fundamental e 2,3% possuíam nível superior.

Entre as pessoas atendidas, 11% eram estrangeiras, com a maioria sendo venezuelanas. O atendimento também alcançou 66,7% de pessoas em situação de rua, 10,7% de quilombolas e ribeirinhos, e 15,3% de refugiados. O restante eram moradores de abrigos.

A equipe trabalhou intensamente para emitir os documentos necessários no menor tempo possível. Muitos servidores e voluntários compartilharam a alegria de poder ajudar e notaram a felicidade de quem recebeu o atendimento.

Toda a organização da semana de atendimento foi feita pela Corregedoria

Eleitoral, com o apoio da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e da Administração do TRE do Pará. Ao todo, foram realizados mais de 3.000 atendimentos, como pode ser visto no relatório de evidências abaixo.



*Equipe da Corregedoria Eleitoral na Semana do Registre-se 2023.*



**Servidora do TRE do Pará, Valéria Fontelles.**

Tantas pessoas invisíveis que conseguimos alcançar, com uma palavra, documentos. Realmente o pouco que consegui participar, vi tanta gratidão dessas pessoas e algumas, até diziam vou conseguir um trabalho e sair da rua.



**Servidora da Polícia Civil, Rosa Ramos.**

Verdade, quando recebiam a identidade na capinha beijavam, beijavam, beijavam o documento.



*Desembargador José Maria do Rosário com eleitora atendida durante a ação.*

Quanto aos beneficiários pelo projeto, em depoimento para o Jornal Liberal 1ª edição, Rosinaldo Leal e Sérgio Maciel Moreira, destacam respectivamente, a importância da realização de projetos como esse. Acesse e assista na íntegra as reportagens veiculadas em redes de televisão, pelo link [https://drive.google.com/drive/folders/1tZjqr4D6PdM69yDBNDb210v\\_xtXkoiA1?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1tZjqr4D6PdM69yDBNDb210v_xtXkoiA1?usp=sharing) ou QR-Code.



“ Não consegui emprego, não consegui pagar aluguel, houve separação, divórcio, e acabei parando na rua. Já visualizo uma ascensão, uma melhora na minha vida, já consigo pensar no emprego novamente, retornar minha vida profissional (...)



*Servidores Bruno Giorgi e Elaine Santana com criança indígena segurando sua carteira de identidade.*

### **3.1.2. Atendimento a adolescentes cumprindo medidas socioeducativas – "Resgatando Sonhos"**

Em 2023, o Projeto Exercendo a Cidadania tem o objetivo de garantir que jovens em situação de vulnerabilidade tenham acesso aos serviços eleitorais e à informação. Em Santarém, o projeto atendeu adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Centro Socioeducativo do Baixo Amazonas (CSEBA). Os participantes, com idades entre 15 e 19 anos, estavam na unidade de internação provisória masculina de Santarém (UASE/SMB I) e também na unidade de semiliberdade masculina (UASE/SMB II). O evento aconteceu no período da manhã e da tarde, e contou com uma roda de conversa sobre os direitos e deveres das eleitoras e eleitores e a importância do voto. Também foram apresentados os serviços eleitorais, como alistamento, revisão de dados e transferência de título.

Durante a roda de conversa, o Secretário da Corregedoria, Bruno Giorgi, e sua equipe ouviram os jovens sobre seus sonhos ao voltarem para casa. Eles falaram sobre as atividades socioeducativas que acontecem na unidade e como o aprendizado de uma profissão pode ajudá-los a ter um futuro diferente da realidade difícil que os levou até ali. Alguns jovens mencionaram o sonho de ser padeiro, cabeleireiro, jogador de futebol e até juiz, como contou um socioeducando da semiliberdade, que é estagiário no fórum cível de Santarém.



*Roda de Conversa facilitada pela equipe da CRE-PA, com jovens socioeducandos de Santarém.*

Além disso, foi oferecido atendimento eleitoral, com a realização de 14 alistamentos, 1 transferência e 3 revisões de dados. Cada jovem pôde escolher a cidade onde quer votar, entre opções como Santarém, Terra Santa, Prainha, Medicilândia, Itaituba, Alenquer e Altamira. Durante a ação, os participantes receberam camisas, bonés, cartilhas e folders do projeto Eleitor do Futuro, enviados pela Escola Judiciária Eleitoral.



*Equipe da Corregedoria Eleitoral, Juíza da Infância e Juventude de Santarém, Equipe da CEIJ - TJPA e Servidores da CSEBA - SANTARÉM.*



*Psicóloga da CSEBA - SANTARÉM e equipe da 20ª ZE, STI e CRE-PA.*



**Secretário da Corregedoria, Bruno Giorgi.**

Fiquei feliz e sensibilizado em participar de uma ação que levou esperança e cidadania a meninos que estão com seus sonhos encarcerados.

**3.1.3. "Sou Quilombola, Anote Aí!"**

Em homenagem ao mês da Consciência Negra, e com a finalidade de promover ações em atendimento ao Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Equidade Racial e Portaria nº 42 de 01/02/2024, que promove a Equidade Racial (Iper), a Corregedoria Eleitoral realizou nas comunidades quilombolas da região de Bragança e Tracuateua, no nordeste do Pará, a ação "Sou Quilombola, anote aí!". O evento aconteceu nos quilombos de Vila Torres, Vila Jurussaca e Quilombo América, que fazem parte da 13ª zona eleitoral, entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro de 2023.

Antes da Resolução TSE nº. 23.659/2021, que regulamenta o Cadastro Eleitoral, não permitia que a pessoa negra ou parda autodeclarasse sua cor ou etnia na hora de emitir o título eleitoral, o que resultava uma ausência de representatividade nos dados da Justiça Eleitoral e a única forma de enxergar os quilombolas eram os locais de votação localizados em quilombos. Em janeiro de 2022, o TRE do Pará possuía 74 locais de votação em comunidades quilombolas (Fonte: Banco SAPCE).

Durante o desenvolvimento do projeto, a Corregedoria Eleitoral incentivou a revisão do eleitorado; o estímulo para preenchimentos dos campos quanto a cor e comunidade quilombola a que pertencem; e orientou às zonas eleitorais para o atendimento eleitoral - itinerantes e cartórios. Assim buscando o princípio da eficiência na administração pública, a Corregedoria Eleitoral durante a inspeção de Ciclo em novembro na 13ª Zona Eleitoral - Bragança, considerando a existência de locais de votação em comunidades Quilombolas nos municípios que integram a zona eleitoral, realizou as visitas técnicas aos referidos locais de votação quilombolas.

Durante a ação nos quilombos, oferecemos vários serviços importantes, como a emissão de documentos e orientação jurídica. Também disponibilizamos serviços de saúde e assistência social, como vacinação, corte de cabelo e atividades de lazer para as crianças. Contamos com o apoio de instituições parceiras, como a Polícia Civil do Pará, a Defensoria Pública do Estado do Pará e as prefeituras de Tracuateua e Bragança. Além disso, a participação das servidoras e servidores da 13ª Zona Eleitoral e dos técnicos de informática foi fundamental.



*Atendimento para a emissão da carteira de identidade no primeiro dia das ações "Sou Quilombola, anote aí!", integrante do Projeto Exercendo a Cidadania.*

**Corregedor e vice-presidente do TRE do Pará, Desembargador José Maria Teixeira do Rosário.**

Foi uma experiência comovente! O sentimento de pertencimento foi notório nas comunidades atendidas. Levar todos esses serviços é uma demonstração do real reconhecimento das comunidades quilombolas no estado do Pará.

Ao longo dos três dias de ação, atendemos 370 eleitas e eleitores com serviços eleitorais e emitimos 197 carteiras de identidade. Segundo o corregedor e vice -

presidente do TRE do Pará, desembargador José Maria Teixeira do Rosário, o principal objetivo foi incentivar as comunidades quilombolas a se declararem como tal para a Justiça Eleitoral, ajudando a enriquecer o cadastro eleitoral.



*Terceiro dia de ação - ARQUIA/ Associação Remanescente da Comunidade América.*

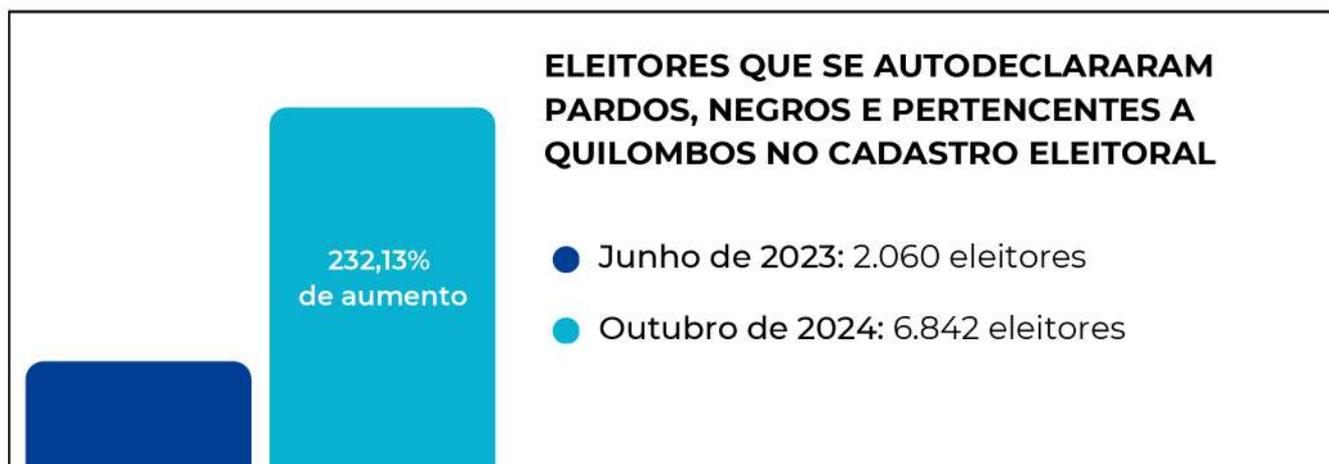
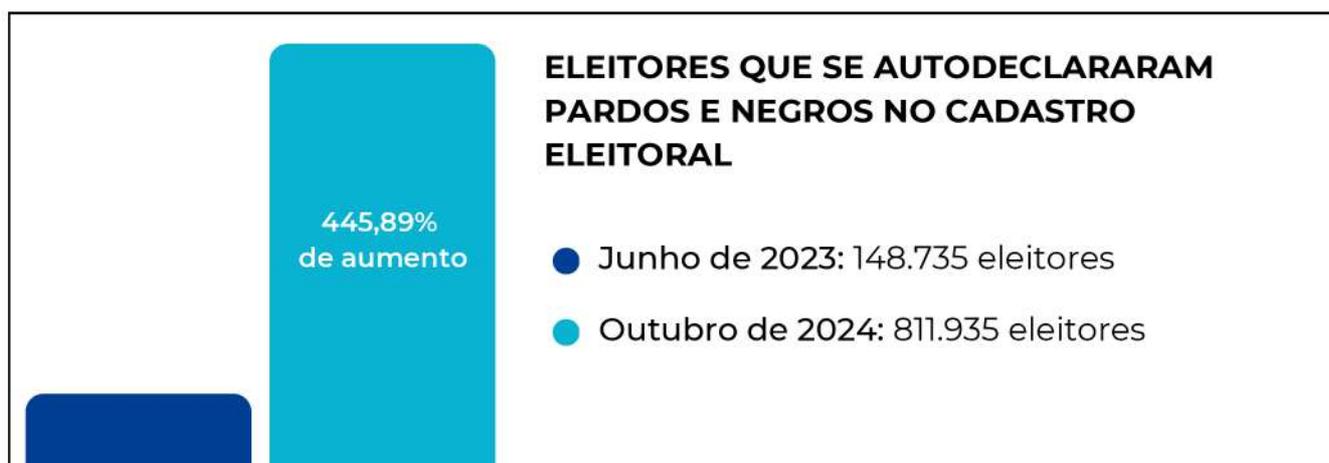


*Pessoas atendidas no segundo dia das ações "Sou Quilombola, anote aí!", integrante do Projeto Exercendo a Cidadania.*



**Moradora do quilombo Vila Jurussaca, professora Dona Sueli.**

Essa ação de hoje é muito importante sim, porque vai contribuir com o povo da comunidade Jurussaca, é importante porque quando você está fazendo esse reconhecimento, tendo um documento, você tem que dizer que é quilombola, tendo orgulho da sua raiz. E vai facilitar em vários sentidos, você se auto reconhecer como quilombola. Muito obrigada pela ação, pelo projeto, que está sendo muito importante para toda comunidade. Eu espero que tenha outros momentos que virão aqui.



### 3.2. GUIA BILÍNGUE - ORIGINÁRIOS: SUA LÍNGUA, SEU VOTO, SUA REPRESENTATIVIDADE

No abril de indígena de 2024, foram produzidos e distribuídos 5 guias bilíngues nas línguas indígenas: Mebêngokrê, Munduruku, Nheengatu, Wai-Wai e Tenetehar, faladas no Estado do Pará, que apresentam de forma didática informações importantes à pessoa indígena sobre o processo eleitoral, na língua tradicional do seu povo - de forma escrita e em vídeo, visando a participação mais consciente e efetiva dos cidadãos originários nas eleições brasileiras.



Os guias têm como objetivo facilitar o acesso dos povos indígenas aos serviços e informações da Justiça Eleitoral. Explicam, de forma simples, como funciona o processo eleitoral, ajudando as pessoas indígenas a entenderem, na língua de seu povo, como votar, como é a campanha eleitoral, o dia da votação e como garantir a segurança da votação eletrônica. Para isso, a Corregedoria Eleitoral realizou

parcerias institucionais com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Secretaria de Estado dos Povos Indígenas e a Universidade do Estado do Pará. As parcerias foram essenciais para definir a metodologia de trabalho e a escolha dos tradutores.

Antes da Resolução TSE nº. 23.659/2021, que trata do cadastro eleitoral, o sistema da Justiça Eleitoral não permitia que a pessoa indígena autodeclarasse sua etnia na hora de emitir, transferir ou revisar o título eleitoral, o que resultava na ausência de representatividade nos dados da Justiça Eleitoral e a única forma de enxergar as pessoas indígenas eram os locais de votação localizados em aldeias. Das 101 zonas eleitorais existentes no Tribunal Eleitoral do Pará, 21 possuem locais de votação em aldeias indígenas.

Em abril de 2023, segundo dados da Corregedoria-Geral do TSE, o Pará apresentava uma baixa representatividade nos registros do eleitorado indígena, com apenas 1.637 eleitores indígenas registrados, enquanto que o Censo 2022 registrava 80.974 pessoas indígenas no Estado. Nesse sentido, atentos a esse desafio, o Plano de Gestão CRE-PA 2023-2025 desenvolveu o Guia Originários, através do Projeto Exercendo a Cidadania, como um esforço colaborativo para que o cadastro eleitoral espelhe a realidade dos povos originários e linguística existente no Estado.

O Guias, com o suporte da administração do Tribunal Eleitoral, foram entregues nas aldeias Moikarakô - Terra Indígena Kayapó (São Félix do Xingu); Território Borari - Esc. Indígena Antônio Pedroso (Santarém - Alter do Chão); Aldeia Aldeia Saicinza (Jacareacanga) e Aldeia TEKO-HAW (Paragominas). Também foram distribuídas e encaminhadas para prefeituras, bibliotecas, órgãos de educação, poder judiciário e organizações que atuam juntos aos povos falantes das línguas indígenas traduzidas. O projeto foi destaque nacional com matérias nos sites e/ou redes sociais do Conselho Nacional de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral, Supremo Tribunal Federal e Jornal Nacional, dentre outros.

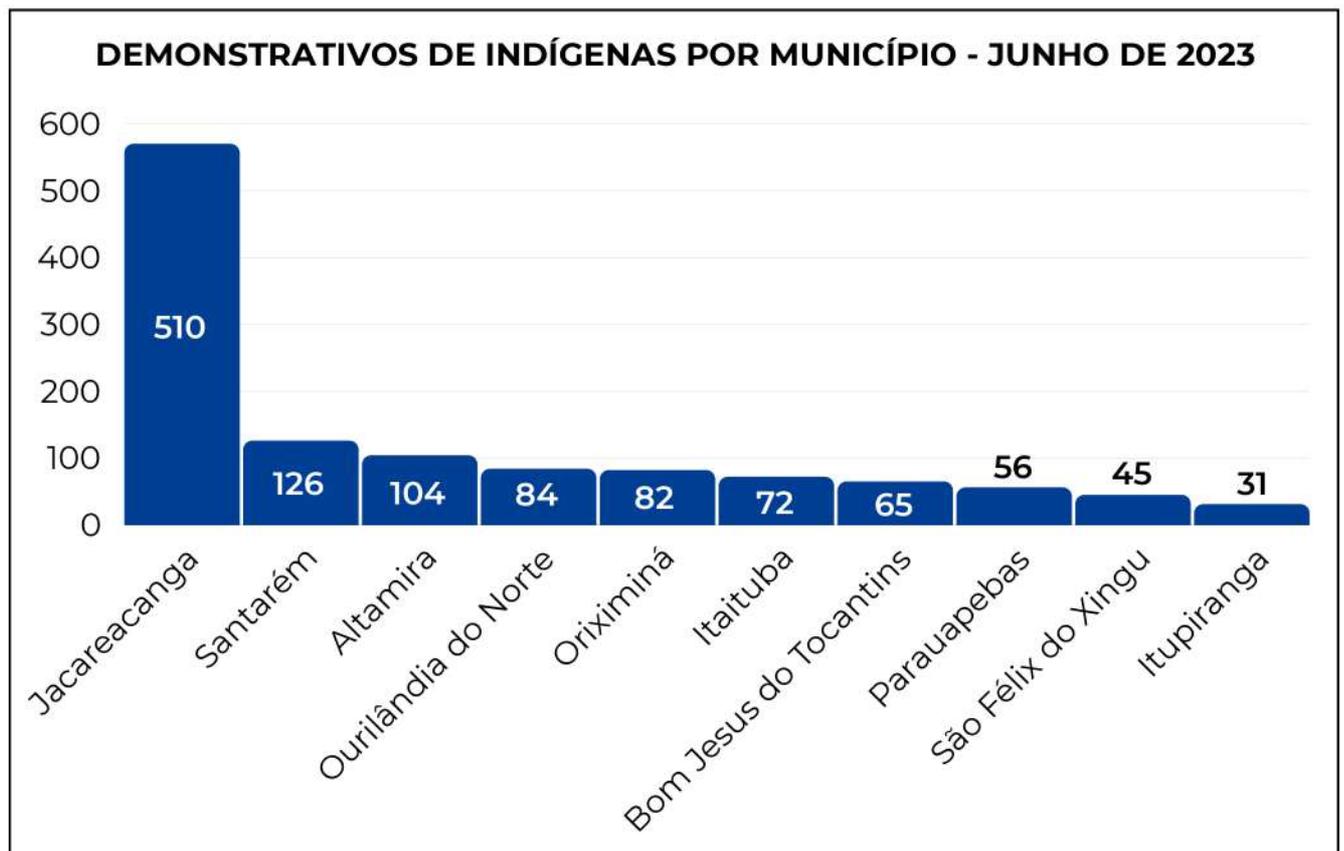
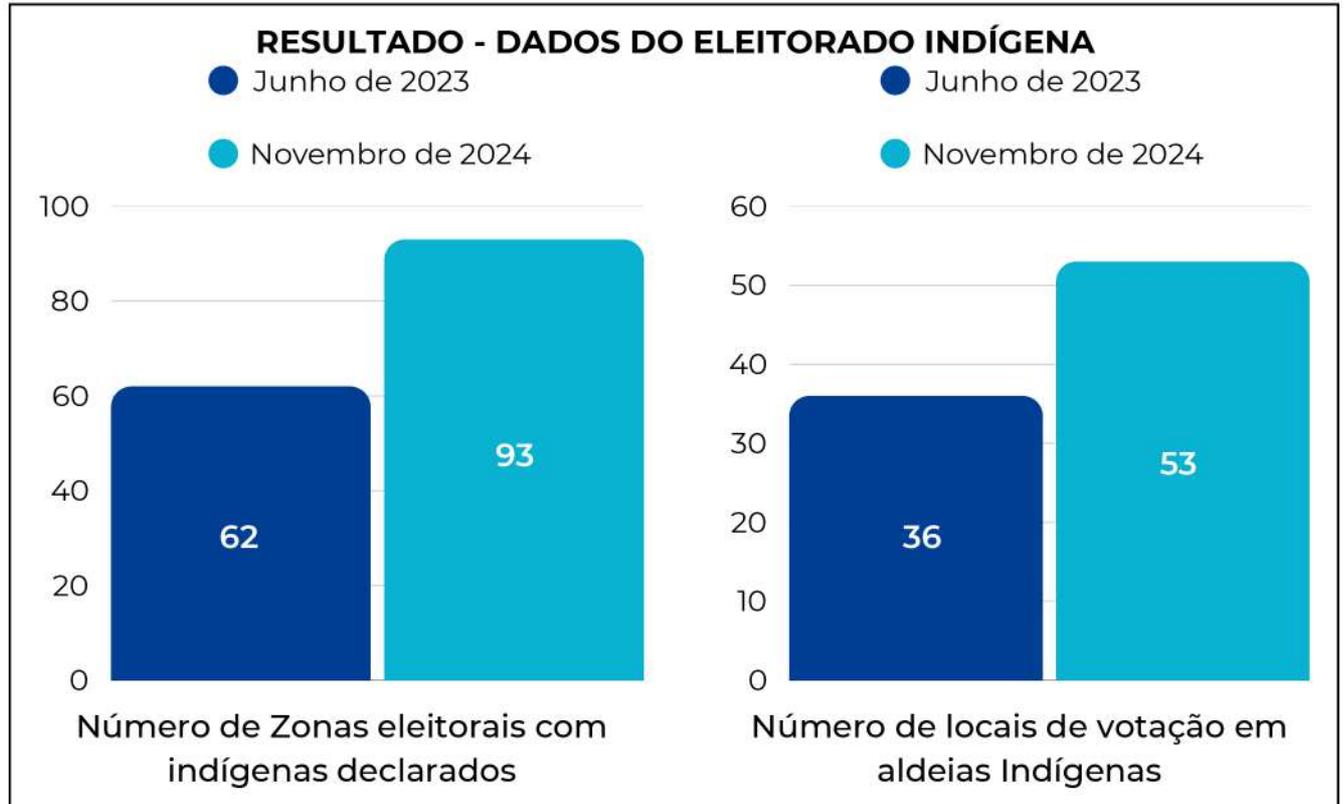
Dentre as finalidades alcançadas estão o incentivo à revisão do eleitorado, inclusive via título net; orientação às zonas eleitorais para o atendimento eleitoral - itinerantes e cartórios; e estímulo para preenchimentos dos campos quanto a etnia, povo e língua. Mas para além de um projeto de cidadania, os guias permitem o registro legal de uma instituição de referência como o TRE do Pará; a preservação da língua e o resgate da autoestima dos povos originários.

Confira a playlist com os vídeos traduzidos nas línguas indígenas, bem como os guia bilíngues em formato PDF, pelo link <https://www.tre-pa.jus.br/institucional/cre/guia-originarios-sua-lingua-seu-voto-sua-representatividade/guia-originarios-sua-lingua-seu-voto-sua-representatividade> ou pelo QR-Code.

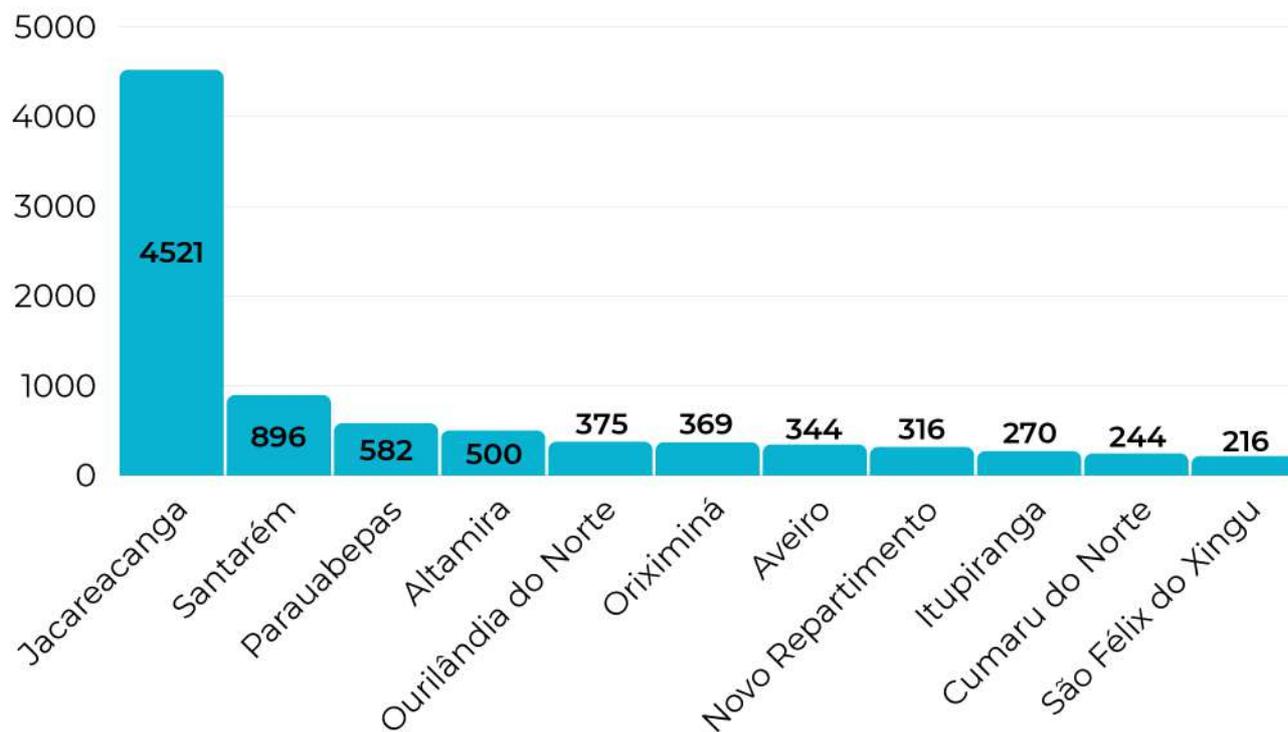


Também os dados atualizado do eleitorado após as ações de cidadania e itinerantes realizados pelo TRE do Pará nos anos de 2023 e 2024.

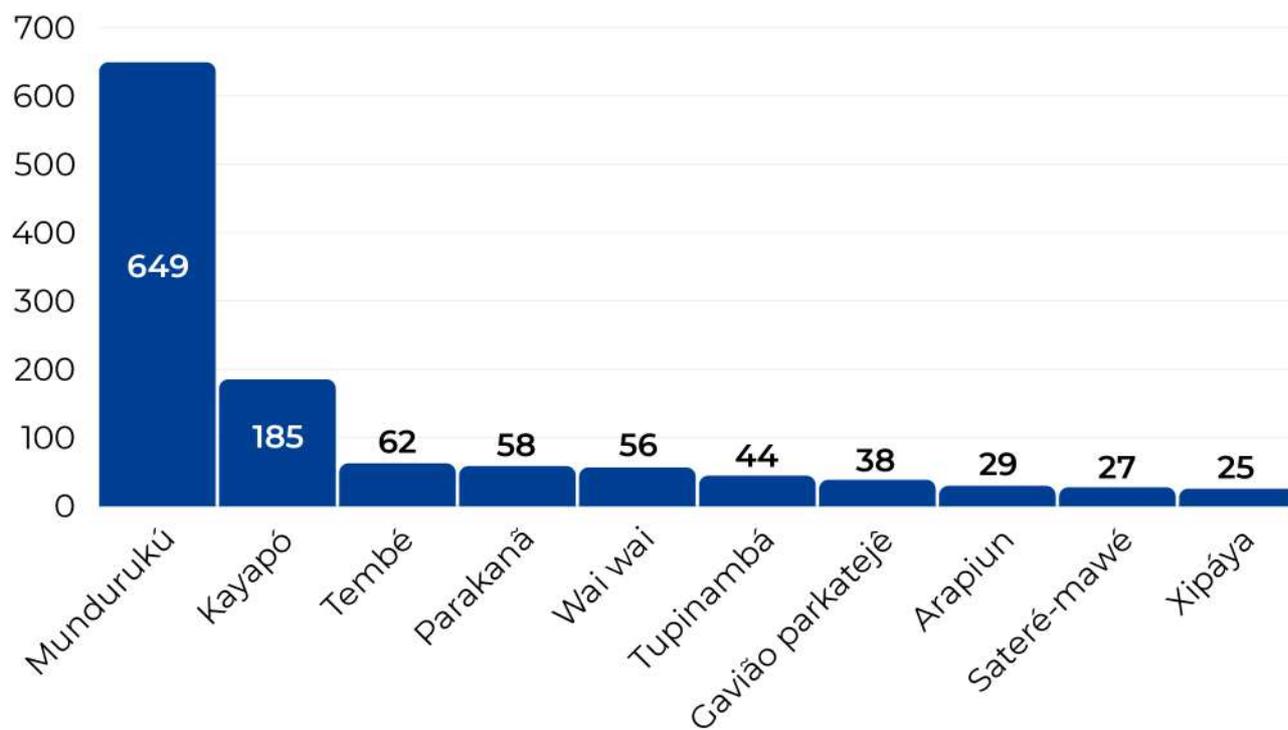
Segue abaixo mais informações:



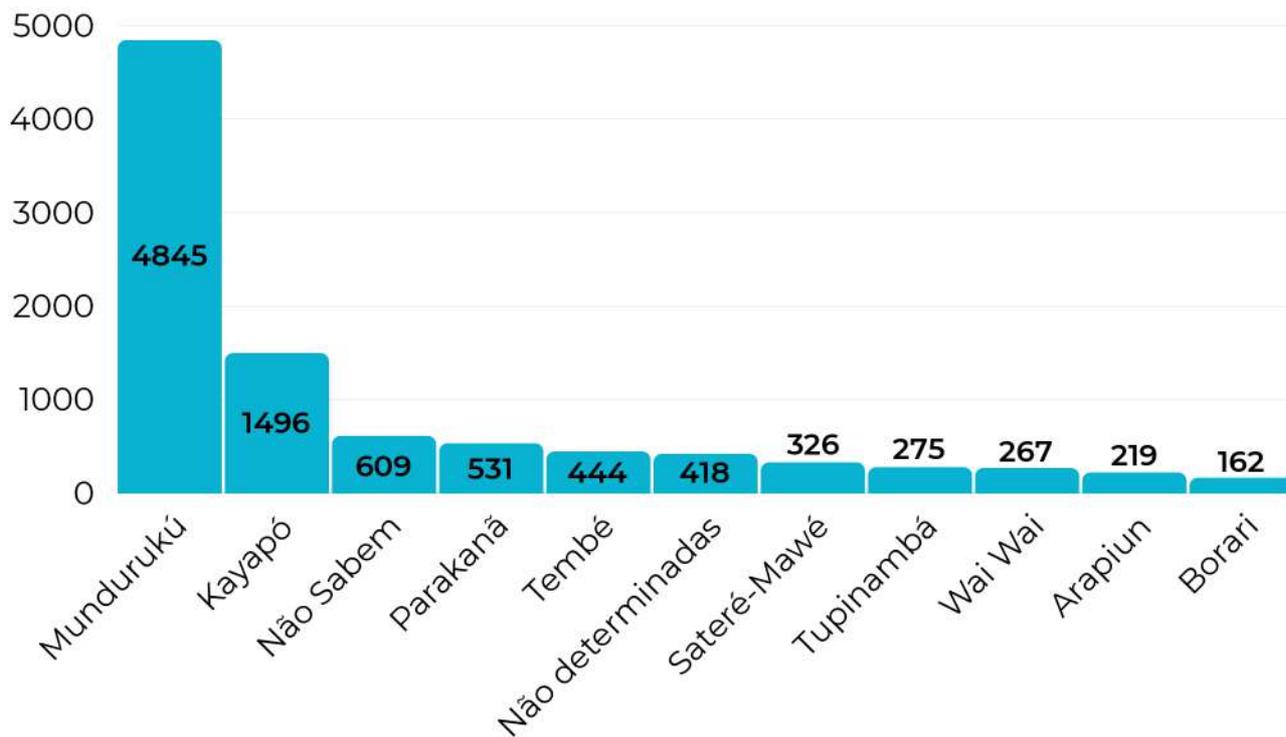
### DEMONSTRATIVOS DE INDÍGENAS POR MUNICÍPIO - JUNHO DE 2024



### DEMONSTRATIVO DE INDÍGENAS POR LÍNGUA - JUNHO DE 2023

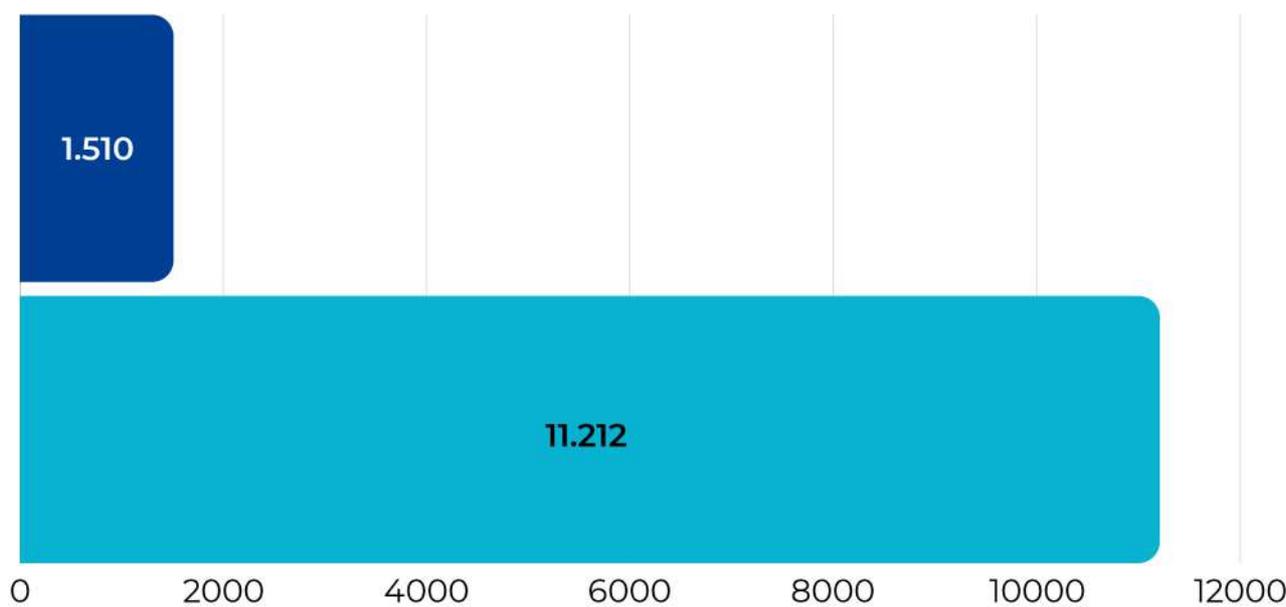


### DEMONSTRATIVO DE INDÍGENAS POR LÍNGUA - JUNHO DE 2024



### NÚMERO TOTAL DE ETNIAS NO ESTADO DO PARÁ

● Junho de 2023 ● Junho de 2024



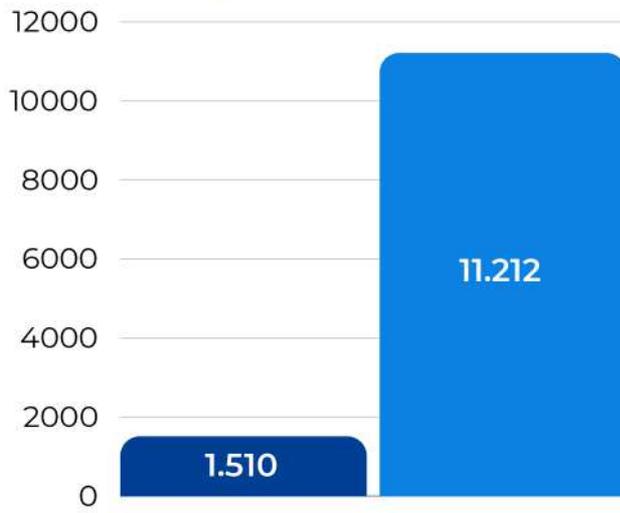
## RESULTADOS ALÇANDOS - DADOS DO ELEITORADO

● Junho de 2023

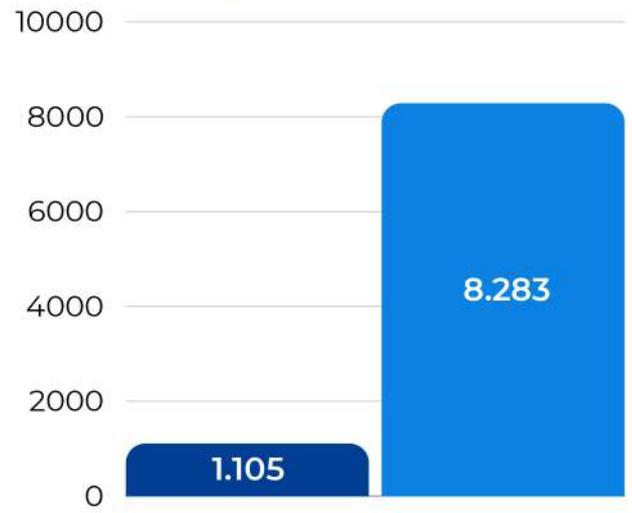
● Junho de 2023

● Novembro de 2024

● Novembro de 2024



Total de eleitoras e eleitores indígenas autodeclarados indígenas



Total de eleitoras e eleitores que se declararam falantes de língua indígena diferente do português



Desembargador José Maria Teixeira do Rosário e Reitor da Universidade do Estado do Pará, Clay Anderson Nunes Chagas, recebidos pelos caciques Bepunu Kayapo, Piykore Kayapo e Kaikuware Kayapo, e indígenas da aldeia Moikarakô.



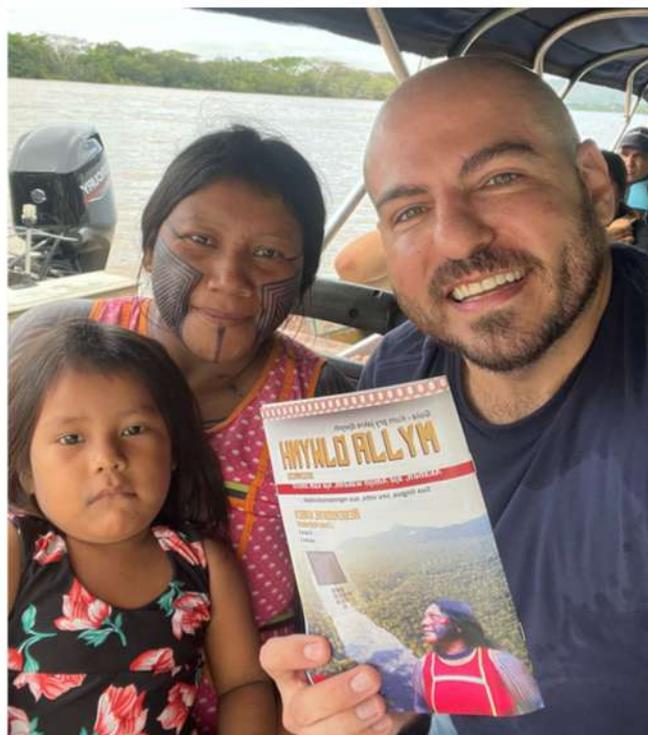
Indígena kaiapó com seu primeiro título eleitoral.



Cacique Bepunu Kayapó treinando a ordem de votação na urna eletrônica.



Bruno Giorgi e Elaine Santana acompanhados das crianças kayapós.



Bruno Giorgi com a indígena capa do Guia Bilingue - volume 2.



*Roda de Conversa na língua Nheengatu na aldeia Arapium.*



*Crianças da aldeia Moikarakô (São Félix do Xingu).*



*Criança da aldeia Saicinzá (Jacareacanga).*



*Criança indígena treinando ordem de votação com a equipe do TRE-PA.*



*Corregedor Regional Desembargador José Maria, Tradutor George Edson, Cacique Maduro, secretário da CRE Bruno Giorgi e tradutor José Gedeão Cardoso.*



*Servidores da CRE, Bruno Giorgi, Solange Maciel, José Gedeão Cardoso (tradutor), Elaine Santana e Professora Doutora Eliete Solano, na aldeia Arapium.*



Roda de conversa com os falantes da língua Mebengokrê.



Apresentação artística da cultura paraense e indígena, por estudantes



Equipe da Corregedoria e indígena Kayapó.



Atendimento eleitoral na escola indígena Borari - Professor Antônio de Sousa.



Entrega de guias na escola indígena Borari - Professor Antônio de Sousa.



*Dispositivo de honra do lançamento do Guia Originários: sua língua, seu voto, sua representatividade no Hangar: Adalton, Eliete Solano, Bruno Giorgi, Corregedor Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, Osmael Tembê, Antônio Zelina, Bepkudjy kayapó, neste ato representando Bepja Kayapó, Rodrigo Wai Wai, Elaine Santana e Rodrigo Valdez.*



*Índigena Munduruku segurando Guia Originários: seu voto, sua língua, sua representatividade.*



*Índigena escutando o conteúdo do guia bilíngue na língua munduruku.*



*Servidores do TRE-PA com indígenas da aldeia Teko-Haw, em Paragominas.*



*Apresentação local de dança munduruku.*



*Distribuição dos guias bilíngues à comunidade munduruku.*



*Cacique Zildomar Saw Munduruku fazendo a revisão do seu título de eleitor.*



*Ação realizada na Aldeia Saicinza em Jacareacanga.*

**4.**

**APERFEIÇOAMENTO  
DA GESTÃO DE  
PESSOAS**

## 4.1. PREMIAÇÃO DAS ZONAS ELEITORAIS: PRÊMIO CONATUS E SELO EXERCENDO A CIDADANIA

### Ano de 2023

A Corregedoria Regional Eleitoral do Pará criou, em 2020, o Prêmio CONATUS para reconhecer e valorizar o trabalho das zonas eleitorais que se destacaram pela qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais e cartorários. O prêmio é concedido anualmente às zonas eleitorais que mais se destacaram no ano de 2023, nas categorias Ouro, Prata e Bronze, conforme o Provimento CRE nº 6/2023.

As zonas eleitorais são avaliadas por meio de dois principais indicadores: produtividade, que considera o cumprimento das Metas Nacionais 1, 2 e 4 do CNJ, bem como o tempo médio para finalizar processos e o número de pendências; e eficiência no tratamento do cadastro eleitoral, incluindo o processamento dos Requerimentos de Alistamento ao Eleitor (RAE) e a resolução das coincidências biográficas dentro do prazo estabelecido pela Corregedoria-Geral Eleitoral. Esses indicadores têm o objetivo de medir a qualidade do atendimento aos eleitores e a agilidade na prestação jurisdicional.

Além disso, em 2023, o Provimento CRE nº 6 trouxe uma novidade: o Selo Exercendo a Cidadania, concedido às zonas eleitorais que realizarem ações voltadas para a inclusão e o atendimento de pessoas que enfrentam dificuldades de acesso ao sistema eleitoral. Serão reconhecidas ações de atendimento, inclusão e diversidade, realizadas pelas zonas eleitorais. As premiações ocorrerão no primeiro trimestre de 2024.

No ano de 2023, o 1º lugar do prêmio CONATUS - ouro - foi concedido para a 22ª Zona Eleitoral Óbidos; 2º lugar - prata - para a 50ª ZE Castanhal e o 3º lugar - bronze - para a 51ª ZE Rondon do Pará. Já o Selo Exercendo a Cidadania, o projeto vencedor na Categoria "Atendimento", foi o "Programa permanente de valorização dos mesários - Mesário valorizado, democracia fortalecida", da 72ª ZE - Ananindeua. Já na categoria "Inclusão", o vencedor foi o projeto "Ampliação e efetividade do exercício do sufrágio às comunidades tradicionais da 39ª ZE em Tomé-Açu".

Entre as novidades da nova edição do Prêmio Conatus, o vice-presidente e Desembargador - Corregedor enfatizou a criação do Selo Exercendo a Cidadania, bem como destacou outra novidade:

“ Nos anos anteriores, a premiação era feita de forma online. Desta vez conseguimos trazer os vencedores até a sede como forma de confraternizar.



Essa é a segunda vez que venho até a sede do Tribunal. A primeira vez foi para tomar posse em 2021. E nessa segunda vez estou aqui por um motivo muito especial que é receber esse prêmio, que não é só meu. É um prêmio que foi alcançado a várias mãos

Contou emocionado o chefe de cartório da 22ª ZE, em Óbidos, Lucas Ferreira Villanova, que recebeu o Ouro do Prêmio Conatus.

No ano de 2024, ocorreu a premiação das zonas eleitorais vencedoras do prêmio CONATUS e do Selo Exercendo a Cidadania 2023.



*Equipe da Corregedoria Eleitoral e agraciados com o Prêmio Conatus.*



*Convidados do Cerimônia de outorga do Prêmio Conatus 2023 e do Selo Exercendo a Cidadania.*



*Membros do TRE-PA e agraciados com o Prêmio CONATUS e o Selo Exercendo a Cidadania.*



*Mesa de honra presidida pelo Desembargador Corregedor José Maria Teixeira do Rosário e composta pelo Juiz Substituto da Corte Eleitoral, Thiago Nasser Seffer e pelo Secretário da CRE, Bruno Giorgi.  
Elaine de Jesus Santana - mestre de cerimônia.*



*Solange Maciel Carvalho, Coordenadora da CINSCAE entrega a placa de outorga do Selo Exercendo a Cidadania à 72ª zona eleitoral, Ananindeua, ao Juiz Eleitoral Adelino Arrais Gomes da Silva.*



*Rosiane Martineli, Coordenadora da CAJ entrega a placa de outorga do Selo Exercendo a Cidadania à 39ª zona eleitoral, Tomé-Açu, à servidora Lena Érika Lima Leão.*



*Desembargador José Maria Teixeira do Rosário entrega a placa de outorga do Prêmio Conatus à 22ª zona eleitoral - Óbidos ao servidor Lucas Ferreira Vilanova.*



*Bruno Giorgi, Secretário da Corregedoria entrega a placa de outorga do Prêmio Conatus à 51ª zona eleitoral - Rondon do Pará, ao servidor Marcos dos Santos Ferreira.*



*Thiago Nasser Seffer, Juiz-Membro Substituto do TRE do Pará entrega a placa de outorga do Prêmio Conatus à 50ª zona eleitoral - Castanhal ao servidor Jeefson Amparo de Menezes.*

## GALERIA CONATUS 2023

### 22ª ZE / Óbidos

Dr. CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA

Lucas Ferreira Vilanova  
Letiéri Vargas Paim  
Rosa Maria Viana da Rocha  
Riller Marinho Coêlho  
Edinei Santos Goudinho



### 50ª ZE/ Castanhal

Dr. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO

Jeefson Amparo de Menezes  
Alex Bonente Melo  
José Vítor Bastos Ribeiro  
Luciana de Jesus Nascimento  
Sílvio César Ferreira do Nascimento  
Sebastiana Jacqueline Almeida Santos  
Edineide de Sena Lima  
Jaqueline Azevedo da Silva



### 51ª ZE / Rondon do Pará

Dr. JOÃO VALÉRIO DE MOURA JÚNIOR  
Marcos Dos Santos Ferreira  
Camila Gonçalves Leite Barbosa Fernandes  
Werbes Dos Santos Conceição  
Roseane Gonçalves Dos Santos  
Míria Rodrigues Gonçalves



## Ano de 2024 - SELO EXERCENDO A CIDADANIA E CONATUS.

Em 2024, dentre os projetos inscritos para o selo Exercendo a Cidadania foi selecionado, na categoria Inclusão - o projeto “Eleições e Equilíbrios 2024” da 4ºZE/Castanhal. Em resumo, o projeto realizou eleições simuladas para os cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores mirins na escola do SESC de Castanhal - ensino fundamental, eleições estas que incluiu registro de candidatura, campanha eleitoral, eleição e apuração dos votos. O objetivo é despertar a consciência cidadã nos pequenos eleitores, e ter a participação dos mesmos na gestão da escola, bem como aplicar de forma lúdica as matérias do currículo escolar. Dentro os benefícios alcançados estão a evolução no aprendizado das crianças nas matérias curriculares, aumento da consciência sobre legislação que rege as eleições, conhecimento da função dos políticos, geração de ideias e participação na gestão do ambiente escolar. A senhora Solange Maciel Carvalho, Coordenadora de Inspeções, Correições e de Supervisão do Cadastro Eleitoral, entregou a placa de outorga do Selo Exercendo a Cidadania à 4ª zona eleitoral, Castanhal, representada pelo chefe de cartório - Sérgio Pacheco.

Outro projeto inscrito e selecionado, agora na categoria Atendimento - foi o projeto: “Dia D da Cidadania” - Da 72ª ZE - Ananindeua. Em resumo, o projeto destaca que com o exponencial crescimento populacional no município de Ananindeua e a dificuldade de conciliar o dia/horário de atendimentos para a regularização da situação eleitoral, bem como o difícil acesso aos demais serviços essenciais que, possibilitam ao cidadão participar ativamente da vida política em nosso país, desenvolveu-se por meio de uma ação a qual denominou-se “Dia D da Cidadania” a oferta de forma centralizada nas instalações do Fórum Eleitoral de Ananindeua, em dia atípico para o cidadão, a facilidade de acesso aos serviços comumente ofertados em dias em que a maioria da população encontra-se em seu trabalho laboral. Assim, a 72ªZE ofereceu aos municípios de Ananindeua, além dos serviços eleitorais de alistamento, transferência e revisão, outras emissão de documentos e serviços, como: Certidão de Nascimento, Óbito, RG, orientação e atendimento jurídico e atualização vacinal. O objetivo do “Dia D da Cidadania” foi o aumento da demanda dos serviços ofertados pelo TRE com a diminuição dos custos utilizados nos atendimentos itinerantes. Dentre os objetivos esperados a ação atingiu a meta primordial, ou seja, sem os custos adicionais dispensados nas ações itinerantes, ofertando ainda a população o acesso a outros serviços/direitos os quais também somente são disponibilizados em dias úteis. A senhora Rosiane Martineli, Coordenadora de Serviços Jurídicos, para entregar a placa de outorga do Selo Exercendo a Cidadania à 72ª zona eleitoral.

Por fim, o último projeto inscrito e selecionado, na categoria Inclusão - foi o projeto “Voto Consciente e Inclusivo.” 4ºZE/Castanhal. Em resumo, o projeto levou a universidades e escolas de nível médio dos Municípios de Castanhal, palestras, com atenção voltadas às pessoas com deficiência, que objetivavam, despertar no eleitorado a consciência da função de cada cargo em disputa nas eleições 2024,

da seriedade e funcionamento do processo eleitoral, aproximar o sistema eleitoral e urna eletrônica dos eleitores, e facilitar que o eleitor com necessidades especiais vote. Dentro os benefícios alcançados estão a participação e entendimento do eleitorado do processo eleitoral, da importância do voto e da consciência da escolha bem feita. A servidora - Adriana Souza Brito Cabral recebeu o prêmio.

Para a premiação CONATUS: Na categoria Bronze, foi premiada a 64ª Zona Eleitoral - Salinópolis. O senhor Bruno Giorgi, Secretário da Corregedoria realizou a entrega da placa de outorga do Prêmio Conatus à 64ª ZE - Salinópolis, representada pelo servidor Willyams Douglas de Souza e Souza.

Na a categoria Prata, foi premiada a 22ª Zona Eleitoral - Óbidos, premiada pela Excelentíssima Senhora Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira, Juíza-Membro do TRE do Pará, que realizou a entrega da placa de outorga do Prêmio Conatus 22ª ZÉ (vigésima segunda) Óbidos, representada pelo servidor Lucas Ferreira Vilanova, Chefe de Cartório Eleitoral.

Na categoria Ouro, a 103ª Zona Eleitoral - Breu Branco foi premiada pelo Corregedor Regional Eleitoral, Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, que entregou a placa de outorga do Prêmio Conatus à 103ª ZE Breu, representada pelo servidor Vinícius Felipe Koester Wesolowski, Chefe de Cartório.

As zonas eleitorais selecionadas agraciadas com o Prêmio Conatus e o Selo Exercendo a Cidadania; e os magistrados e os servidores figurarão nas Galerias Virtuais hospedadas no portal da intranet da Corregedoria Regional Eleitoral do Pará.



*Mesa de honra presidida pelo Desembargador Corregedor José Maria Teixeira do Rosário e composta pela Juíza Membro do TRE-PA, Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira, pelo Juiz Membro do TRE-PA, Marcelo Lima Guedes e pelo Secretário da CRE, Bruno Giorgi.*



*Membros da mesa de honra e agraciados com o selo Exercendo a Cidadania da 04ª ZE, Castanhal.*



*Membros da mesa honra e agraciados com o selo Exercendo a Cidadania da 72ª ZE, Ananindeua.*



*Marcelo Lima Guedes, juiz membro do TRE-PA, entrega a placa de outorga do Selo Exercendo a Cidadania à 04ª zona eleitoral - Castanhal, à servidora Adriana Souza Brito Cabral.*



*Solange Maciel Carvalho, Coordenadora da CINSCAE entrega a placa de outorga do Selo Exercendo a Cidadania à 04ª zona eleitoral - Castanhal, ao servidor Sérgio Henrique Pacheco.*



*Rosiane Martineli, Coordenadora da CAJ entrega a placa de outorga do Selo Exercendo a Cidadania à 72ª zona eleitoral - Ananindeua, à servidora Cláudia do Socorro Moraes Costa.*



*Convidados da Cerimônia de outorga do Prêmio Conatus 2024 e do Selo Exercendo a Cidadania.*



*Membros da mesa de honra e agraciados com o prêmio Conatus.*



*Juiza Membro do TRE-PA, Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira, entrega a placa de outorga do Prêmio Conatus à 22ª zona eleitoral - Óbidos, ao servidor Lucas Ferreira Vilanova.*



*Desembargador José Maria Teixeira do Rosário entrega a placa de outorga do Prêmio Conatus à 103ª zona eleitoral - Breu Brando, ao servidor Vinicius Felipe Koester Wesolowski.*



*Membros da mesa de honra e equipe da Corregedoria presentes na cerimônia de outorga do prêmio Conatus e do selo Exercendo a Cidadania*

## GALERIA CONATUS 2024

### 103ª ZE / Breu Branco

Dra. ANA BEATRIZ GONÇALVES DE CARVALHO  
Vinicius Felipe Koester Wesolowski  
Alexandre Santos Gonçalves  
Azil da Conceição Ferreira  
Leidecyr Reis de Sousa  
Luiz Rafael Silva  
Paulo Henrique Feitosa de Sampaio  
Rosângela Dias dos Santos



### 22ª ZE / Óbidos

Dr. CLEMILTON SALOMAO DE OLIVEIRA  
Lucas Ferreira Vilanova  
Letiéri Vargas Paim  
Rosa Maria Viana da Rocha  
Riller Marinho Coêlho  
Edinei Santos Goudinho



### 64ª ZE / Salinópolis

Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA  
KOURY  
James DA Silva Rocha  
Carla Ramos Teixeira  
Willyams Douglas de Souza e Souza  
Maria do Socorro Nascimento da Silva  
Ianderson dos Reis Sousa  
Ana Claudia Vinhas Correa



#### 4.2. PREMIAÇÃO DO SELO BOAS PRÁTICAS DA CORREGEDORIA GERAL ELEITORAL (CGE): CATEGORIA ATENDIMENTO, INCLUSÃO E DIVERSIDADE

A Corregedoria Regional Eleitoral foi escolhida para receber o Selo Boas Práticas da CGE 2022-2023, conforme o Edital de Chamamento Público CGE nº 1/2023. A premiação reconheceu a prática do “Programa de Envolvimento do Servidor na Comunidade – PESC”. Os responsáveis pela implementação do programa foram:

1. Dr. Jonas da Conceição Silva (Juiz da 32ª Zona Eleitoral);
2. Keyllaff Maria Alves de Miranda (na época, servidora da 32ª ZE, atualmente na SAB);
3. Kelly Anunciação Ferreira Ferreira (servidora da 87ª ZE);
4. Erik Almeida de Lima (servidor da 32ª ZE);
5. Adinei Araújo Carneiro (servidor da 32ª ZE); e
6. Evandro Trindade Monteiro (servidor da 32ª ZE).

A entrega dos Selos aconteceu durante o evento “Encontro Boas Práticas CGE 2022-2023: Atendimento, Inclusão e Diversidade”, realizado na sede do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília/DF, nos dias 19 e 20 de setembro de 2023. O evento contou com a presença do Corregedor Regional Eleitoral, Desembargador José Maria Teixeira do Rosário; do Secretário da Corregedoria, Bruno Giorgi Almeida; do Assessor da Corregedoria, Elder Brasil Duarte; e da servidora Keyllaff Maria Alves de Miranda.

Este prêmio destaca a importância de compartilhar as boas práticas das Zonas Eleitorais com a Corregedoria, contribuindo para a melhoria contínua do nosso trabalho.



*Ministro Benedito Gonçalves entregando o Selo Boas Práticas da CGE 2022- 2023, na prática “Programa de Envolvimento do Servidor na Comunidade – PESC”.*

### 4.3. PARTICIPAÇÃO DO PROJETO "SOU QUILOMBOLA, ANOTE AÍ" NO SEMINÁRIO BOAS PRÁTICAS EM EQUIDADE RACIAL NO JUDICIÁRIO - CNJ

No dia 5 de novembro de 2024, houve a realização do Seminário Boas Práticas em Equidade Racial no Judiciário, realizado no Auditório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília. O evento teve como objetivo promover a troca de experiências sobre as iniciativas de equidade racial implementadas em diferentes tribunais do país, além de premiar as melhores práticas que contribuem para a inclusão e a justiça social no sistema judiciário.

Durante o seminário, a chefe do Gabinete da Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de Pará (TRE-PA), Elaine de Jesus Santana, participou e apresentou o projeto "Sou Quilombola, Anote Aí", uma iniciativa que visa ampliar e facilitar o acesso de membros de comunidades quilombolas ao sistema eleitoral, por meio da inclusão da etnia quilombola no cadastro eleitoral, emissão de documentos e prestação de assistência jurídica. A representação e o reconhecimento das comunidades quilombolas no âmbito judicial, promove a valorização da história, cultura e direitos. A apresentação, destacou-se como um exemplo significativo de compromisso com a equidade racial e com a construção de um Judiciário mais inclusivo e acessível para todos. Após a realização do projeto os dados das pessoas que se intitulam pretos ou pardos subiram de 148.735 eleitores em Junho de 2023, para 811.935 eleitoras(es) em Outubro de 2024, contabilizando um aumento de 445,89%. Já os eleitoras(es) que se autodeclararam pardos, negros e pertencentes a quilombos no cadastro eleitoral em Junho de 2023 eram 2.060 e subiu para 6.842 em Outubro de 2024, alcançando assim um aumento de 232,13%. O Pará possui 132 locais de votação em comunidades quilombolas.



*A servidora Elaine Santana apresentando o projeto "Sou Quilombola, Anote Aí", no Seminário Boas Práticas em Equidade Racial no Judiciário do CNJ.*

A participação no evento é uma demonstração do compromisso do Tribunal Regional Eleitoral e da Corregedoria Regional Eleitoral do Pará, na criação de iniciativas que promovem a igualdade racial e buscam ampliar o acesso à justiça para as comunidades historicamente marginalizadas.



*A servidora Elaine Santana apresentando o projeto “Sou Quilombola, Anote Aí”, destacando a importância da cultura e identidade quilombola.*



*Representantes dos projetos selecionados para o Seminário Boas Práticas em Equidade Racial no Judiciário.*

#### 4.4. AGRACIADOS DA CORREGEDORIA ELEITORAL COM A MEDALHA DE MÉRITO ELEITORAL

Nos anos de 2023 e 2024, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará realizou Sessões Solenes para a entrega da Medalha do Mérito Eleitoral do Estado do Pará. A cerimônia aconteceu na Igreja de Santo Alexandre (2023) e no Museu de Arte de Belém (2024), e teve como objetivo reconhecer autoridades, personalidades e instituições que prestaram serviços importantes à Justiça Eleitoral.

Os eventos foram presididos pelo Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior, presidente do Tribunal, e contou com a presença de toda a Corte Eleitoral.



*Corte Eleitoral do TRE do Pará - Sessão Solene da Medalha de Mérito Eleitoral 2024.*

As categorias homenageadas são as de Juristas, Servidores e Colaboradores. Em 2023, entre os agraciados, indicados pelo Corregedor Eleitoral, pela Corregedora Eleitoral Substituta e o Secretário da Corregedoria, estiveram o servidor Rinaldo Henrique Dias Alves, da Seção de Supervisão do Cadastro Eleitoral e Direitos Políticos (SECEDIP), em reconhecimento aos seus 29 anos de serviço público e à sua contribuição à Justiça Eleitoral. A medalha foi entregue pelo próprio Corregedor Eleitoral. Além disso, o Sr. Angelo de Almeida Ribeiro foi premiado na categoria Colaborador, por sua contribuição à acessibilidade no Tribunal. A indicação foi feita pela Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque.

Já em 2024, foram agraciadas com a medalha as servidoras da Corregedoria Cilene do Socorro do Nascimento e Nascimento e Giselle Alves da Costa. Cilene possui 22 anos de Justiça Eleitoral e já foi lotada em diversas unidades deste TRE, como Assessoria da Presidência, Gabinete da Diretoria-Geral, Seção de Compras, Cartório da 29ª Zona Eleitoral, Secretaria Judiciária, Assessoria de Juízes Membros

e Seção de prestação de contas eleitorais. A servidora Giselle Costa, ingressou no TRE-PA em março de 2006 e atuou nas 10<sup>o</sup> e 11<sup>a</sup> zonas eleitorais, Muaná e Irituia, São Miguel do Guamá, Secretaria de Controle Interno e Secretaria Judiciária. Atualmente as servidoras atuam na Secretaria da Corregedoria, nas unidades de orientação de processos judiciais e de supervisão do cadastro e direitos políticos,, respectivamente.

As cerimônias contaram com a presença de diversas autoridades do Tribunal Regional Eleitoral do Pará e personalidades da área pública e política.



*Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque, Bruno Giorgi Almeida, Elaine Santana Machado, Rosiane Revelle.*



*Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque e o colaborador agraciado Angelo de Almeida Ribeiro.*



*Desembargador José Maria Teixeira do Rosário e Rinaldo Henrique Dias Alves.*



*Servidora Giselle Costa, após receber sua medalha de mérito eleitoral.*

#### 4.5. CERIMÔNIA DE ENTREGA DA PLACA COMEMORATIVA PELOS 20 ANOS DE TRABALHO NA JUSTIÇA ELEITORAL

No dia 26 de outubro de 2023, no Plenário Antônio Koury, ocorreu uma cerimônia de entrega de placas comemorativas para homenagear 59 servidores pelo tempo de serviço prestado à Justiça Eleitoral. A servidora Cilene Nascimento, da Corregedoria, foi uma das homenageadas, recebendo a placa por seus 21 anos de trabalho no Tribunal Regional Eleitoral do Pará.



*Cerimônia de reconhecimento pelo tempo de serviço prestado à Justiça Eleitoral.*

As placas foram entregues pelo Presidente do Tribunal, Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior; pela Diretora-Geral, Nathalie Castro; e pelo Secretário de Gestão de Pessoas, Walber dos Remédios. A equipe da Corregedoria marcou presença na solenidade, para acompanhar e prestigiar a entrega das homenagens aos(as) servidores(as) da sede e das zonas eleitorais.



*Servidores da Corregedoria prestigiando a cerimônia de reconhecimento pelo tempo de serviço prestado à Justiça Eleitoral.*



*Rosiane Martinelli, Vilarete Almeida, Cilene Nascimento e Elaine Santana na Cerimônia de Reconhecimento pelo tempo de serviço prestado à Justiça Eleitoral.*

Agradecemos a todos os servidores e servidoras que, com tanto empenho, ajudam a construir um trabalho de excelência na Justiça Eleitoral.

#### 4.6. CORREGEDOR DO TRE DO PARÁ É HOMENAGEADO COM A MEDALHA MÉRITO JURÍDICO

O corregedor e vice-presidente do TRE do Pará, desembargador José Maria Teixeira do Rosário, recebeu a medalha de Embaixador da Paz, concedida pela Associação Internacional dos Embaixadores da Paz no Brasil (AIEB). O reconhecimento foi destinado a indivíduos com um forte compromisso social e humanitário. Na ocasião, foram homenageadas pessoas da sociedade civil, empresários, além de representantes do sistema de Justiça e da Segurança Pública.

A cerimônia de outorga da Medalha Mérito Jurídico foi realizada no dia 20 de setembro, durante o 2º Fórum Estadual de Concessões e Entrega de Medalhas da Aieb/PA, que ocorreu no Espaço Cultural do Shopping Castanheira, em Belém, quando 52 personalidades foram homenageadas com as medalhas Mérito Jurídico e Embaixador da Paz.



*O Desembargador José Maria Teixeira do Rosário junto à Dra. Andressa Avilla Pinheiro, Promotora homenageada, à Dra. Luciane Ferreira, Presidente do Instituto IDESO, e ao Dr. Nadilson Portilho Gomes, Promotor de Justiça também homenageado.*



*Desembargador José Maria Teixeira do Rosário recebe o diploma da Associação Internacional dos Embaixadores da Paz em seu gabinete, entregue pelo Sr. Cleidison Charles Batista, assessor técnico da associação dos municípios e arquipélagos do Marajó - AMAM*

Prestigiaram a homenagem, além de familiares e amigos do Corregedor Eleitoral, o secretário da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE/PA), Bruno Giorgi Almeida; a chefe de Gabinete da CRE, Elaine Santana; a coordenadora de Assuntos Judiciários da Corregedoria, Rosiane Martinelli; e o assessor-chefe da Assessoria Jurídica da CRE, Elder Duarte.



*Desembargador José Maria Teixeira e sua equipe da Corregedoria Eleitoral.*



*Desembargador José Maria Teixeira do Rosário e esposa.*

#### 4.7. RODA DE CONVERSA REFLORESCERMENTES

"Reflorestarmentes: originários - Pará, terra indígena" foi o tema da roda de conversa online conduzida pela Corregedoria Regional Eleitoral (CRE/PA), na manhã da sexta-feira (22 de março), para falar sobre os povos originários.

O momento teve como objetivos promover diálogos e reflexões sobre a importância do tema, bem como apresentar o Projeto Originários, que trabalha a inclusão sociopolítica dos indígenas, além de repassar orientações sobre os atendimentos itinerantes agendados para percorrer as áreas indígenas no mês de abril. Participaram servidoras (es) das zonas eleitorais do estado, em especial as que incluem áreas indígenas.

Após falas dos(as) servidores(as) do TRE do Pará, a professora-doutora do Departamento de Educação Escolar Indígena da Universidade do Estado do Pará (NUFI/UEPA), Antônia Negrão de Oliveira, falou da gratidão em participar do evento:



Estamos muito felizes por estar nesse projeto tão grandioso. Os desafios são muitos, como por exemplo, a distância para chegar nas áreas indígenas

afirmou.

A acadêmica chamou a atenção das (os) participantes para a

“necessidade de compreender a conjugação junto aos povos indígenas, pois ainda temos dificuldades em compreender a maneira como esses povos vivem, como desejam viver, a noção de tempo e como querem que nós entendamos isso. É importante entender que não existe uma única forma de pensar, viver e de ver o mundo.

ressaltou.

Em seguida, a professora da UEPA e chefe de Gabinete da Secretaria dos Povos Indígenas do Estado, Edilene Furtado, falou um pouco da experiência no trabalho com os povos originários e corrigiu conceitos ainda entendidos de maneira errônea.

“Para falar da tradução do português para as línguas originárias, destaco que as línguas não são fixas, mas mutáveis, é um processo dinâmico, por exemplo, a língua kaiapó, sistematizada na década de 70, foi aos poucos, inserindo os entendimentos e traduzindo - ou não - algumas ideias e expressões.

explicou.

“Precisamos dizer que existem aldeias, comunidades indígenas e não 'tribos'. O futuro das florestas está nas mãos dos povos que lá vivem, mas não é uma responsabilidade apenas deles, é nossa e precisamos reflorestar as nossas mentes para adquirirmos essa consciência de que também somos responsáveis.

completou.

O secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal, Felipe Brito, falou sobre a mudança feita no Sistema ELO para que pudesse incluir, no momento do cadastro da eleitora e do eleitor, a opção de etnia e de língua materna.

“O TRE quer levar um atendimento de qualidade para esses grupos na forma que eles esperam ser tratados, para que tenham a dignidade de votar e de serem votados.

disse.

O chefe da Seção de Administração do Cadastro Eleitoral (SACE), Antônio Mário Almeida, fez uma demonstração prática de como é inserida no formulário a identificação de gênero, raça e etnia.

A chefe de Gabinete da CRE, Elaine Santana Machado, finalizou o momento agradecendo aos participantes.

“Agradeço a todas e a todos pela presença. Espero que nossas mentes saiam daqui reflorestadas e que nosso país seja realmente originário, original e cidadão.

concluiu.

Notícia retirada do ASCOM do TRE-PA.



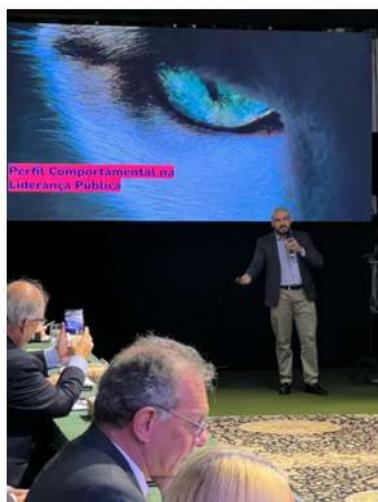
# 5.

## EVENTOS E REUNIÕES INSTITUCIONAIS

## 5.1. COLÉGIO DE CORREGEDORES ELEITORAIS DO BRASIL

Em 2023, o Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do Pará, Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, esteve presente em três encontros do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil (CCORELB), que ocorreram em Fortaleza, Macapá e Rio de Janeiro. Já em 2024, os encontros ocorreram em Cuiabá e Florianópolis.

Durante o 51º Encontro do CCORELB, os representantes da Corregedoria Eleitoral do Pará apresentaram três projetos importantes. A chefe de Gabinete da CRE, Elaine de Jesus Santana, falou sobre o "Projeto Exercendo Cidadania - Nas Ruas da Cidadania - Semana Nacional do Registre-se!". Ela compartilhou os resultados positivos alcançados, contou sua experiência e ressaltou a importância das parcerias institucionais para o sucesso da iniciativa. A coordenadora de Assuntos Judiciários, Rosiane Martinelli, apresentou o "Projeto Zona 10.0", explicando a metodologia DEP (Diagnóstico, Estratégia e Prática), utilizada nas inspeções realizadas pela corregedoria. Por fim, o secretário da corregedoria e especialista em comportamento humano, Bruno Giorgi, encerrou o encontro com a palestra "Perfil Comportamental na Liderança Pública". Ele falou sobre os diferentes perfis de liderança no setor público e deu dicas valiosas sobre como melhorar a comunicação entre líderes e suas equipes, promovendo um ambiente mais produtivo e colaborativo.



*Secretário Bruno Giorgi no 51º CCORELB - apresentando a palestra "Perfil Comportamental na Liderança Pública"*



*Servidora Elaine Santana no 51º CCORELB - apresentando o Projeto "Exercendo a Cidadania"*



*Servidora Rosiane Martinelli no 51º CCORELB - apresentando o Projeto "Projeto Zona 10.0"*

Já durante o 53º Encontro do CCORELB, em Cuiabá, o Desembargador José Maria Teixeira do Rosário recebeu a Outorga da Medalha de Honra ao Mérito Eleitoral "Guerreira Maria Felipa de Oliveira" em nome da Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro. E no 54º encontro do CCORELB, em Florianópolis, a Servidora Rosiane Martinelli, apresentou o projeto "COPJUD - Central de

Orientação dos Procedimentos Judiciais em Propaganda, Poder de polícia, Horário Eleitoral, Ações Eleitorais e Junta Eleitoral". O projeto "Guia Originários: Sua língua, seu voto, sua representatividade" foi inscrito para apresentação.



*Desembargador José Maria Teixeira do Rosário recebeu a Outorga da Medalha de Honra ao Mérito Eleitoral "Guerreira Maria Felipa de Oliveira" em nome da Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro.*



*Desembargador José Maria Teixeira do Rosário no 53ª CCORELB.*



*Servidora Rosiane Martinelli apresentando o projeto COPJUD no 54ª CCORELB.*

O CCORELB é um importante espaço de debate nacional, onde se discutem temas essenciais para as Corregedorias Regionais Eleitorais (CRE's), como o cadastro eleitoral, os serviços à eleitora e ao eleitor, as inspeções e as atividades jurisdicionais. Além disso, o evento é uma excelente oportunidade para compartilhar ideias, trocar experiências e buscar inovações que melhorem o trabalho das corregedorias.



*Desembargador José Maria Teixeira do Rosário e demais Corregedores Eleitorais no 50ª CCORELB - Fortaleza*



*Desembargador José Maria Teixeira do Rosário no 53ª CCORELB.*



*Secretário da Corregedoria Bruno Giorgi no 53ª CCORELB.*



Desembargador José Maria do Rosário e os servidores Bruno Giorgi e Solange Maciel no 50° CCORELB - Fortaleza.



Servidores Bruno Giorgi e Elder Brasil no 52º CCORELB - Rio de Janeiro.



Desembargador José Maria Teixeira do Rosário e os(as) servidores(as) Bruno Giorgi, Elaine Santana e Rosiane Martinelli no 51º CCORELB - Macapá

## 5.2. FONACOR

Em 2023, o 8º Fórum Nacional das Corregedorias (FONACOR) foi realizado na sede do CNJ, em Brasília/DF. A CRE/PA esteve representada pelas servidoras Valéria Athayde Fontelles de Lima e Vilarete de Almeida Oliveira.

Durante o evento, foram debatidas e definidas as Metas e Diretrizes das Corregedorias para 2024. Essas metas seguem o Glossário das Metas Nacionais e as Diretrizes Estratégicas, com foco especial na justiça eleitoral.



*Servidoras Vilarete Oliveira e Valéria Fontelles no 8º Fórum Nacional das Corregedorias.*

## 5.3. CURSO DE CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

A servidora da Corregedoria, Ana Flávia Sousa, participou nos dias 26 e 27 de outubro de 2023, da Trilha de Capacitação dos Gabinetes, realizada pela Escola Judiciária Eleitoral no Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília. O evento teve como objetivo capacitar os assessores e servidores da Justiça Eleitoral, visando aprimorar o trabalho nos gabinetes.

Representando a ASCRE, Ana Flávia Sousa esteve acompanhada dos colegas Aristheu Leal, Fabiano de Cristo Araújo, Jhonatan Elian Alves, João Gonçalves de Melo Junior e Eleonay Wanderlan da Silva.



*Servidores do TRE-PA na Trilha de Capacitação dos Gabinetes.*

#### 5.4. CURSO DE PROCESSO DISCIPLINAR ADMINISTRATIVO

Entre os dias 6 e 8 de dezembro de 2023, as servidoras da Corregedoria Cilene do Socorro Nascimento e Vilarete de Almeida Oliveira participaram do Curso de Processo Administrativo Disciplinar (PAD e Sindicância), realizado em Foz do Iguaçu/PR.



*Servidoras Cilene Nascimento, Vilarete Oliveira e o assessor II da presidência do TRE - PA, Dimitri Maia.*

Essa capacitação foi importante para aprimorar o trabalho da equipe da CRE/PA, especialmente no que se refere ao acompanhamento de processos disciplinares no sistema PJeCor. A formação ajudou as servidoras a aprofundarem seus conhecimentos sobre as normas e procedimentos legais necessários para lidar com esses casos.

#### **5.5. 1º ENCONTRO NACIONAL DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD - NO SERVIÇO PÚBLICO**

Nos dias 28 e 29 de setembro, as servidoras Solange Maciel, Coordenadora da CINSCAE, e Kayla Cohen, Chefe do NIC, representaram a Corregedoria Regional Eleitoral do Pará no "1º Encontro Nacional de LGPD no Serviço Público: transparência, liberdade e proteção de dados". O evento aconteceu no auditório do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), em Curitiba.

Durante dois dias, especialistas do Poder Público e da área de proteção de dados compartilharam suas experiências e conhecimentos. Foram realizadas diversas palestras sobre como aplicar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no serviço público, com foco na transparência, liberdade e proteção dos dados. Também foi discutido como a Lei de Acesso à Informação (LAI) se relaciona com a LGPD.

#### **5.6. FÓRUM NACIONAL DE ESTATÍSTICA PROCESSUAL E GESTÃO PROCESSUAL ELEITORAL**

A Corregedoria Regional Eleitoral participou do 1º Fórum Nacional de Estatística Processual e Gestão Processual Eleitoral, realizado no primeiro semestre, na sede do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília (DF). A Coordenadora de Assuntos Judiciários foi a representante da Corregedoria. O evento teve como objetivo incentivar o desenvolvimento das habilidades dos servidores que trabalham com dados estatísticos processuais, promovendo mais transparência no processo eleitoral. As discussões focaram, especialmente, nos sistemas utilizados pela Justiça Eleitoral para gerar esses dados.

O destaque do Fórum foi a apresentação dos três novos indicadores de produtividade da Justiça Eleitoral, aprovados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para 2023. Esses indicadores são: Casos Eleitorais (CnEI), Execução Judicial Criminal (ExeJudCrim) e Execução Judicial Não-Criminal (ExeJudNCrim).

A principal novidade de 2023 foi a criação do indicador "Casos Eleitorais". Esse indicador avalia a produtividade nas áreas relacionadas à gestão do Cadastro Eleitoral, aos(as) filiados(as) e às atividades administrativas de organizar, preparar, fiscalizar e totalizar as eleições. Durante o evento, também foram apresentados os indicadores "Execução Judicial Criminal" e "Execução Judicial Não-Criminal", que medem a execução das penas e o cumprimento das decisões judiciais.

Para repassar o conhecimento adquirido no Fórum, a CAJ/SECRE organizou dois workshops voltados às Zonas Eleitorais do Estado. O objetivo foi compartilhar as informações e estimular a melhoria da prestação jurisdicional em todo o Estado.



*Rosiane Revelle dos Santos Martinelli no "1º Fórum Nacional de Estatística Processual e Gestão Processual Eleitoral"*

### **5.7. CURSO NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

De 11 a 13 de dezembro de 2023, a servidora Elaine de Jesus Santana participou do curso presencial "O QUE MUDA COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES? 40 QUESTÕES PARA A APLICAÇÃO SEGURA DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES", realizado no Auditório da Escola Judicial do Pará. O treinamento foi oferecido pela empresa ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

O curso foi essencial para atualizar os conhecimentos técnicos e alinhar as equipes do Tribunal Regional Eleitoral do Pará nas questões relacionadas a licitações e contratos. A importância dessa atualização é ainda maior com a nova legislação, que trouxe mudanças significativas nas regras e procedimentos de contratação na Administração Pública.

### **5.8. CORREGEDOR E VICE-PRESIDENTE DO TRE DO PARÁ PROFERE AULA MAGNA PARA CALOUROS DO CURSO DE DIREITO**

O corregedor e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, ministrou uma aula magna para os calouros do curso de Direito do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (Unifamaz). Durante o evento, o palestrante abordou o papel da Corregedoria na Justiça Eleitoral, sua composição e suas funções em relação às práticas adotadas no exercício da cidadania. A aula ocorreu na noite do dia 27 de Fevereiro, no auditório da faculdade e teve como público-alvo os(as) estudantes iniciantes do curso.



*Desembargador José Maria Teixeira do Rosário compõe a mesa de honra da Aula Magna do curso de Direito da UNIFAMAZ, juntamente com Adriana Letícia dos Santos Gorayeb e Mônica Hagedorn - Reitora e coordenadora do curso de Direito do UNIFAMAZ, respectivamente, e aluna da UNIFAMAZ.*



*Equipe da Corregedoria Eleitoral presente na Aula Magna do curso de Direito da UNIFAMAZ, proferida pelo Desembargador José Maria Teixeira do Rosário.*

O Corregedor estava acompanhado do secretário da Corregedoria Regional Eleitoral do TRE do Pará (CRE-Pará), Bruno Giorgi, da coordenadora Rosiane Martinelli da Coordenadoria de Assuntos Judiciários, e da chefe de gabinete da Corregedoria, Elaine Santana.

Durante a palestra, o corregedor destacou o trabalho realizado pela CRE em orientar as zonas eleitorais e enfatizou os serviços de cidadania liderados pela Corregedoria. Além disso, foram discutidos os desafios do período eleitoral em relação às Eleições de 2024.



*Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, recebe certificado de palestrante da Aula Magna do curso de Direito da UNIFAMAZ, entregue pela Senhora Mônica Hagedorn - coordenadora do curso de Direito.*



*Alunos do curso de Direito da UNIFAMAZ e Desembargador José Maria do Rosário.*

#### **5.9. SERVIDORAS DA CORREGEDORIA ELEITORAL PARTICIPAM DO 4º SEMINÁRIO NACIONAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

Nos dias 4 a 6 de Março de 2024, na cidade de Foz do Iguaçu/PR, as servidoras Rosine Martinelli, coordenadora de Assuntos Jurídicos, Sinara Lubiana Mendes e Dellysié Rezende, da Assessoria Jurídica da CRE. participaram juntamente com outros(as) servidores(as) do TRE do Pará, do 4º Seminário Nacional de Processo Administrativo Disciplinar.

O processo administrativo disciplinar é o mais sensível de todos dentre os processos que tramitam nas instituições públicas, pois nele pode ser facilmente instaurada, mesmo que inconscientemente, uma convergência de vontades entre o(a) interessado(a) e os(as) responsáveis pela instrução e julgamento do processo afinal, todos os personagens do processo são colegas, podem exercer a mesma atividade, conhecem a realidade, o exercício da atividade etc., e todas essas circunstâncias podem influenciar (positiva ou negativamente) a instrução

processual.

Evitar vícios que possam macular o processo administrativo disciplinar, atualizar o(a) participante em face de novos institutos e interpretações jurisprudenciais foi o que norteou a participação das servidoras no Seminário, uma vez que integram comissões e são lotadas em setores que constantemente apreciam o tema.



*Dellysié Rezende, Sinara Mendes e Rosine Martinelli no 4º Seminário Nacional de Processo Administrativo Disciplinar, em Foz do Iguaçu.*

Soma-se ainda a necessidade de atualização a partir das inovações legislativas (Lei nº 13.655/2018 e da Lei nº 14.230/2021) e seus reflexos no procedimento administrativo disciplinar.

As servidoras relatam que o Seminário foi uma oportunidade de se ter acesso a um conhecimento atualizado sobre a temática e propiciar a necessária segurança para a devida instrução processual de acordo com o ordenamento jurídico vigente e com supedâneo na jurisprudência atual. A estrutura do Seminário também contemplou vários temas importantes em torno de diversos momentos processuais, permitindo aos participantes um conhecimento sólido e indispensável para sua atuação.

**6.**

**AÇÕES REFERENTES  
ÀS ELEIÇÕES 2024**

## 6.1. GRUPO DE APOIO ESPECIALIZADO NA ORIENTAÇÃO EM MATÉRIA ELEITORAL - COPJUD

No ano de 2024, o principal processo de trabalho da Justiça Eleitoral foram as eleições municipais, cuja responsabilidade pelo julgamento das reclamações, representações eleitorais, poder de polícia e direção do processo eleitoral foi da juíza e juiz eleitoral. Considerando os desafios do pleito municipal, como logística, aumento de demanda processual e falta de pessoal nas zonas eleitorais, a Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral, por meio da Coordenadoria de Assuntos Judiciários, criou o projeto "CopJud - Central de Orientação dos Procedimentos Judiciais em Propaganda, Poder de Polícia, Horário Eleitoral, Ações Eleitorais e Junta Eleitoral". O projeto objetivou fortalecer o processo eleitoral e melhorar os procedimentos judiciais na gestão das eleições.

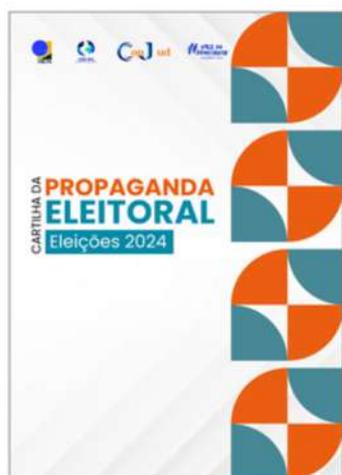
A CopJud otimizou o processo eleitoral oferecendo suporte especializado às zonas eleitorais do Estado, oferecendo três tipos de suporte:

- **Nível 1:** Chatbot desenvolvido pela equipe do CopJud em parceria com a administração;
- **Nível 2:** Central de orientação disponível durante o expediente, inclusive no plantão eleitoral, para tirar dúvidas específicas de cada área de atuação;
- **Nível 3:** Suporte mais complexo, que será resolvido pela coordenação da Central de Orientação.

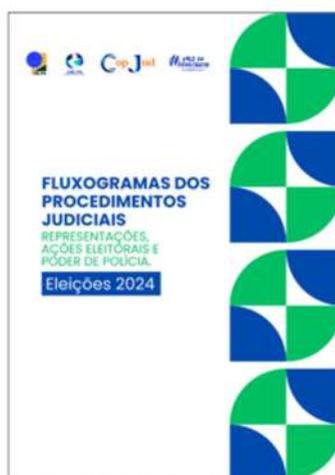
A COPJUD também produziu e compartilhou com as Zonas Eleitorais a Cartilha da Propaganda Eleitoral; o Guia de fluxograma das ações eleitorais; e o Roteiro do Horário Eleitoral - para as eleições 2024, todos atualizados com as recentes inovações das Resoluções TSE n.ºs 23.608/19 e 23.610/19 e da jurisprudência dos Tribunais Eleitorais.

- **Roteiro do Horário Eleitoral:** desenvolvido para orientar as servidoras e os servidores das zonas eleitorais quanto à reunião da Justiça Eleitoral com os partidos políticos, coligações, federações e a representação das emissoras de rádio e de televisão para elaborar plano de mídia referente ao horário eleitoral gratuito.
- **Cartilha da Propaganda Eleitoral:** orienta sobre todos os atores do processo eleitoral, bem como da sociedade em geral, abordando conceitos das diversas formas de propaganda política, passando pela análise da propaganda antecipada e das regras permissivas e proibitivas da propaganda em geral e na internet. Seu propósito foi apresentar um norte para o papel da propaganda eleitoral no pleito de 2024, com a análise de pretensas ações e técnicas utilizadas pelas(os) candidatas(os) e partidos políticos, dentro das limitações contidas na Lei 9.504/97, na Resolução TSE n.º 23.610/2019 e na jurisprudência dos Tribunais Superiores.
- **Fluxograma dos procedimentos judiciais:** otimizou e uniformizou os procedimentos adotados no ano de 2024, sintetizando os procedimentos judiciais relativos às representações, ações eleitorais e poder de polícia.

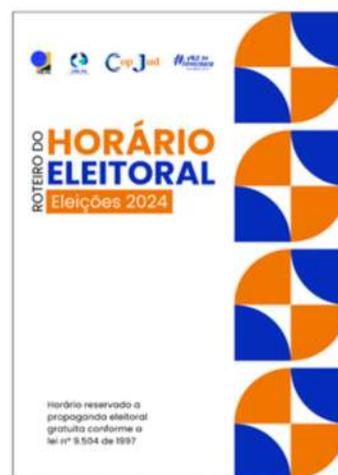
A produção do material da propaganda foi uma atividade prevista no Plano Integrado das Eleições 2024, com relevante importância no processo eleitoral.



**Cartilha da Propaganda Eleitoral**



**Fluxogramas**



**Roteiro do Horário Eleitoral**

*Guias, Cartilhas e Roteiros sobre propaganda eleitoral para as eleições 2024.*

Todo o material foi disponibilizado no portal das eleições e da Corregedoria Eleitoral, e na Karen - atendente virtual da Corregedoria.



*Karen - atendente virtual da Corregedoria.*

Quanto a Karen, a Secretaria de Tecnologia da Informação possibilitou o uso do Chatbot dentro da solução Omni Center. A solução tecnológica para o atendimento às zonas eleitorais foi denominada assistente virtual Karen, que foi instaurada visando otimizar o atendimento. A Karen possibilita, em tempo real, ao público interno do Tribunal e às juízas e aos juízes eleitorais, esclarecer as principais dúvidas sobre as normas e legislações relacionadas à propaganda eleitoral e assuntos conexos, nas Eleições de 2024.

A solução permitiu uma interação automatizada e direta, facilitando o acesso à base de conhecimentos do direito eleitoral, direcionado para as zonas eleitorais. Entretanto, com a possibilidade de serem atendidas diretamente por servidoras e servidores da corregedoria, nos casos mais complexos. A Karen não só acelerou o processo de esclarecimento de dúvidas, mas também garantiu que as respostas estivessem

alinhadas com as normas e jurisprudências eleitorais mais recentes e precisas.

O nome Karen foi escolhido para homenagear a cientista britânica Karen Sparck

Jones, criadora do conceito de “Inverso de Frequência em Documentos”, a base do que hoje são os motores de busca e localização de conteúdo na internet. Basicamente, é a estrutura base de companhias como o Google e o Bing. Karen Sparck Jones trabalhou por quase 30 anos no Laboratório de Computação da Universidade de Cambridge, na Inglaterra.

Lançada em julho de 2024, a Karen mostrou-se eficaz na resolução de questões e na orientação de usuárias(os), permanecendo disponível de segunda às sextas-feiras, das 8h às 19h, e aos sábados e domingos, das 9h às 19h. A COPJUD atuou sob a coordenação do Secretário Bruno Giorgi e da Coordenadora de Assuntos Judiciários Rosiane Martinelli.



Veja o vídeo que relata a experiência das zonas eleitorais com a assistente virtual Karen acessando o QR-Code ao lado.

## 6.2. TREINAMENTO SOBRE HORÁRIO ELEITORAL E SISTEMA HE PARA AS ZONAS ELEITORAIS

No mês de agosto de 2024, a Corregedoria Regional Eleitoral participou como palestrante do tema Horário Eleitoral, no Treinamento de Sistemas Eleitorais, com foco nas Eleições Municipais. Este treinamento, foi realizado na sede do Tribunal, e destinado a aproximadamente 202 servidores(as) que atuam nas 101 zonas eleitorais do estado, abrangendo todas as seis mesorregiões do Pará.

Durante o treinamento, a Chefe de Gabinete da Corregedoria, Elaine Santana, e a Coordenadora de Assuntos Judiciários, Rosiane Martinelli, abordaram temas cruciais relacionados à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, e ao Sistema Horário Eleitoral (SHE). Estes tópicos são essenciais para garantir a conformidade com as regulamentações e a eficácia na execução da propaganda eleitoral, além de assegurar a integridade e transparência das atividades eleitorais.



*Chefe de Gabinete Elaine Machado conversando com as ZE's no treinamento de Sistemas Eleitorais.*



*Rosiane Martinelli coordenadora da CAJ conversando com as ZE's no Treinamento de Sistemas Eleitorais.*

Durante os treinamentos foram discutidas as diretrizes para a propaganda eleitoral, incluindo a gestão e a supervisão das inserções publicitárias. Além de um treino prático no sistema Horário Eleitoral, e uma simulação da reunião de montagem do plano de mídia entre os partidos políticos, federações, coligações e as emissoras de rádio e televisão. A equipe também destacou a importância de manter a conformidade com as normas e regulamentos, proporcionando aos servidores(as) as ferramentas necessárias para lidar com quaisquer irregularidades ou desafios durante o processo eleitoral.



*Servidoras Priscila Fonseca, chefe de cartório da 78ª ZE e Renata Bighetti, técnico judiciário da 52ª ZE.*



*Servidores Hermenegildo Cunha, chefe de Gabinete 97ª ZE e Zilomar Pereira, chefe do Núcleo de Atendimento ao Eleitor.*



*Servidoras e Servidores das zonas eleitorais participantes da simulação da reunião para montagem do plano de mídia.*

Ao final, a Corregedoria Eleitoral compartilhou com as zonas eleitorais os seguintes documentos:

- Planilha atualizada das emissoras de televisão e radiodifusão do Estado, encaminhada pela ANATEL.
- Roteiro Sistema Horário Eleitoral.
- Roteiro do Horário Eleitoral 2024 - direito material.
- Apresentação do Horário Eleitoral - para partidos políticos, coligações, federações e emissoras.
- Modelo de ofício-Circular para convocação da reunião de Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita.
- Modelo de minuta de Ata da reunião Horário Eleitoral em pdf.
- Roteiro do cerimonial da reunião para montagem do plano de mídia.

### 6.3. CERIMÔNIA DO HORÁRIO ELEITORAL DE BELÉM

No dia 21 de agosto de 2024, a Comissão de Fiscalização da Propaganda, composta pelos juízes da 29ª, 30ª e 73ª zonas eleitorais reuniu com os partidos políticos, coligações, federações e emissoras de rádio e televisão de Belém, para montagem do plano de mídia do horário eleitoral gratuito no município, para as eleições municipais 2024. Estiveram presentes na reunião Reijjane Ferreira de Oliveira, Juíza Eleitoral da 73ª ZE, Célio Petrônio D'Anunciação, Juiz Eleitoral da 29ª ZE, Clarice Maria de Andrade Rocha, Juíza Eleitoral da 30ª ZE; Edson Augusto Cardoso de Souza, Promotor Eleitoral da 73ª ZE; Felipe Houat de Brito, Secretário de Tecnologia da Informação, neste ato representando a Diretoria Geral, Rosiane Martinelli, Secretária da Corregedoria, em exercício, e servidores(as) da Corregedoria Eleitoral, sede e das zonas eleitorais envolvidas, representantes das emissoras de rádio e televisão, partidos políticos, federações e coligações, concorrentes às eleições 2024, na cidade de Belém.



*Juízas e Juízes eleitorais, chefes de cartório e servidoras da Corregedoria Eleitoral.*



*Dra. Reijjane Ferreira de Oliveira em coletiva de imprensa.*

Os trabalhos foram presididos pela Dra. Reijjane Ferreira de Oliveira, que destacou tratar-se de um momento importante no processo eleitoral, assim como, do papel das emissoras de televisão e rádio como aliadas da Justiça Eleitoral para garantir um pleito transparente, isonômico e seguro. Acrescentou que a propaganda eleitoral é de fundamental importância para o esclarecimento das propostas dos(as) candidatas(os), responsáveis, em garantir o acesso da população a todas as informações relativas às eleições,

essencial para o fortalecimento da democracia. Agradeceu ainda, o apoio do representante da ANATEL, para a realização da cerimônia do horário eleitoral. Solicitou aos partidos, coligações e federações que se apropriem da resolução da propaganda eleitoral para assim, garantir os direitos da mulheres e homens negros no horário eleitoral que lhes cabe, na forma estabelecida na legislação vigente.

A propaganda no rádio e na televisão teve início no dia 30 de agosto e foi até 3 de outubro para o 1º turno. Para o 2º turno, foi de 11 a 25 de outubro. As emissoras geradoras e substitutas foram definidas por sorteio. Em razão da cláusula de barreiras, alguns candidatas(os) ao cargo majoritário na cidade de Belém não tiveram tempo de antena. Inúmeras decisões foram acordadas durante a reunião, dentre elas que o material publicitário deve ser enviado pelos partidos / coligações / federações em formato MP3 para rádio e eletronicamente para televisão, com prazo mínimo de 6 horas antes da veiculação. Já no domingo do Círio de Nazaré (13/10), não houve inserções durante a procissão (5h às 14h).



*Representantes da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, dentre eles o Dr. Carnot Guimarães - primeiro da direita para a esquerda.*

Todas as zonas eleitorais com emissoras geradoras de rádio e televisão realizaram da reunião do HE até 25 de agosto de 2024.



*Representantes das emissoras de rádio e televisão, partidos políticos, federações e coligações presentes.*



*Servidores, colaboradores e estagiária do TRE-PA responsáveis pela operação do sistema HE e apresentação do sorteio.*



*Sílvia Damasceno, chefe de cartório da 30ª ZE - Belém*



*Elaine Santana, mestre de cerimônia da reunião.*



*Mesa de honra da reunião de montagem do plano de mídia do horário eleitoral gratuito no município de Belém.*

#### 6.4. CURSO DE "GESTÃO DO CADASTRO ELEITORAL: RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 E APLICAÇÕES NA PRÁTICA ELEITORAL"

Com o objetivo de melhorar o desempenho das atividades das (os) servidoras (es) do TRE e das zonas eleitorais, ocorreu entre os dias 22 e 25 de janeiro de 2024 o curso "Gestão do Cadastro Eleitoral: Res. TSE nº 23.659/21 e aplicações na prática eleitoral". A capacitação foi promovida pelo servidor Volgane Carvalho, atendendo à necessidade de atualizar e treinar os novos servidores das zonas eleitorais, além de preparar para a demanda de serviços eleitorais, especialmente durante o fechamento do cadastro eleitoral para as eleições municipais de 2024.

The image shows a promotional card for an online course. The card is divided into two main color sections: a dark blue section on the left and a light green section on the right. In the top left corner of the dark blue section is the logo of the Tribunal Regional Eleitoral do Pará, featuring a globe and the text 'TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ'. Below the logo, the title 'Gestão do Cadastro Eleitoral: Resolução TSE nº 23.659/21 e Aplicação na Prática Eleitoral' is written in large, bold, white and yellow letters. The light green section contains the following information: 'Curso Online' in large black letters, a 'GOOGLE MEET' icon, the dates '22 a 25 de janeiro' in large black letters, a clock icon indicating '13h às 16h' and 'Carga horária de 12h' in a white box with a black border, a QR code in the top right corner with the text 'Inscrições através do QRcode' below it, and a portrait of the instructor, Volgane Carvalho, in a blue suit. Below the portrait, the text 'INSTRUTOR Volgane Carvalho' is displayed, followed by his credentials: 'MESTRE EM DIREITO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS); ANALISTA JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO. PROFESSOR DE CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO. MEMBRO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL E POLÍTICO (ABRADEP)'. At the bottom of the card, a light blue banner contains the text 'Card do Curso de "Gestão do Cadastro Eleitoral: Resolução TSE nº 23.659/2021 e Aplicações na Prática Eleitoral"'. The entire card is set against a background of decorative blue and white geometric patterns on the left side.

Volgane Oliveira Carvalho é especialista em Direito Processual pela Universidade da Amazônia (UNAMA), mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Com uma vasta experiência na área, atua como Analista Judiciário do TRE-MA desde 2006.

O curso teve uma carga horária de 12 horas e foi realizado de forma remota, com transmissão ao vivo pela plataforma Google Meet. Isso permitiu que 350 servidores(as) das zonas eleitorais participassem ativamente da capacitação. Durante os quatro dias, as(os) servidoras(es) puderam tirar dúvidas e compartilhar experiências, tornando a atividade muito produtiva.

## 6.5. CURSO "PROPAGANDA ELEITORAL: DA PRÉ-CAMPANHA AO MARKETING DIGITAL"

Em preparação para as eleições 2024, no dia 18 de abril, a Corregedoria Regional Eleitoral do Pará realizou o curso "Propaganda Eleitoral: Da Pré-Campanha ao Marketing Digital - Eleições 2024". O servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Caio Silva Guimarães, foi o facilitador dessa capacitação, que aconteceu de forma presencial, com a coordenação da Corregedoria.

The image shows a promotional card for a course. At the top left is the logo of the Tribunal Regional Eleitoral do Pará. The main title is 'Propaganda Eleitoral: da Pré-Campanha ao Marketing Digital'. Below the title is a table with columns 'Dia' and 'Horário'. To the right of the table is a QR code and the text 'INSCRIÇÕES ABERTAS'. Further right is a circular portrait of Caio Silva Guimarães, followed by his name and a bio. At the bottom left, it says 'Carga Horária: 14h' and 'Google Meet'. At the bottom right, there are logos for STD and other organizations. A light blue banner at the bottom contains the text: 'Card do curso "Propaganda Eleitoral: da pré-campanha ao marketing digital", com Caio Silva Guimarães.'

Dia	Horário
11/06	08h30 - 12h
13/06	08h30 - 12h
17/06	13h30 - 17h
18/06	08h30 - 12h

**Carga Horária: 14h**  
Google Meet

**INSCRIÇÕES ABERTAS**

**Caio Guimarães (Servidor do TRE-CE)**  
Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza. Especialista em Direito Constitucional e Direito Eleitoral, pela Universidade Estácio de Sá e pela Universidade Católica de Minas Gerais.

STD

Card do curso "Propaganda Eleitoral: da pré-campanha ao marketing digital", com Caio Silva Guimarães.

O objetivo do curso foi treinar e atualizar servidoras(es) e magistradas(os) sobre propaganda eleitoral, com foco na propaganda digital. O conteúdo abordou temas como o uso de Inteligência Artificial, ferramentas de marketing digital, manipulação de imagens, sons e vídeos, além de ataques cibernéticos.

Nas eleições de 2022, as plataformas digitais se tornaram os principais meios para divulgar campanhas eleitorais, tanto por meio de mensagens eletrônicas quanto pelas redes sociais. O desafio da desinformação aumentou, o que tornou ainda mais essencial entender as estratégias de marketing digital e como combater as fake news.

Nos anos de 2018 e 2020, a publicidade em espaços públicos sofreu restrições, embora as manifestações individuais dos eleitores tenham aumentado. Desde então, a jurisprudência tem alterado diversas regras sobre propaganda eleitoral. A Resolução TSE nº 23.671, de 2021, trouxe inovações importantes sobre a propaganda antecipada, o uso de mídias digitais, o combate à desinformação e o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Para as eleições de 2024, a propaganda digital foi ainda mais avançada, com o uso de Inteligência Artificial, marketing digital, manipulação de imagens, sons e vídeos, além da necessidade de enfrentar ataques cibernéticos. Por isso, é fundamental que servidoras(es) e magistradas(os) se atualizem e se preparem para essas novas demandas.

## 6.6. CURSO DE CAPACITAÇÃO "PROCESSAMENTO DAS AÇÕES ELEITORAIS: REPRESENTAÇÃO E DIREITO DE RESPOSTA"

Nos dias 8 e 9 de abril de 2024, na sede do TRE do Pará, ocorreu a capacitação "Processamento das Ações Eleitorais - Representação e Direito de Resposta". A capacitação integra o Plano Anual de Capacitação - PAC de 2024. Para a realização da capacitação, a unidade demandante indicou o servidor Leandro Souza dos Santos Gomes, mestre em Direito e Assessor Jurídico - Chefe de Gabinete do TRE-RJ, haja vista sua expertise técnica como mentor, facilitador e palestrante, somada à vivência do negócio da Justiça Eleitoral, que permitiu tanto a capacitação quanto a sensibilização de seus membros e ainda, a troca de experiências sobre demandas comuns. A capacitação integra o Plano Anual de Capacitação - PAC de 2024, capitaneado pela Seção de Treinamento e Desenvolvimento.

**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Pará

# Processamento das Ações Eleitorais: Representação e Direito de Resposta

**22 a 26/04 - 9h às 12h**  
**Carga Horária: 15h**  
*Google Meet*

**INSCRIÇÕES ABERTAS**

**Leandro Gomes (Servidor do TRE-RJ)**  
Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Especialista em Direito Processual Civil e Mestre em Direito, na área de concentração Teorias Jurídicas Contemporâneas, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**STD**  
Seção de Treinamento e Desenvolvimento

**CODES**

*Card do curso de capacitação "Processamento das Ações Eleitorais - Representação e Direito de Resposta", com Leandro Gomes.*

O objetivo da ação foi capacitar as servidoras e os servidores do TRE-PA para o processamento das Representações que seguem o rito do art. 96 da Lei nº 9.504/97, do art. 22 da LC nº 64/90 e dos pedidos de direito de resposta. A justificativa é a necessidade de explorar o tema que é de fundamental importância para a realidade dos cartórios eleitorais, que têm entre suas funções identificar e tratar adequadamente as principais questões que surgem no

processamento das representações eleitorais, praticar os atos processuais da forma correta, e sobretudo atuar com diligência e compromisso com a qualidade e efetividade da prestação jurisdicional considerando a posse de novas servidoras e servidores, e ainda o aumento da demanda dos serviços eleitorais, em razão do período de fechamento de cadastro eleitoral para as eleições municipais 2024.

A primeira turma ocorreu em formato presencial, direcionada para servidoras(es) da Corregedoria Eleitoral, Centrais de Atendimento, NAE e COLOG/SACE. A turma seguinte ocorreu de forma Online através de aulas síncronas, com uso da ferramenta Google Meet, para mais de 100 (cem) pessoas das Zonas Eleitorais, e Centrais de Atendimento ao Eleitor. O curso permanece disponível na plataforma moodle do TRE do Pará.



*Turma 1 da capacitação "Processamento das Ações Eleitorais - Representação e Direito de Resposta"*

## 6.7. CURSO AVANÇADO DE DIREITO DIGITAL ELEITORAL

Em junho de 2024, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará contratou o Instituto de Estudos Jurídicos e Diálogos Constitucionais (IDECON) para ministrar o Curso Avançado de Direito Digital Eleitoral. O curso foi voltado para as(os) servidoras(es) da Justiça Eleitoral, incluindo aquelas(es) da Corregedoria Eleitoral, da Secretaria de Tecnologia da Informação, da Assessoria dos Juízes-Membros e de outras áreas.

O objetivo principal foi capacitar as(os) servidoras(es) para lidar com as questões mais complexas do Direito Digital Eleitoral, com base nas Resoluções TSE nº 23.610/21, nº 23.608/21 e na Lei nº 12.965/2014. Os participantes adquiriram conhecimentos teóricos e práticos que os ajudaram a desempenhar suas funções de forma mais eficiente e segura nas eleições de 2024. Além disso, o curso os

preparou para enfrentar os novos desafios do direito eleitoral, da tecnologia digital e da legislação atual.

Ao final do curso, as(os) servidoras(es) do TRE-PA estavam mais preparadas(es) para tomar decisões com confiança e clareza, lidando melhor com as complexidades legais dos processos eleitorais.



O curso foi conduzido por Tatiana Kolly, da Ouvidoria do TSE, e Marcos Rafael Coelho, do TRE de Mato Grosso. Juntos, eles apresentaram uma visão aprofundada sobre a proteção de dados, a regulamentação do ambiente digital e o uso de tecnologias emergentes no processo eleitoral. A combinação de teoria e prática permitiu que os servidores não só compreendessem os conceitos essenciais, mas também soubessem aplicá-los em suas funções diárias.

À medida que nos aproximamos do próximo ciclo eleitoral, é fundamental destacar a importância de uma preparação bem fundamentada para lidar com as complexidades da legislação eleitoral brasileira.

Baseado na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e no uso de Inteligências Artificiais nas eleições de 2024, foi oferecido de forma *online* às zonas eleitorais, em julho. Nessa edição, Tatiana Kolly e Anna Paula Mendes, mestre em direito e servidora da Justiça Eleitoral, conduziram as aulas.



Participantes do curso de Direito Digital.



Marcos Rafael Coelho palestrante do curso presencial de Direito Digital.



Professor Marcos Rafael Coelho e a turma de Direito Digital.

## 6.8. CARDS DA SÉRIE O CADASTRO ELEITORAL E AS ELEIÇÕES 2024

Logo CRE-PA e #VOZ DA DEMOCRACIA ELEIÇÕES 2024.

**OLÁ, ZONAS ELEITORAIS!**  
INICIAMOS COM ESTE CARD A SÉRIE "O CADASTRO ELEITORAL E AS ELEIÇÕES 2024"

**Publicação da Resolução do Cronograma Operacional do Cadastro**

Foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico - DJE de hoje, 04.03.2024, a Resolução TSE nº 23.737/2024 que dispõe sobre o Cronograma Operacional do Cadastro Eleitoral para as Eleições 2024.

**Muita atenção aos prazos!**

Os prazos aplicáveis aos procedimentos relativos ao Cadastro Eleitoral estão definidos no anexo da Resolução. (Parágrafo único do art. 1º)

Clique aqui para acessar o inteiro teor da Resolução.

Card nº 01 - Série "O Cadastro Eleitoral e as Eleições 2024"  
Referência: Resolução TSE nº 23.737 de 27.02.2024 (DJE de 04.03.2024)

A Corregedoria Eleitoral, por meio da Coordenadoria de Inspeções, Correições e Supervisão do Cadastro Eleitoral - CINSCAE, preparou e enviou 13 cards com o título "Série: O Cadastro Eleitoral e as Eleições 2024" para as zonas eleitorais, por e-mail e grupo de WhatsApp. O objetivo foi oferecer orientações sobre pontos importantes para as Eleições 2024.

Nos cards, foram abordados temas como os prazos do cronograma de cadastro eleitoral do TSE, tratamento dos lotes de RAE e a transferência temporária de eleitoras e eleitores.

Logo CRE-PA e #VOZ DA DEMOCRACIA ELEIÇÕES 2024.

**BOM DIA, ZONEIRAS E ZONEIROS!**  
HOJE NA SÉRIE "O CADASTRO ELEITORAL E AS ELEIÇÕES 2024" VAMOS DESTACAR O SEGUINTE PRAZO:

**08 de abril de 2024**

**Último dia para eleitoras e eleitores domiciliadas(os) no Brasil que não possuem cadastro biométrico na Justiça Eleitoral solicitarem operações de alistamento, transferência e revisão pelo serviço de autoatendimento eleitoral na internet.**

"Prazo contido no anexo da Resolução TSE nº 23.737/2024 - Cronograma operacional do Cadastro Eleitoral para as Eleições 2024"

**Atenção**

A nova versão do Título Net 3 (v 3.4.2), comunicada às zonas eleitorais por e-mail na sexta-feira, dia 08.03, está configurada para o bloqueio de solicitações web 30 dias antes do fechamento do cadastro para eleitores com coleta biométrica obrigatória.

Clique aqui para acessar a Resolução TSE nº 23.737/2024.

Card nº 02 - SECEDIP/CINSCAE/SECRE - Série "O Cadastro Eleitoral e as Eleições 2024"  
Referência: Resolução TSE nº 23.737 de 27.02.2024 (DJE de 04.03.2024)  
Ofício-Circular CGE nº 11/2024

Logo CRE-PA e #VOZ DA DEMOCRACIA ELEIÇÕES 2024.

**Olá, Zonas e Zoneiros!**  
Hoje na Série "O Cadastro Eleitoral e as Eleições 2024", vamos disponibilizar modelo de portaria de dispensa de cobrança de multas eleitorais por ausência às urnas e por alistamento tardio durante o período que antecede o fechamento do cadastro eleitoral, caso a autoridade judiciária eleitoral entenda por dispensar as referidas cobranças.

**Modelo de Portaria ZE nº \_\_\_\_/2024**

CONSIDERANDO a proximidade do período de fechamento do cadastro eleitoral (150 dias antes do pleito), previsto no caput do art. 91 da Lei 9.504/1997, art. 28 da Resolução TSE nº 23.659/2021 e art. 9º da Resolução TSE nº 23.737/2024;

CONSIDERANDO o aumento significativo da demanda de atendimento aos(as) eleitores(as) no cartório eleitoral e centralposto de atendimento;

CONSIDERANDO que a existência de multas eleitorais poderá inviabilizar ou retardar a realização imediata da operação requerida pelo(a) eleitor(a), gerando aglomeração e longas filas;

CONSIDERANDO que uma parcela dos(as) eleitores(as) têm dificuldade de acesso às formas de pagamento online das guias de multa;

**RESOLVE:**

Art. 1º. DISPENSAR a cobrança de multas eleitorais por ausência às urnas e por alistamento tardio, nas operações RAE na \_\_\_\_ Zona Eleitoral, para o fim de quitação eleitoral e imediato atendimento ao(s) eleitor(a), a partir de \_\_\_\_ até 8 de maio de 2024, último dia de atendimento ao público antes do fechamento do cadastro eleitoral.

Art. 2º. Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no quadro de aviso do Cartório Eleitoral e no DJE.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Data \_\_\_\_\_

(Nome da Autoridade Judiciária Eleitoral)  
Identificação da Zona Eleitoral e Município \_\_\_\_\_

Clique aqui para acessar a Resolução TSE nº 23.737/2024.

Card nº 03 - SECEDIP/CINSCAE/SECRE - Série "O Cadastro Eleitoral e as Eleições 2024"  
Referência: Resolução TSE nº 23.737 de 27.02.2024 (DJE de 04.03.2024)

**CRE-PA** **# VOZ DA DEMOCRACIA ELEIÇÕES 2024**

Ola Zonas e Zoneros,

O card da Série "O Cadastro Eleitoral e as Eleições 2024" desta semana traz informações extraídas do resumo (ofício-circular CGE nº16/2024) sobre atendimento biométrico previsto na Resolução do Cronograma do Cadastro Eleitoral (Res. TSE 23.737/2024).

Card nº 04- SECEDIP/CINSCAL/SECRE - Série "O Cadastro Eleitoral e as Eleições 2024"

Referências:  
Resolução TSE nº 23.737, de 27.02.2024 (DJE de 04.03.2024)  
Ofício-Circular CGE nº 16/2024 (encaminhado às zonas eleitorais por email em 22.03.2024)

**CRE-PA** **# VOZ DA DEMOCRACIA ELEIÇÕES 2024**

Card nº 04- SECEDIP/CINSCAL/SECRE - Série "O Cadastro Eleitoral e as Eleições 2024"

Referências:  
Resolução TSE nº 23.737, de 27.02.2024 (DJE de 04.03.2024)  
Ofício-Circular CGE nº 16/2024 (encaminhado às zonas eleitorais por email em 22.03.2024)

### 6.9. CIRCUITO DE ESTUDOS ELEITORAIS

A Corregedoria Regional Eleitoral participou do "Circuito de Estudos Eleitorais 2024", ação que visa atualizar profissionais do TRE do Pará frente às normas que conduziram as Eleições de 2024. O evento ocorreu em dois momentos: o primeiro no Centro de Convenções Carajás, no município de Marabá, sudeste paraense, no dia 15 de maio, e o segundo, no dia 28 de maio, em Santarém, no Centro de Convenções Sebastião Tapajós.

O assunto abordado pela equipe da Corregedoria foi poder de polícia, processamento das representações eleitorais por propaganda eleitoral e direito de resposta, além de direito material na propaganda, inclusive na internet. Os palestrantes foram o secretário da Corregedoria, Bruno Giorgi; a coordenadora de Assuntos Jurídicos da Corregedoria, Rosiane Revelle; e a chefe da Seção de Orientação e Procedimentos Judiciários, Clara Sousa, com a participação, na cidade de Marabá, do chefe de cartório de Redenção, Márcio Moreira, que fez o papel de mediador dos temas apresentados.



Equipe CRE-PA conduzindo as palestras.

O “Circuito de Estudos Eleitorais 2024” contou com uma diversidade de participantes, entre juízas e juízes, chefes de cartório, servidoras e servidores das zonas eleitorais, contribuindo ativamente nos debates e esclarecendo dúvidas sobre os temas em discussão. Também os temas e apresentações realizadas pela Corregedoria Eleitoral obtiveram uma excelente avaliação junto à pesquisa de satisfação do evento. O ciclo dos circuitos eleitorais em Belém ocorreu na primeira quinzena de julho, também com participação da equipe da CRE.

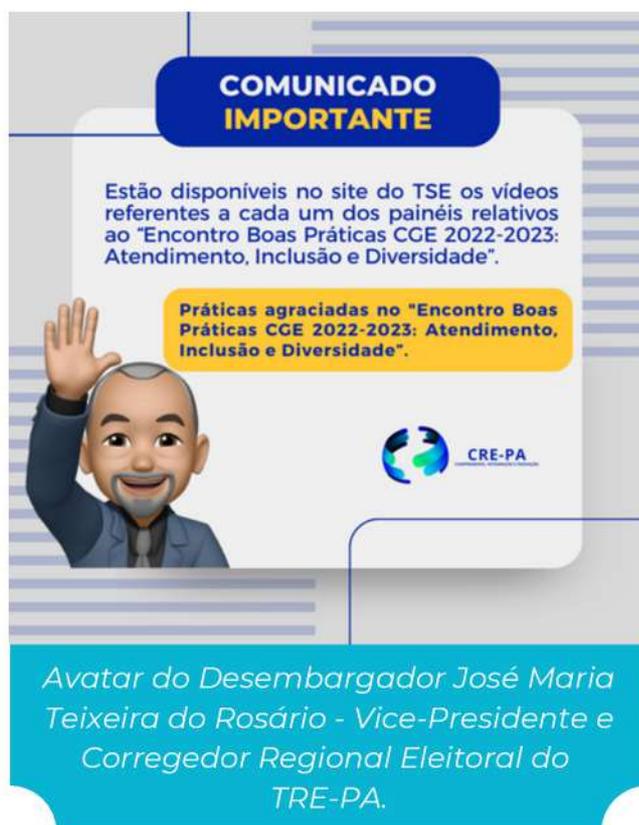


*A Corregedoria sendo representada no Circuito Eleitoral de Santarém por Clara Fabianne, Bruno Giorgi e Rosiane Revelle.*

**7.**

**INOVAÇÃO E LEGAL  
DESIGN**

## 7.1. PRIMEIRO ATO NORMATIVO NA VERSÃO LEGAL DESIGN



A Corregedoria implementou novas formas de comunicação para facilitar o acesso à informação, tanto para as zonas eleitorais quanto para o público em geral. Para isso, foram realizadas reuniões e oficinas virtuais, o portal da intranet da Corregedoria foi atualizado, e a cada mês, um boletim informativo é publicado. Além disso, provimentos, resoluções e orientações agora estão disponíveis em legal design, para garantir maior clareza. Essas iniciativas têm o objetivo de melhorar a transparência nas informações oficiais, tornando as normas, resoluções e orientações mais acessíveis e fáceis de entender, com a combinação de texto e elementos visuais.

Em 6 de junho de 2023, a Corregedoria Regional Eleitoral do Pará publicou o Provimento CRE-PA nº 4/2023, o primeiro ato normativo na versão legal design. Esse provimento estabeleceu os procedimentos para criar e transferir locais de votação no estado do Pará e revogou o Provimento CRE/PA nº 5/2007. Diretriz essa que se seguiu durante todo o biênio.

## 7.2. NOVO PORTAL DA INTRANET - CRE-PA

A Corregedoria Eleitoral renovou seu portal na intranet, com melhorias no layout e no conteúdo. O novo design está mais moderno e fácil de usar, para facilitar o acesso de servidores(as) e demais usuários(as).





No novo portal da CRE-PA, você encontrará informações institucionais, regulamentos, orientações, boletins informativos, o Prêmio Conatus, projetos, ações, ofícios circulares, sistemas e aplicativos, correições, inspeções, visitas técnicas, material de apoio, editais e outros conteúdos relacionados às eleições. A Corregedoria também está atualizando o Manual de Procedimentos Cartorários, adaptando-o ao Processo Judicial Eletrônico (PJe) e às atualizações dos sistemas ELO e outros ligados ao cadastro eleitoral.

**8.**

**GALERIA DE FOTOS**



*Inspeção na 54ª ZE - Senador José Porfírio.*



*Inspeção na 18ª ZE - Altamira.*



*Inspeção na 50ª ZE - Castanhal.*



*Inspeção na 09ª ZE - Curuçá.*



*Inspeção na 31ª ZE - Maracanã.*



*Inspeção na 33ª ZE - Nova Timboteua.*



*Inspeção na 44ª ZE - Portel.*



*Inspeção na 59ª ZE - Redenção.*



*Inspeção na 61ª ZE - Xinguara.*



*Inspeção na 106ª ZE - Parauapebas.*



*Inspeção na 27ª ZE - Ponta de Pedras.*



*Inspeção na 89ª ZE - Terra Santa.*



*Inspeção na 13ª ZE - Bragança.*



*Inspeção na 93ª ZE - Tailândia.*



*Inspeção na 70ª ZE - Capitão Poço.*



*Inspeção na 49ª ZE - Mãe do Rio.*



*Inspeção na 25ª ZE - Capanema.*



*Inspeção na 55ª ZE - Almeirim.*



*Inspeção na 26ª ZE - Gurupá.*



*Inspeção na 53ª ZE - São Félix do Xingu.*



*Inspeção na 15ª ZE - Breves.*



*Inspeção na 46ª ZE - Santana do Araguaia.*



*Inspeção na 65ª ZE - Barcarena.*



Visita técnica ao posto de atendimento eleitoral de Brasil Novo (18ª ZE - Altamira)



Visita técnica ao posto de atendimento eleitoral de São Domingos do Capim (50ª ZE - Castanhal)



Visita técnica ao posto de atendimento eleitoral de Santa Maria do Pará (04ª ZE - Castanhal)



*Visita técnica ao posto de atendimento eleitoral de Goianésia do Pará (103ª ZE - Breu Branco)*



*Visita técnica ao posto de atendimento eleitoral de São Caetano de Odivelas (08ª ZE - Vigia)*



*Visita técnica ao posto de atendimento eleitoral de Anapu (80ª ZE - Pacajá)*



Márcio Moreira Queiroz, chefe do Cartório da 59ª ZE de Redenção, acompanhado pela equipe da corregedoria em Marabá.



Servidores(as) Sinara Lubiana, Rinaldo Alves, Rosiane Martinelle, Bruno Giorgi e Elaine Santana apoiando campanha do Setembro amarelo.



Bruno Giorgi participando da campanha Setembro amarelo.



*Inauguração da Galeria de Diretores-Gerais*



*Equipe da Corregedoria na Inauguração da Galeria de Diretores-Gerais*



*Servidores da CRE: Solange Maciel, Milena Buriti, Rinaldo Alves, Giselle Lúcia, Bruno Giorgi, Kayla Cohen e Rosiane Martinelle, realizando o plantão das eleições na sede TRE-PA.*



*Lançamento dos livros infantis de autoria de filhos de servidores(as) da CRE.*



*Doação de brinquedos para a ação solidária Sonhos de criança.*



*Doação de brinquedos para a ação solidária Sonhos de criança.*



*Solenidade da premiação CONATUS*



*Bruno Giorgi, Secretário da Corregedoria; Elaine Santana, Chefe de Gabinete; Elder Brasil, Assessor Jurídico da CRE; Solange Maciel, Coordenadora da CISCAE e Rosiane Martinelli, coordenadora da CAJ.*



*Equipe da Coordenadoria de Inspeções,  
Correções e Supervisão do Cadastro  
Eleitoral.*



*Equipe da Assessoria Jurídica da  
Corregedoria.*



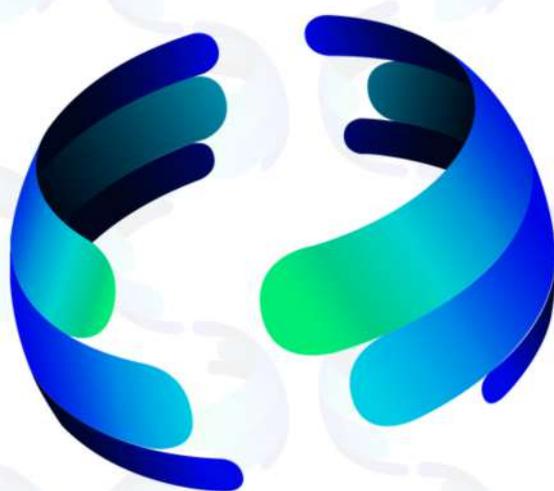
*Equipe da Coordenadoria de Assuntos  
Judiciários.*



*Equipe do Gabinete da Corregedoria.*



*Equipe da Corregedoria no biênio 2023-2025*



**CRE-PA**

COMPROMISSO, INTEGRAÇÃO E INOVAÇÃO